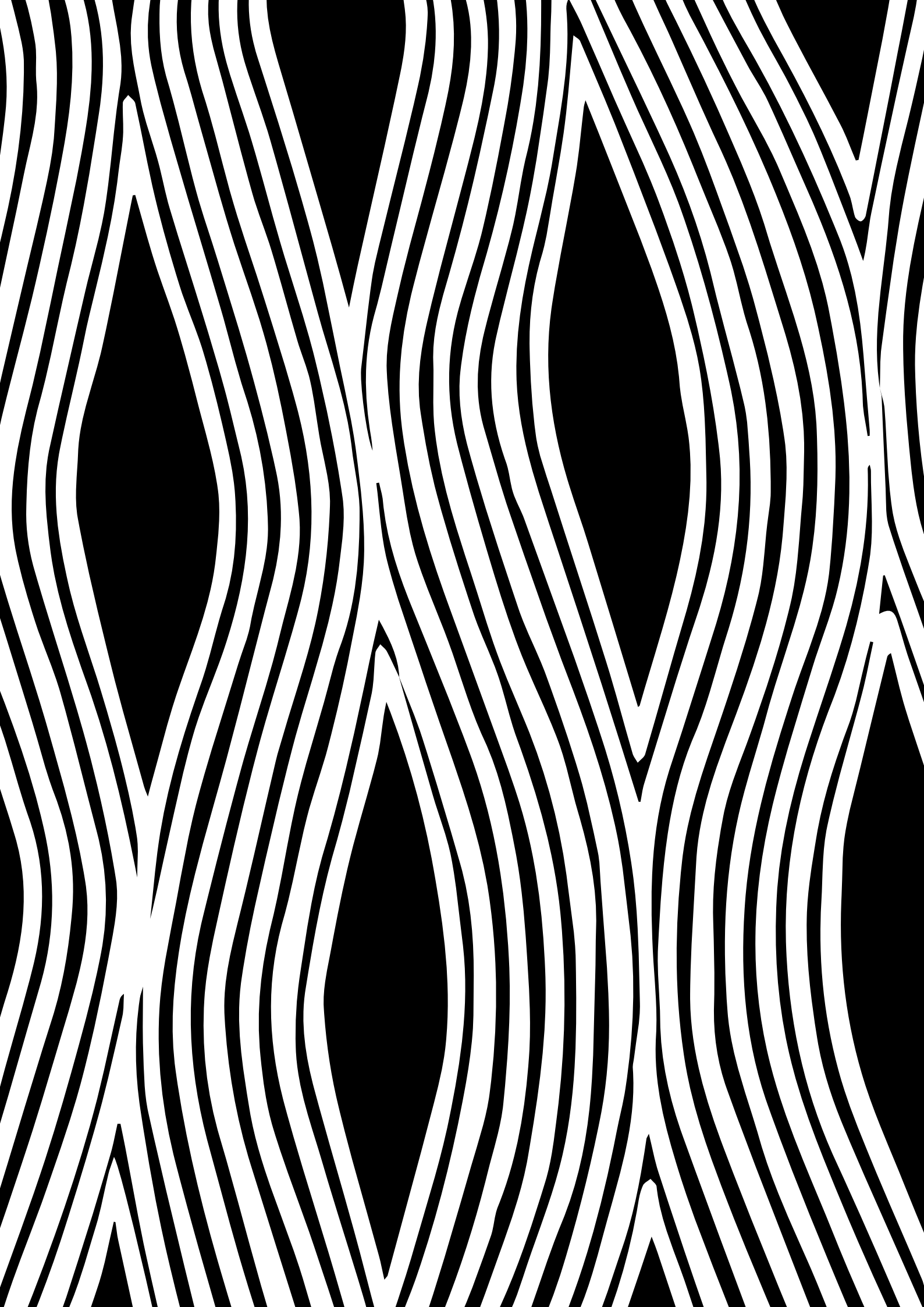


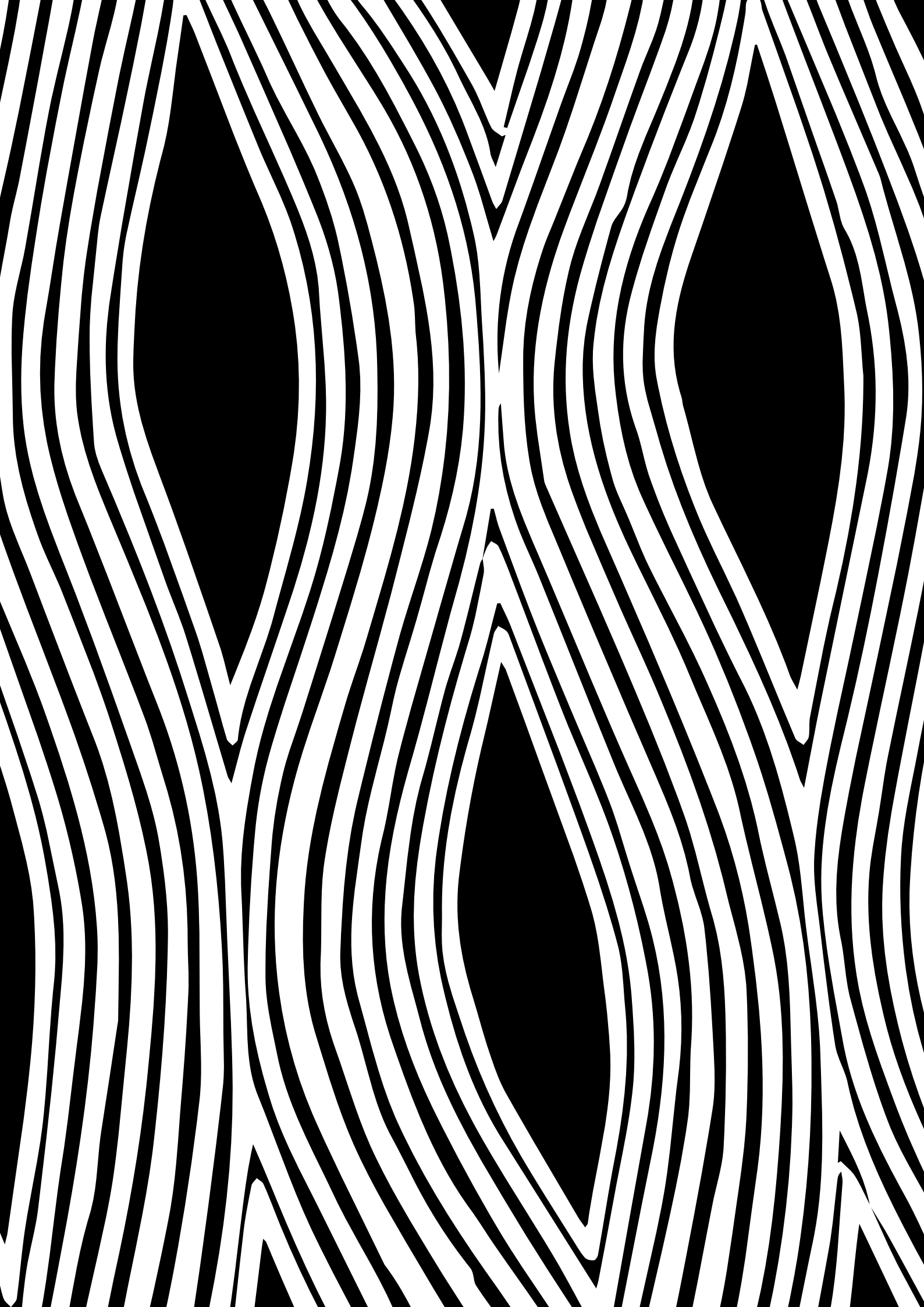


PGTAs E OUTROS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

ANÁLISE DO ACERVO DOCUMENTAL DA COIAB

AMAZÔNIA
2025







PGTAs e outros instrumentos de gestão territorial na Amazônia brasileira:
Análise do Acervo Documental da COIAB

COORDENAÇÃO EXECUTIVA COIAB

E-mail: coordenacao@coiab.org.br

Elcio Severino da Silva Manchineri

Coordenador Geral

Alcebias Mota Constantino Saporá

Vice-coordenador Geral

Dineva Kayabi

Coordenadora Tesoureira

Marciely Ayap Tupari

Coordenadora Secretária

Sérgio Marworno

Vice-coordenador Secretário

COORDENAÇÃO EXECUTIVA DA APIB

E-mail: apib.se@apiboficial.org

Kleber Karipuna

Coordenador Executivo

SECRETARIA EXECUTIVA

E-mail: secretaria@coiab.org.br

Secretária executiva

ASSESSORIA JURÍDICA

E-mail: juridico@coiab.org.br

Assessora Jurídica

GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

E-mail: comunicacao@coiab.org.br

Gerente de Comunicação

GERÊNCIA DE POVOS INDÍGENAS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO

E-mail: isolados@coiab.org.br

Gerente de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato

GERÊNCIA DE PROJETOS

E-mail: projetos@coiab.org.br

Gerente de Projetos

GERÊNCIA ADM. E FINANCEIRA

E-mail: financeiro@coiab.org.br

E-mail: administrativo@coiab.org.br

Gerente Adm./Financeiro

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELO RELATÓRIO

CONTEXTO CONSULTORIA

Cássio Ingles de Sousa - Coordenação geral e elaboração do texto
Ângela Sacchi - Pesquisadora
Bianca Lima - Pesquisadora
Lucienne Pohl - Pesquisadora
Luciano Pohl - Pesquisador
Igor Richwin Ferreira - Análise de dados

Coiab

Elcio Severino da Silva Machineri
Luiz Carlos Ferreira Penha
Welder Wachure Dias Aires Karajá

Revisão

Valdeniza Vasques

Diagramação/Ilustração

Vicente Buya

Capa

Ataina Enawene
Bruna Sirayp
Juvenilson Crixí
Kaiti Topramre
Ronaldo Tapirapé
Pepyaka Krikati
Vicente Buya
Ubiatan Surui

REALIZAÇÃO

Este Relatório foi elaborado pela Comtexto Consultoria para a Coiab no âmbito do Projeto “Fortalecimento dos Planos de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas da Amazônia Brasileira”, apoiado pelo Instituto Clima e Sociedade (iCS)

Sumário

Prefácio	8
Siglas e abreviaturas.....	12
1 - Apresentação.....	15
2 - Metodologia e atividades realizadas.....	20
3 - Histórico de políticas de gestão ambiental e territorial no Brasil.....	23
4 - Instrumentos de gestão territorial.....	29
5 - Sistematização dos documentos analisados.....	37
6 - Avaliação qualitativa dos instrumentos de gestão territorial.....	59
7 - Considerações finais e recomendações.....	89
PARA SABER MAIS – Referências e materiais sobre o tema.....	95

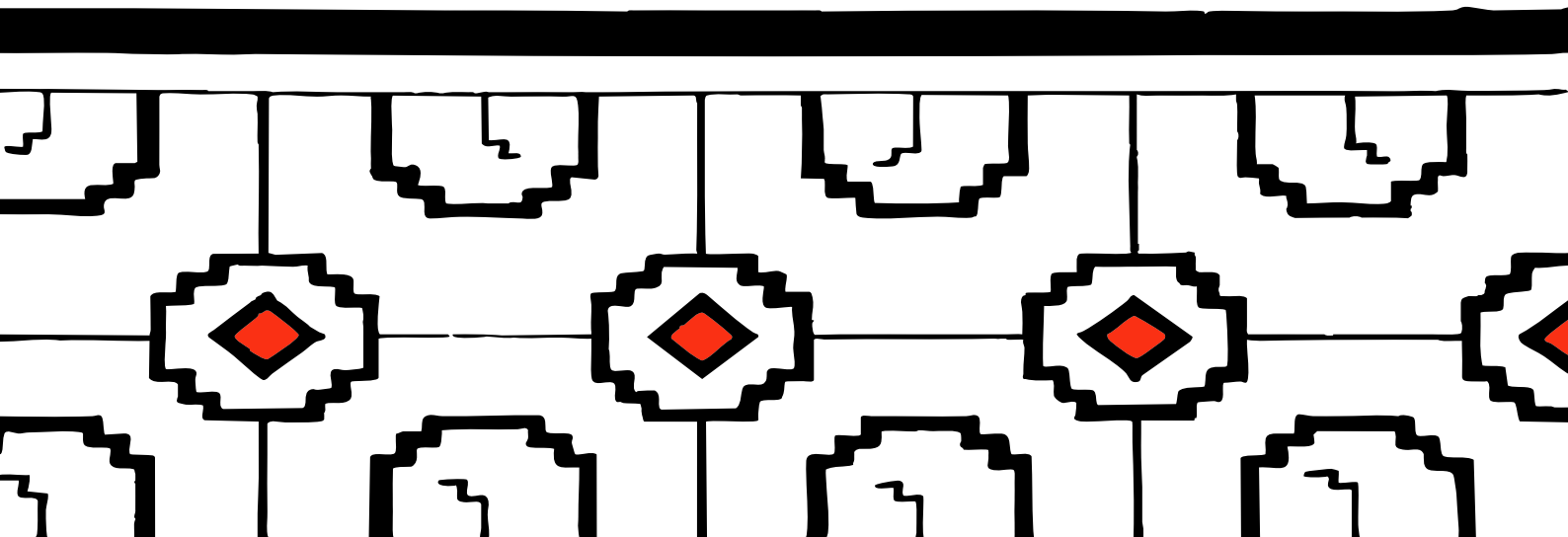
Prefácio

É com grande alegria que a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) apresenta o diagnóstico sobre os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) e outros instrumentos da Amazônia brasileira. Este documento, elaborado junto à Contexto Consultoria, é fruto do projeto “Fortalecimento dos Planos de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas da Amazônia Brasileira”, apoiado pelo Instituto Clima e Sociedade (iCS).

Esta publicação é uma conquista de todos os povos, comunidades e organizações indígenas da Amazônia e representa um importante passo no fortalecimento das políticas de gestão dos territórios indígenas no Brasil, em especial a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI). Os PGTAs são uma ferramenta essencial para os povos indígenas no que se refere aos seus direitos, autonomia e gestão de seus territórios.

Por meio dos PGTAs, os povos originários reafirmam seu protagonismo na construção de políticas e práticas que garantam a proteção de suas terras, alinhados às suas culturas e modos de vida. A PNGATI é uma conquista histórica dos povos indígenas, fruto de anos de luta e articulações políticas, e a Coiab se orgulha de ter participado ativamente dessa construção.

Com este diagnóstico, a Coiab apresenta à sociedade uma análise quantitativa e qualitativa sobre os modos de organização territorial dos povos indígenas da Amazônia brasileira. Com estes dados, temos um documento rico que oferece uma base sólida para a continuidade do nosso trabalho em defesa da terra, cultura e modos de vida dos parentes. A partir deste relatório, podemos embasar estratégias e ações que promovam a sustentabilidade e o fortalecimento das Terras Indígenas, sempre com os conhecimentos tradicionais e a experiência dos verdadeiros guardiões e protetores da biodiversidade.



Este relatório reforça o trabalho estratégico da Coiab no que se refere à gestão territorial indígena na Amazônia, que pode ser visto no hotsite 'PGTAs da Amazônia', articulando temas prioritários, como mobilização e incidência política, sustentabilidade dos povos indígenas, proteção de povos indígenas isolados e enfrentamento das mudanças climáticas. Nesse último ponto, merece destaque o papel essencial das Terras Indígenas como barreiras contra o desmatamento e a degradação ambiental, servindo como um escudo vital contra os efeitos da crise climática. A conservação desses territórios é estratégica não apenas para as comunidades indígenas, mas também para o equilíbrio ambiental global.

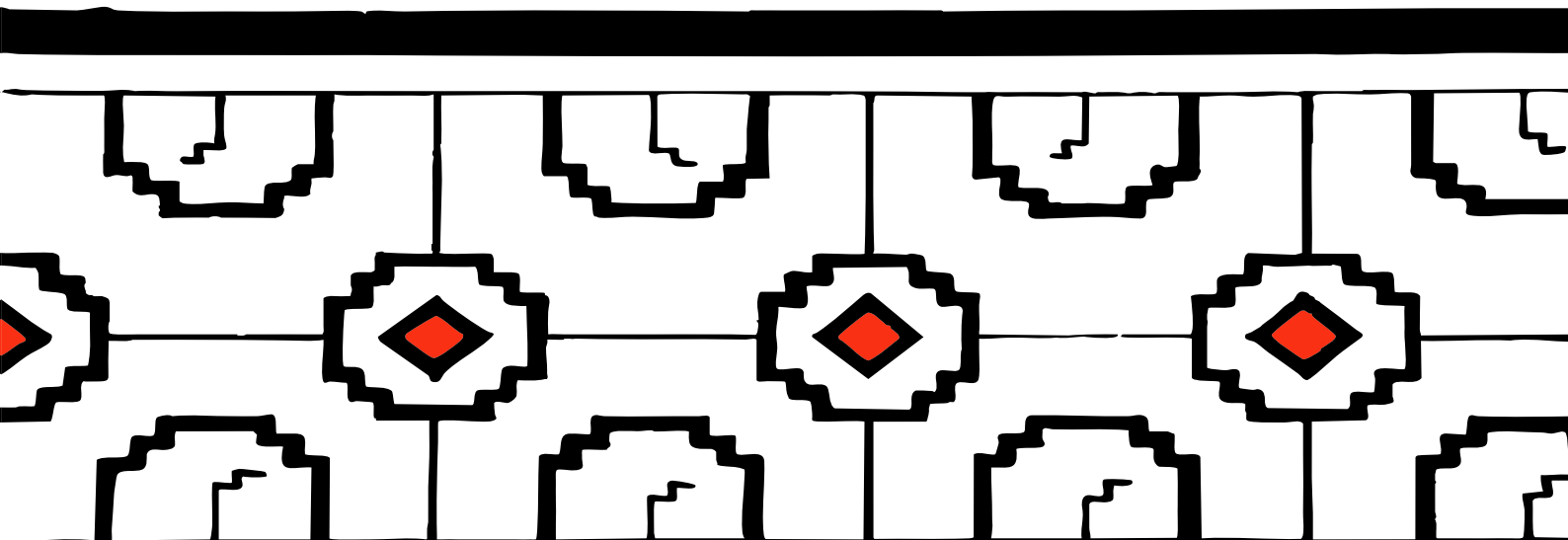
Por fim, este trabalho busca nortear e subsidiar as comunidades indígenas nas construções de novos PGTAs e nas revisões dos planos de vida já existentes.

Agradecemos ao nosso parceiro Instituto Clima e Sociedade (iCS) e à Contexto Consultoria por construir conosco este diagnóstico. Que ele sirva como estímulo e inspiração contínua em nosso trabalho pela defesa dos povos indígenas da Amazônia brasileira.

Boa leitura!

Toya Manchineri
Coordenador-geral da Coiab

Grafismo de Flor Povo Manchineri







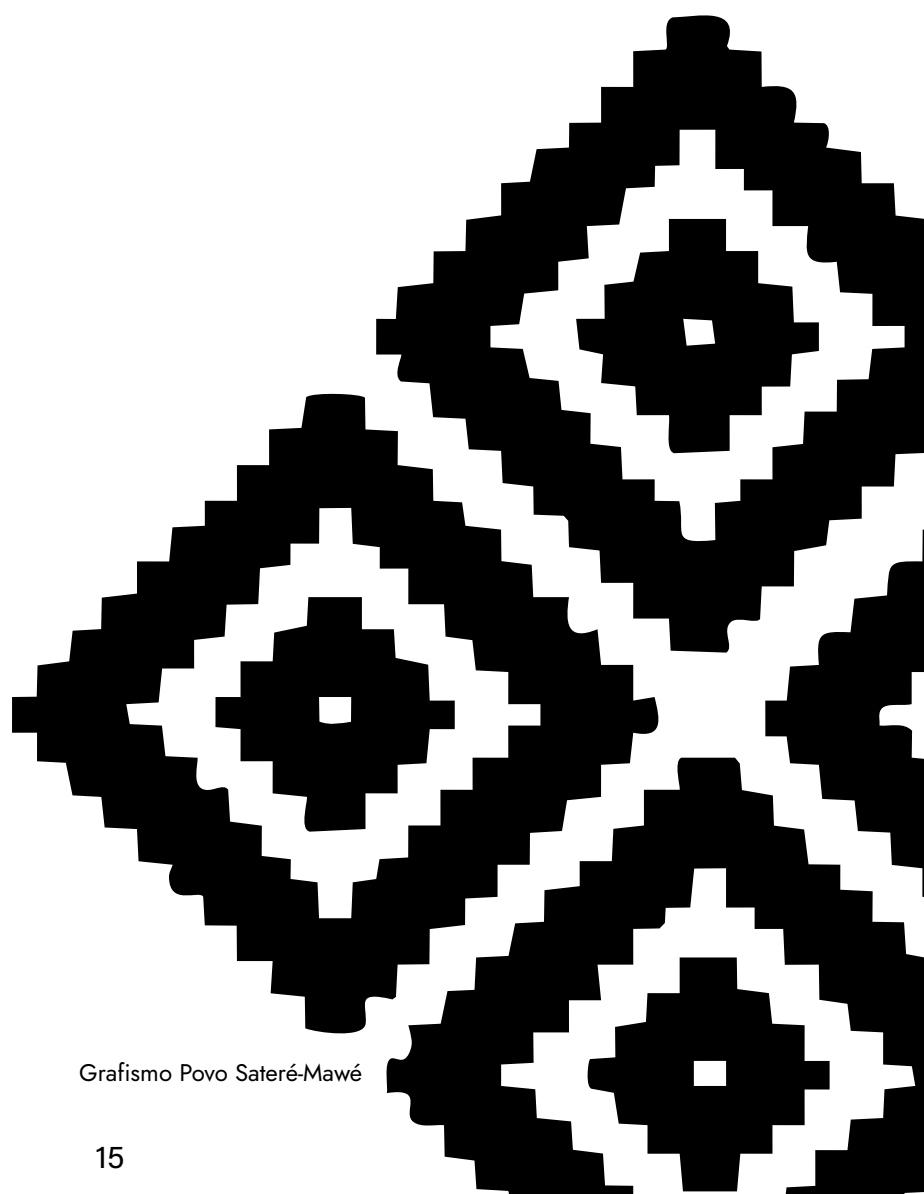




Siglas e abreviaturas

AMAAIAC	Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CGGAM	Coordenação Geral de Gestão Ambiental
CGIRC	Coordenação Geral de Povos Indígenas Isolados e Recém Contatados
CG PNGATI	Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
CIR	Conselho Indígena de Roraima
CNPI	Comissão Nacional de Povos Indígenas
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
COP	Conferências para o Clima
CPI-AC	Comissão Pró-Índio do Acre
CTI	Centro de Trabalho Indigenista
FOIRN	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
Funai	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
GATI	Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena
iCS	Instituto Clima e Sociedade
IGATI	Instrumento de gestão ambiental e territorial indígena
ISA	Instituto Socioambiental
LOA	Lei Orçamentária Anual
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPI	Ministério dos Povos Indígenas
ONG	Organização não governamental
OPAN	Operação Amazônia Nativa
OPIPAM	Organização do Povo Indígena Parintintin do Amazonas
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PBA	Plano Básico Ambiental
PDPI	Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas

PGTA	Plano de Gestão Territorial e Ambiental
PNCSA	Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
PNGATI	Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas
PPA	Plano Plurianual
PPG7	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PPTAL	Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal
REDD+	Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal
SEMA-AC	Secretaria de Meio Ambiente do Acre
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
TI	Terra Indígena
UC	Unidade de Conservação
UHE	Usina Hidroelétrica
UNIVAJA	União dos Povos Indígenas do Vale do Javari





1 - Apresentação

Este documento apresenta a análise e sistematização dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) e outros instrumentos da Amazônia brasileira, disponíveis no acervo documental da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) em julho de 2023. O objetivo deste relatório é o de apresentar um diagnóstico sobre os PGTAs das Terras Indígenas da Amazônia brasileira, buscando identificar principais características, tendências, lições aprendidas e desafios.

Este trabalho foi realizado pela Comtexto Consultoria junto à Coiab, no âmbito do Projeto “Fortalecimento dos Planos de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas da Amazônia Brasileira”, apoiado pelo Instituto Clima e Sociedade (iCS).

A realização deste diagnóstico se justifica na medida em que os PGTAs se configuram como o principal mecanismo de implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI), formalizada em 2012 através do Decreto 7747 ¹(Decreto de nº 7747 _ PNGATI).

A PNGATI, por sua vez, é uma conquista histórica do movimento indígena, com participação ativa da Coiab em sua construção, na busca por políticas públicas estruturantes de gestão dos territórios indígenas, após o avanço dos processos de demarcação das Terras Indígenas, após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Na medida em que as Terras Indígenas passaram a ser demarcadas em todo o país, especialmente na região amazônica devido à extensão de suas áreas, foram surgindo novos desafios de proteção desses territórios e garantia dos modos de vida e do bem-viver indígena.

Esses desafios, por sua vez, estimularam a implementação de programas governamentais e de cooperação internacional, voltados para promoção de projetos piloto e demonstrativos em diversas áreas temáticas para as Terras Indígenas: proteção territorial, atividades econômicas, valorização cultural, fortalecimento institucional, segurança alimentar, etc.

Vale mencionar os programas como o PPTAL - Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), o PDPI – Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas, a Carteira Indígena (MMA e MDA), entre outros. Em todos esses programas, a Coiab teve uma participação destacada, principalmente no PDPI, do qual era co-gestora, junto com o Ministério do Meio Ambiente, através da indicação do Gerente Técnico Indígena e participação na Comissão Executiva de aprovação de projetos.

Apesar de diversos resultados positivos, esses projetos não conseguiram se consolidar como ações estruturantes, o que estimulou discussões entre o movimento indígena, parceiros, organizações não governamentais (ONGs), Funai e cooperação internacional em torno de uma abordagem mais estratégica de gestão territorial, o que foi a base para a construção da PNGATI, formalizada em 2012.

¹(https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm)

Entre os diversos instrumentos de gestão territorial para implementação da PNGATI (etnomapeamento, etnozoneamento etc), o principal são os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), que têm sido elaborados pelos povos indígenas brasileiros nesses mais de 10 anos de existência da política.

No Capítulo 3 deste relatório será feita uma breve apresentação do tema da gestão territorial indígena no Brasil, incluindo o histórico de construção da PNGATI. Já no Capítulo 4, serão apresentados os diversos tipos de instrumentos de gestão territorial no Brasil.

Embora haja uma cartilha com orientações gerais da Funai, na maior parte dos casos, os PGTAs têm sido elaborados de forma independente nas Terras Indígenas, o que gerou um conjunto muito diversificado de documentos finais dos PGTAs.

Com a retomada da implementação da PNGATI como uma prioridade do governo brasileiro, inclusive com a reinstalação do Comitê Gestor da política, torna-se importante realizar uma análise geral sobre os PGTAs elaborados.

Neste processo, as organizações indígenas têm um papel de enorme importância estratégica, sendo necessário um investimento na qualificação das informações sobre o assunto, o que representa a motivação principal da realização dos serviços propostos neste documento.

Este papel ganha ainda maior relevância, considerando o protagonismo dos povos indígenas brasileiros na discussão em torno da crise climática no planeta e da importância das Terras Indígenas na construção de soluções. Nesse processo, a Coiab assume um papel de enorme destaque, haja vista que 99,8% da extensão das Terras Indígenas brasileiras encontram-se na região amazônica.

Este diagnóstico, portanto, é muito oportuno no sentido de proporcionar para a Coiab uma visão geral dos PGTAs e outros instrumentos de gestão territorial na Amazônia, sua diversidade de arranjos e formatos, principais lições aprendidas, tendências, temas emergentes, lacunas e desafios do processo.

Com isso, por um lado a Coiab pode fortalecer seu trabalho de apoio para que as organizações indígenas de base da Amazônia avancem na construção e implementação desses instrumentos e, por outro, potencializar sua incidência sobre os processos de discussões ambientais, territoriais e climáticas em níveis nacional e internacional.

Para a realização deste trabalho, foi utilizado o Acervo de PGTAs e outros instrumentos de gestão ambiental e territorial da Coiab, composto por 100 documentos, que foram lidos, analisados, sistematizados, discutidos e consolidados pela equipe técnica de consultoria, composta por profissionais com experiência na temática de gestão territorial em Terras Indígenas na Amazônia. Essa abordagem metodológica está detalhada no Capítulo 2 deste relatório, que apresenta todas as etapas e atividades realizadas.

Vale destacar que este conjunto de documentos é muito dinâmico, na medida em que diversos PGTAs estão sendo elaborados ou serão elaborados por povos indígenas, o que aumentará a quantidade de referências do Acervo. Desta forma, este diagnóstico deve ser entendido como um primeiro passo de um “documento vivo” que deve ser complementado e atualizado ao longo do tempo.

Este processamento dos documentos permitiu a realização de dois tipos de análise. A primeira, apresentada no Capítulo 5 deste relatório, refere-se à sistematização de cunho mais quantitativo, fruto da consolidação dos dados preenchidos nos formulários e inclui elementos como quantidade de povos e Terras Indígenas presentes nos 100 documentos, ano de publicação, idioma, eixos temáticos, presença de povos indígenas isolados, estrutura de governança, entre outros.

O segundo tipo de análise, presente no Capítulo 6 deste relatório, tem perfil mais qualitativo e busca apresentar lições aprendidas, elementos comuns, tendências observadas e aspectos estratégicos que emergiram da leitura do material.

Esperamos que, com este material, possamos contribuir para o fortalecimento do protagonismo e incidência da Coiab na temática da gestão ambiental e territorial indígena na Amazônia brasileira. Além disso, que as informações e análises aqui contidas possam também colaborar com organizações governamentais e não governamentais relacionadas à temática da gestão ambiental e territorial em Terras Indígenas.

Grafismo de Peixe











2 - Metodologia e atividades realizadas

Este relatório apresenta uma análise do acervo da Coiab de documentos referentes a Instrumentos de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas da Amazônia Brasileira.

O foco foi o acervo já existente e disponível pela Coiab, disponibilizado para a equipe por meio do acesso a um drive compartilhado, acrescentado de levantamento pontual de alguns documentos adicionais identificados.

Não estava previsto na metodologia e não foi realizado um levantamento extenso de outros documentos já existentes de gestão ambiental e territorial em Terras Indígenas da Amazônia brasileira, o que poderia complementar o acervo da Coiab, devido às restrições de tempo disponível para a realização dos trabalhos.

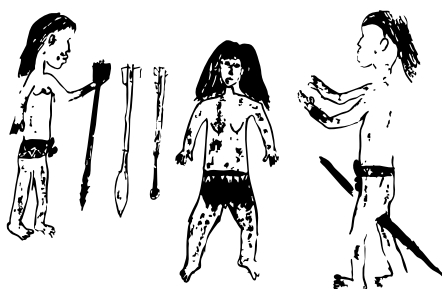
Além disso, a realidade da gestão ambiental e territorial em Terras Indígenas é extremamente dinâmica, especialmente com a elaboração de novos PGTA's em diversas regiões da Amazônia e do Brasil.

São várias as instituições, editais e linhas de apoio com foco no tema, entre os quais o Fundo Amazônia – BNDES, Edital Copaíbas – Funbio, entre outros. Tanto a Coiab como a equipe técnica identificaram alguns desses processos de elaboração de PGTA's em curso, o que deve ampliar a quantidade de documentos disponíveis ao longo do tempo.

Assim, entende-se que o acervo de documentos de Instrumentos de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas da Amazônia Brasileira da Coiab é dinâmico e deve ser complementado e atualizado de forma permanente.

A complementação deste acervo pode ocorrer, num primeiro momento, através de um levantamento mais extensivo de documentos já existentes. Além disso, é importante que a Coiab mantenha um sistema de acompanhamento e monitoramento sobre o tema junto às suas organizações de base e parceiros. Essas são recomendações feitas, em conjunto com diversas outras, ao final deste documento.

A seguir, serão apresentadas as atividades realizadas no âmbito deste processo de análise, divididas em 3 etapas, visando a elaboração deste relatório:



FASE 1: ATIVIDADES PREPARATÓRIAS

- **Alinhamento entre equipe técnica e Coiab:** Foram realizadas reuniões, trocas de mensagens e de documentos entre a Coiab e a consultoria, visando discutir as expectativas e objetivos do trabalho, as estratégias metodológicas, os documentos e outros materiais a serem disponibilizados.

- **Disponibilização de documentos e outros materiais pela Coiab:** Com base no alinhamento inicial, a Coiab disponibilizou uma planilha com a listagem geral de PGTAs e outros instrumentos de gestão ambiental e territorial na Amazônia brasileira que tem catalogados, tomando como base listagem disponibilizada pela Coordenação Geral de Gestão Ambiental (CGGAM) da Funai e levantamentos complementares junto às organizações de base. A planilha possui 270 referências. Também foi disponibilizado acesso a um drive com o acervo da Coiab de PGTAs e outros instrumentos de gestão ambiental e territorial, no qual constam 100 documentos.

- **Contratação e mobilização equipe:** Com base no dimensionamento dos serviços a serem realizados e nos seus objetivos, foi identificada e contratada equipe técnica, formada por cinco profissionais de vasta experiência de trabalho junto a povos e organizações indígenas da Amazônia brasileira, inclusive na temática da gestão ambiental e territorial. Foram realizadas reuniões e trocas de mensagens para alinhamento geral sobre o trabalho. Foi criado um grupo de WhatsApp para agilizar a comunicação.

- **Elaboração de cadastro de documentos e ficha técnica para diagnóstico:** Com base na análise conjunta dos materiais fornecidos Coiab, diálogo com equipe técnica da Coiab (*Luiz Penha e Welder Karajá*) e contatos com a CGGAM / Funai, foi estabelecida a abordagem de focar o diagnóstico da consultoria nos **documentos** disponibilizados. A lógica da listagem disponibilizada pela Coiab estava centrada nos instrumentos de gestão, o que fazia com que, em muitos casos, um documento ou publicação possuisse mais de um instrumento de gestão, gerando várias linhas na planilha.

Desta forma, foi gerada uma nova listagem focada em cada um dos 100 documentos aos quais tivemos acesso para leitura, identificando seus respectivos nomes e unidades de federação em que estavam localizados. Cada documento recebeu um número (cadastro) para facilitar sua identificação imediata. Além disso, foram elaborados dois instrumentos para a leitura e sistematização dos documentos:

❖ **Formulário FORMS para preenchimento relativo a cada um dos documentos a serem analisados**

❖ **Roteiro para avaliações qualitativas com base em questões orientadoras**

FASE 2: ANÁLISE E SISTEMATIZAÇÃO

- **Leitura, análise e sistematização dos documentos do acervo da Coiab:** A partir da definição dos materiais de trabalho, foi feita uma divisão dos 100 documentos entre os membros da equipe técnica, a princípio focada nas regiões da Amazônia. Foi realizada a leitura, análise e sistematização de todos estes 100 documentos, com o preenchimento dos formulários FORMS e elaboração de uma Ficha Avaliativa com percepções mais gerais e qualitativas.

Este foi o momento mais rico do trabalho, quando a equipe pôde ler e analisar em profundidade todos os 100 documentos, permitindo uma visão geral e comparativa entre as distintas realidades. Foi realizada intensa troca de mensagens e diálogo com a equipe técnica visando compartilhar percepções iniciais, comentar aspectos específicos e destacar pontos de atenção.

A coordenação geral, além de ler diversos documentos, acompanhou e orientou a leitura da equipe e analisou todas as Fichas Avaliativas elaboradas sobre os 100 documentos. Além disso, a coordenação também manteve diálogo, realizando atualizações e troca de impressões com a equipe da Coiab.

- **Consolidação das Fichas Técnicas (banco de dados):** Com a finalização da leitura de todos os 100 documentos e elaboração dos formulários FORMS, foi gerado um banco de dados para a consolidação das informações, com base nos parâmetros pré-estabelecidos, cuja síntese está apresentada no Capítulo 5 deste relatório “Sistematização geral dos documentos analisados”.

FASE 3: ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICO

- **Discussão em equipe para avaliação qualitativa dos documentos analisados:** Com base nas leituras e análises feitas pela equipe sobre cada um dos 100 documentos, acrescida da sistematização do banco de dados, foi realizada uma consolidação geral das avaliações qualitativas, procurando extrair as principais lições aprendidas, elementos de destaque observados nos instrumentos de gestão ambiental e territorial e sistematização de lições aprendidas.

Foram realizadas reuniões de equipe e da coordenação com consultores individualmente entre os dias 1º e 9 de novembro de 2023, quando as impressões de cada um dos membros foram compartilhadas e discutidas em conjunto, procurando estabelecer uma visão geral e consolidada do processo analítico. O resultado dessas discussões pode ser encontrada no Capítulo 6 “Avaliação qualitativa dos instrumentos de gestão territorial”.

- **Elaboração do relatório de diagnóstico:** A partir da consolidação da análise qualitativa e da sistematização do banco de dados, a equipe passou a trabalhar na elaboração do Relatório Final da consultoria, que é apresentado neste documento.

3 - Histórico de políticas de gestão ambiental e territorial no Brasil

3.1 – Gestão territorial indígena

A gestão ambiental e territorial não representa nenhuma novidade para os povos indígenas. Muito pelo contrário, é enorme a relação de interdependência entre meio ambiente, território e povos indígenas.

Assim como tradicionalmente o território e seus recursos naturais são de extrema importância para os modos de vida e bem-viver dos povos indígenas, o inverso também é verdadeiro, ou seja, os povos indígenas têm contribuído, através de sua cultura e tradição, não apenas para a conservação, mas para o enriquecimento do meio ambiente.

Os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas sobre os diversos elementos do meio ambiente são refinadíssimos e constituem uma multiplicidade de ciências, proporcional à diversidade sociocultural dos povos e aos diversos biomas nos quais estão inseridos.

Essas ciências indígenas permitiram a domesticação de centenas de espécies da natureza, fortalecimento das práticas agrícolas e enriquecimento da biodiversidade. Inúmeros medicamentos industrializados provêm destes conhecimentos e ciências.

As práticas e atividades econômicas dos povos indígenas são igualmente diversas, com uma enorme multiplicidade de estratégias e tecnologias agrícolas, de caça, pesca, coleta, manejo dos recursos florestais e outras atividades.

Os conhecimentos e práticas tradicionais, aliados aos importantes aspectos espirituais dos povos indígenas, têm assegurado ao longo dos séculos estratégias sustentáveis de manejo do meio ambiente, permitindo sua resiliência, renovação e enriquecimento.

No seu conjunto, portanto, essas estratégias se configuram em práticas tradicionais de gestão ambiental e territorial dos povos indígenas, que são realizadas e aprimoradas ao longo do tempo.

Este é um dos principais elementos que configuram os povos indígenas e seus territórios como importantes atores no combate ao desmatamento e definição de estratégias de redução das mudanças climáticas.

Desta forma, os instrumentos de gestão ambiental e territorial contemporâneos, como os PGTA's, etnomapeamentos, etnozoneamentos, entre outros, são mecanismos de formalização das práticas indígenas tradicionais, com os devidos ajustes, complementações e novos arranjos para enfrentar os novos desafios.

3.2 – Antecedentes institucionais

A temática da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas no Brasil passou por transformações significativas nas últimas décadas, com marcos importantes moldando a abordagem adotada atualmente.

O marco inicial fundamental é a Constituição Federal de 1988, resultado de intensa mobilização e luta das lideranças indígenas durante a Assembleia Nacional Constituinte. Esse documento incorporou o Capítulo VIII – Dos Índios, reconhecendo, nos Artigos 231 e 232, os direitos territoriais, culturais e de autonomia dos povos indígenas.

Com a promulgação da Constituição, superou-se a abordagem “integracionista”, que visava assimilar os povos indígenas à sociedade nacional, permitindo o reconhecimento do “direito originário” sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, como estabelecido no Artigo 231.

A partir deste Artigo, ficou estabelecida uma nova abordagem para a demarcação das Terras Indígenas no Brasil, com base no princípio de que estas terras são as habitadas em caráter permanente, utilizadas para suas atividades produtivas e, especialmente, as *“imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”*.

Assim, o território indígena a ser demarcado não mais se limitaria a pequenas áreas ao redor das aldeias, mas compreende as áreas que, baseadas nos usos, costumes e tradições, são importantes para a preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessárias a sua reprodução física e cultural.

O Decreto 1775 de 1996 detalhou os procedimentos de demarcação territorial. Essa passagem da vivência no território para a Terra Indígena demarcada trouxe desafios complexos, incluindo a reorganização social e espacial diante do crescimento populacional e das pressões do entorno.

A década de 1990 foi marcada por um movimento ambientalista global, especialmente evidenciado pela realização, na cidade do Rio de Janeiro, da Cúpula da Terra ou Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como ECO-92 ou RIO-92. Essa conferência destacou a necessidade de conciliar interesses econômicos com questões ambientais, promovendo o conceito de desenvolvimento sustentável. Os povos indígenas foram reconhecidos como aliados na defesa ambiental.

A partir da ECO-92, foram estabelecidos programas voltados para a conservação ambiental no Brasil, com ênfase na Amazônia, a exemplo do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), que por sua vez amparou a implementação de inúmeros projetos e atividades, entre os quais dois voltados especificamente para povos indígenas.

O Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), iniciado em 1996, foi focado na alavancagem das demarcações e na proteção de Terras Indígenas na Amazônia brasileira, tendo sido responsável pela demarcação de dezenas de Terra Indígenas. A Coiab teve participação determinante no programa, compondo sua Comissão Executiva de avaliação dos projetos.

O PDPI – Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas, por sua vez, foi criado em 2000, sendo executado pelo Ministério do Meio Ambiente com apoio da cooperação técnica e financeira alemã (GIZ e KfW) e gestão política da Coiab (*indicação do Gerente Técnico e participação na Comissão Executiva de aprovação de projetos*). O PDPI apoiou centenas de projetos de organizações indígenas em toda Amazônia, voltados para o fortalecimento das estratégias econômicas, culturais e territoriais das comunidades, aliadas à conservação ambiental. O programa fomentou o protagonismo dos povos e organizações indígenas na implementação de uma enorme variedade de atividades e estratégias, que já indicavam possíveis caminhos para a gestão ambiental e territorial.

O Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI), iniciado em 2010 e executado pela Funai, teve o propósito de fortalecer as práticas indígenas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais.

Essas experiências, no seu conjunto, trouxeram inúmeras contribuições em termos de estratégias de sobrevivência dos povos e comunidades indígenas no território demarcado. Porém, ainda operavam na lógica de projetos “piloto” ou “demonstrativos”, carecendo de uma abordagem mais ampla, estratégica e estruturante.

3.3 – A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

Foi neste contexto que iniciaram as discussões para a construção de uma política pública voltada especificamente para a gestão ambiental e territorial das Terras Indígenas. O processo foi articulado pela Comissão Nacional de Povos Indígenas (CNPI) a partir de 2007, com a participação da Funai, Ministério do Meio Ambiente, ONGs, cooperação internacional e do movimento indígena organizado. A Coiab teve participação destacada em todo o processo.

Foram realizadas inúmeras oficinas locais e oficinas de consultas regionais, culminando com encontros nacionais que definiram as principais diretrizes e prioridades para a política. O processo de elaboração da PNGATI, portanto, foi muito participativo, contemplando o envolvimento de cerca de 1300 participantes de todas as regiões.

Após esse longo processo, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI foi formalizada através do Decreto Presidencial 7747/12 em junho de 2012, estruturada através dos seguintes eixos temáticos:

- ❖ Eixo 1: Proteção territorial e dos recursos naturais
- ❖ Eixo 2: Governança e participação indígena
- ❖ Eixo 3: Áreas protegidas, Unidades de Conservação e Terras Indígenas
- ❖ Eixo 4: Prevenção e recuperação de danos ambientais
- ❖ Eixo 5: Uso sustentável dos recursos naturais e iniciativas produtivas
- ❖ Eixo 6: Propriedade intelectual e patrimônio genético
- ❖ Eixo 7: Capacitação, formação e educação ambiental

A PNGATI é uma conquista significativa, alinhada à legislação vigente, reconhecendo e fortalecendo iniciativas bem-sucedidas de gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas. O desafio posto pelo movimento indígena é consolidar sua implementação, garantindo não apenas a proteção dos territórios indígenas, mas também o bem-viver e o protagonismo dos povos indígenas na construção de um futuro sustentável.

Apesar dos avanços, a implementação da PNGATI enfrenta desafios consideráveis. A demarcação de novas Terras Indígenas, invasões, pressões externas e falta de recursos para construção e implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) são questões prementes.

O seminário “10 Anos da PNGATI”, realizado em 2022, ressaltou a importância da retomada da demarcação, implementação contínua da PNGATI, fortalecimento das instâncias de governança e alocação de recursos.

3.4 – Contribuição dos PGTAs na implementação da PNGATI

Além dos etnomapeamentos e etnozoneamentos, indicados como instrumentos de gestão ambiental e territorial na PNGATI, a elaboração e implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) tem se consolidado como o principal instrumento de implementação da política.

Os PGTAs desempenham um papel crucial na implementação da PNGATI no Brasil. Eles são ferramentas estratégicas que visam promover a gestão sustentável dos territórios indígenas, garantindo a proteção, conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, bem como a preservação da cultura e modo de vida dos povos indígenas.

Em resumo, os PGTAs são instrumentos dinâmicos que operacionalizam os princípios e objetivos da PNGATI em nível local, promovendo a sustentabilidade, a autonomia e o protagonismo dos povos indígenas na gestão de seus territórios.

3.5 – Desafios na construção dos PGTAs

Em abril de 2023, foi realizado o “SEMINÁRIO PNGATI retomada da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas”, promovido pelo Ministério dos Povos Indígenas (MPI), com a participação da Funai, ONGs, cooperação internacional e movimento indígena, com o objetivo de rememorar o processo de implementação da PNGATI e sistematizar os principais desafios e perspectivas futuras.



Foto: Pedro Magalhães | Apib

O Seminário buscou discutir e definir estratégias e propostas para impulsionar a implementação da PNGATI, levando em consideração o cenário político vislumbrado com o início do mandato do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2023, considerando o fortalecimento da Funai e a criação do Ministério dos Povos Indígenas.

Foi destacado que ambos os órgãos são liderados por representantes indígenas e têm na implementação da PNGATI uma de suas principais diretrizes. Essa liderança favorece a inserção da temática da gestão territorial nas pautas prioritárias, a alocação de recursos e a incidência em políticas públicas transversais.

Na ocasião, foram destacadas as dificuldades de implementação da PNGATI, sobretudo o enfraquecimento e desmonte da política entre 2019 e 2022, a ausência de orçamento para a implementação das ações, extinção de estruturas de governança como o Comitê Gestor da PNGATI, juntamente com diversos outros colegiados de participação e controle e social.

Essas dificuldades se materializam na prática, inclusive na construção de instrumentos de implementação da PNGATI, como os PGTA's. As lacunas de demarcação territorial é a maior delas, visto que, sem a segurança do território demarcado, não é possível avançar com planos efetivos de sua gestão. Nesse sentido, o documento final do seminário afirma que:

“A PNGATI deve ser destinada a todas as terras indígenas do Brasil (e regiões fronteiriças, a fim de considerar movimentos migratórios dos povos), independentemente da etapa do processo de regularização, uma vez que a Política contribui à proteção dos territórios, dos bens naturais, da biodiversidade e do direito de posse e usufruto exclusivo dos povos assegurado pela Constituição Federal.”

A falta de recursos financeiros, especialmente de cunho governamental, foi considerada uma unanimidade. Muitas comunidades indígenas enfrentam restrições financeiras significativas na elaboração e implementação dos PGTA's. Isso pode limitar a capacidade de realizar pesquisas, adquirir equipamentos e garantir a efetiva implementação das estratégias planejadas. O documento final do seminário indica que, para superar este problema, é necessário:

“Garantir recursos governamentais para a implementação da PNGATI por meio da apresentação de propostas na elaboração do Plano Plurianual (PPA) (2024- 2027). Também devem ser garantidos e ampliados os recursos na Lei Orçamentária Anual (LOA). Nesse processo de elaboração do PPA devem ser instituídos mecanismos de consulta adequados junto aos povos indígenas e suas organizações.”

Os conflitos e pressões territoriais também foram indicados como enormes desafios para a implementação da política, tendo em vista que muitas Terras Indígenas são alvo de interesses econômicos, como agronegócio, mineração e exploração de recursos naturais. Conflitos com esses interesses externos podem representar um desafio significativo na construção dos PGTA's, exigindo estratégias para lidar com pressões externas e garantir a proteção do território.

Outro aspecto reforçado nas discussões do seminário é a necessidade de revisar o Decreto da PNGATI, “incluindo demandas e proposições atualizadas dos povos e organizações indígenas, incluindo reivindicações apresentadas nas consultas regionais durante a construção da Política que foram suprimidas na versão final assinada em 2012”. Além disso, indica o monitoramento do Projeto de Lei da Deputada Joenia Wapichana, referente à PNGATI.

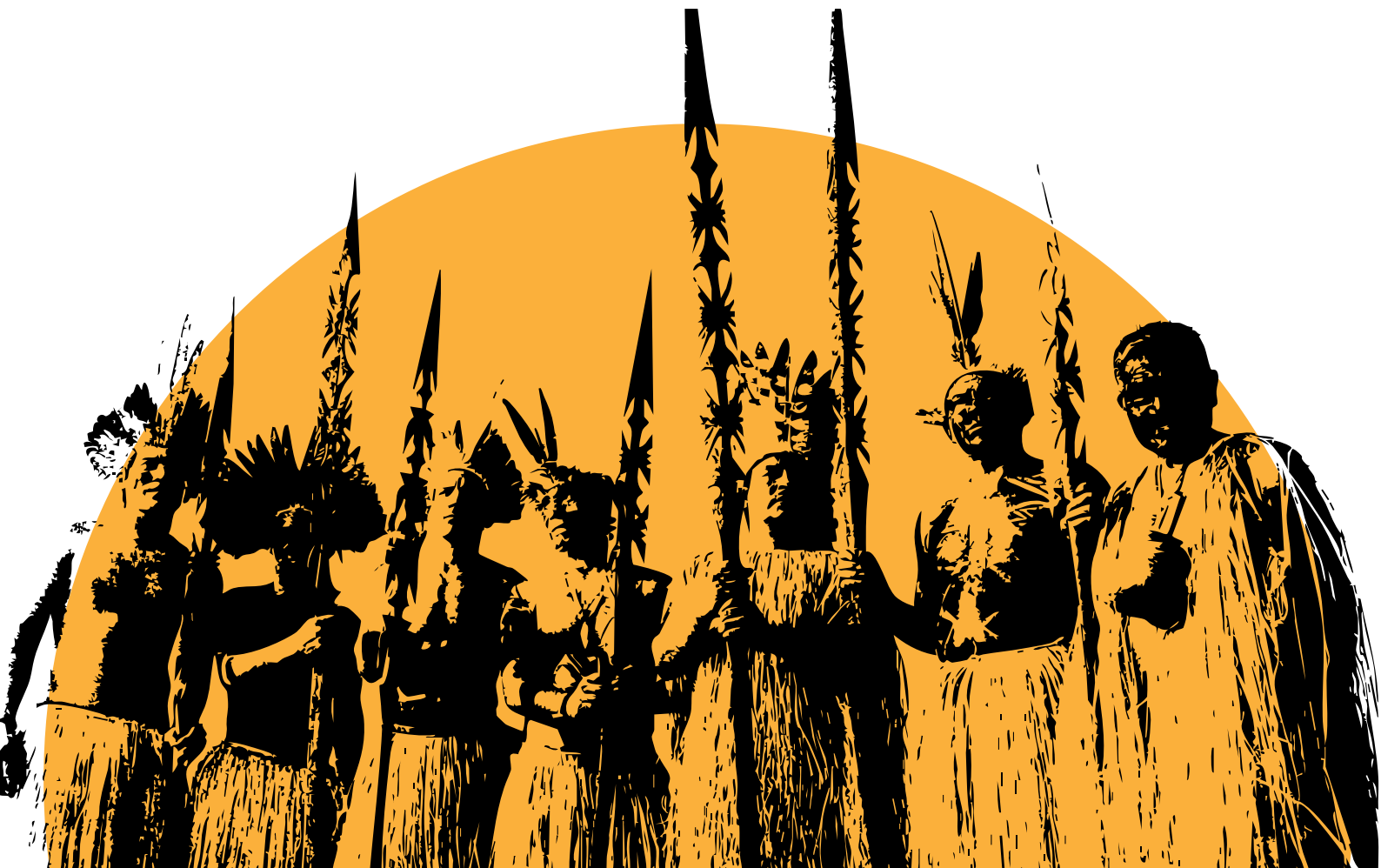
Uma das demandas apresentadas no Seminário, de retomada das instâncias de governança referentes à PNGATI, foi efetivada pelo Ministério dos Povos Indígenas em julho de 2023, com a reativação do Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (CG PNGATI).



Foto: Matheus Araújo

Sonia Guajajara, Ministra do MPI, divulga a retomada do CG-PNGATI, em conjunto com Marina Silva (Ministra de Meio Ambiente), Joenia Wapichana (Presidenta da Funai) e Cristiano Ramalho (Ministério de Pesca e Aquicultura) em solenidade realizada em junho de 2023.

Por fim, o seminário também reforçou a importância de fomentar a elaboração e implementação dos PGTAs em todos os biomas brasileiros, indicando que as organizações indígenas devem se engajar na tarefa, ao discutir e formular PGTAs regionais, para fortalecer experiências e implementar demandas das comunidades nos territórios.



4 - Instrumentos de gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas

No Brasil, são diversos os instrumentos voltados para a gestão ambiental e territorial em Terras Indígenas, estabelecidos principalmente após o avanço do processo de demarcação territorial, observado a partir da segunda metade da década de 1990.

Esses instrumentos foram sendo elaborados e implementados pela Funai, organizações indígenas e ONGs, na medida em que os territórios indígenas foram sendo demarcados e os desafios de sua gestão começaram a ser enfrentados. Neste processo, várias iniciativas pioneiras de planejamento e gestão territorial foram sendo desenvolvidas por estas instituições, gerando um conjunto de referências importantes para a construção da PNGATI.

A partir da formalização da PNGATI em 2012, entretanto, houve um direcionamento na orientação dos instrumentos de gestão ambiental e territorial voltados para a implementação da política, para os Etnomapeamentos, Etnozoneamentos e, principalmente, os PGTAs.

O acervo de instrumentos de gestão ambiental e territorial da Coiab, analisado no âmbito desta consultoria, incluem toda essa diversidade de instrumentos prévios e posteriores à edição da PNGATI. Foram analisados Plano de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas, Planos de Vida, Levantamentos Etnoecológicos, Levantamentos Etnoambientais, Etnomapeamentos, Etnozoneamentos, Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, entre outros. A seguir, será feita uma breve descrição de cada um desses instrumentos.

4.1 – Etnomapeamento

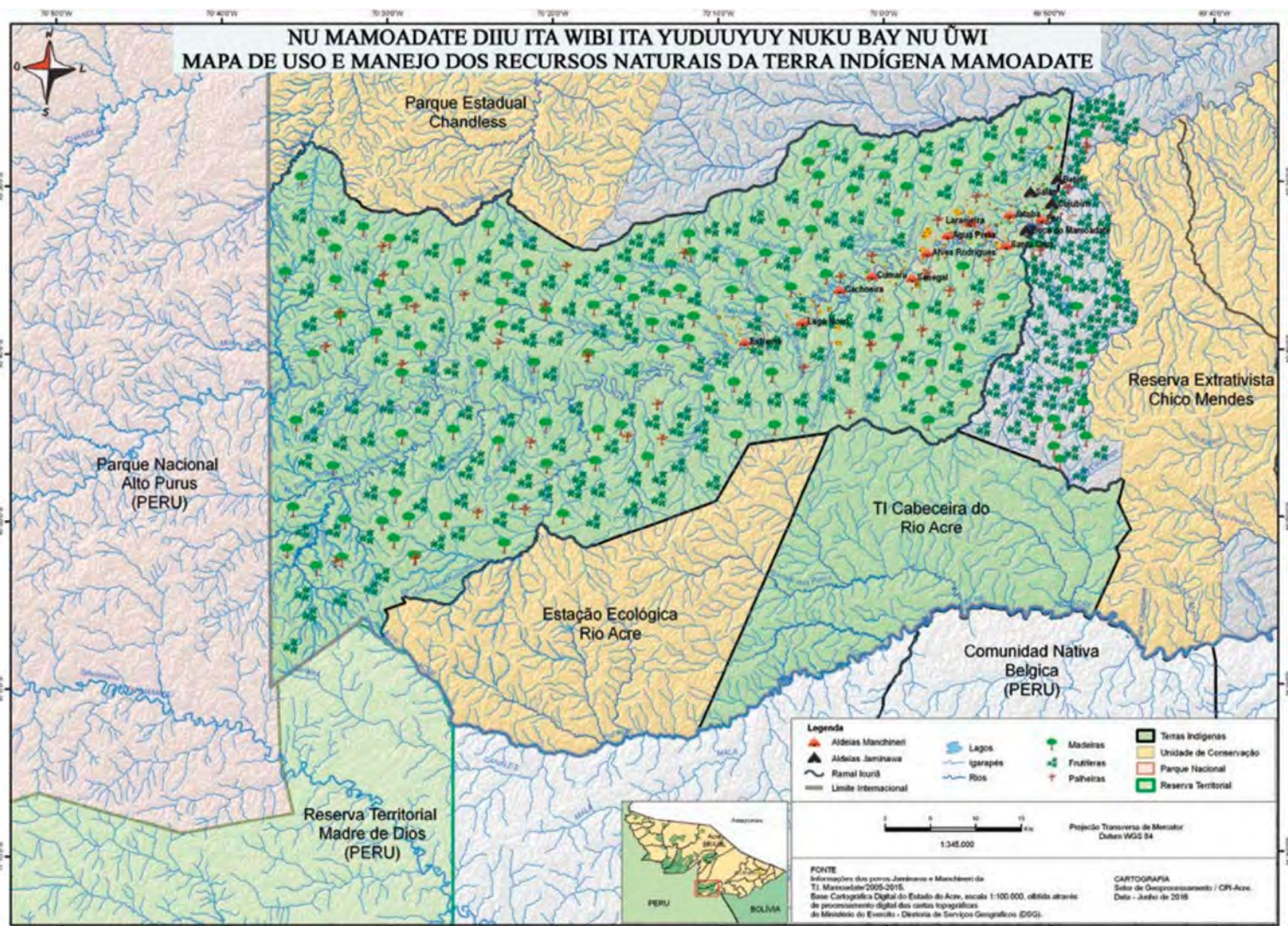
Essa é uma ferramenta e metodologia de gestão ambiental, utilizada em Terras Indígenas, que se materializa na construção de mapas, pelos próprios indígenas, com os locais importantes do seu território, locais de relevância e uso cultural, distribuição espacial dos recursos naturais, identificação de ameaças, pressões e impactos ambientais e outras informações relevantes.

O aspecto metodológico mais importante é que a elaboração dos etnomapas deve ser baseada na perspectiva e definição de prioridades das próprias comunidades envolvidas no processo. Desta forma, os formatos e processos de construção dos etnomapas é bastante variável. Podem ser elaborados com base em desenhos livres, uso de imagens de satélite, croquis, mapas e cartas geográficas. Representa um diagnóstico amplo do território, em termos de potencialidades e ameaças.

Vale aqui mencionar o trabalho pioneiro, realizado pela ONG Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-AC), em conjunto com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC), nas décadas de 1990 e 2000, de realização de etnomapeamento junto a povos e Terras Indígenas no Acre.

A PNGATI definiu o etnomapeamento como uma das principais ferramentas de gestão ambiental e territorial:

I – Etnomapeamento: mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, com base nos conhecimentos e saberes indígenas;



Etnomapeamento do povo Jaminawa da TI Mamoadate no Acre, com ênfase no uso e manejo dos recursos florestais.
Fonte: Etnomapeamento Jaminawa da Terra Indígena Mamoadate.



4.2 – Etnozoneamento

O Etnozoneamento, por sua vez, estabelece a categorização de áreas de uma Terra Indígena, de acordo com sua relevância e importância ambiental e étnica para um povo ou Terra Indígena específicos. Elaborados com base nos Etnomapeamentos e discussões internas das comunidades, de acordo com a Funai, *“...com o Etnozoneamento, é possível identificar áreas com maior ou menor presença de determinado recurso natural, áreas de uso tradicional, áreas de uso potencial, fragilidades ambientais, sítios sagrados, tudo segundo as necessidades prioritárias de conservação ou preservação, fruto do debate e do consenso indígena.”*

A PNGATI também definiu o etnozoneamento como uma das principais ferramentas de gestão ambiental e territorial:

II – Etnozoneamento: instrumento de planejamento participativo que visa à categorização de áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, desenvolvido a partir do etnomapeamento.

4.3 – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) tem como objetivo dar ensejo à autcartografia dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia. O movimento social busca o PNCSA para realizar a cartografia. A partir desse interesse, é realizada uma oficina de mapas com a participação de agentes sociais e pesquisadores do projeto.

Primeiro, são realizados croquis, mapeamento da região, depoimentos sobre a história social e problemas na comunidade. Em um segundo momento, sem os pesquisadores, os agentes marcam os pontos que consideram significativos em seu território. O PNCSA recolhe as informações e as georeferencia na base cartográfica, inserindo ilustrações produzidas nos croquis que são transformados em ícones para compor as legendas dos mapas. Transcrevem-se as entrevistas e selecionam-se as que comporão os fascículos. Monta-se o protótipo do fascículo, remetido à comunidade, que faz as correções que deseja.

A partir daí, as providências para a publicação. A maioria dos exemplares fica de posse do movimento social, e por ele é utilizada como parte integrante de sua estratégia de autoafirmação social e de resolução de seus problemas. Como resultado, os fascículos apoiam as comunidades numa visualização preliminar do seu território e sua gestão estratégica. Desta forma, embora não estejam vinculados à PNGATI, são incorporados como instrumentos complementares de gestão ambiental e territorial.

4.4 – Levantamento Etnoecológico

O Levantamento Etnoecológico é uma pesquisa realizada por um trabalho de campo em determinado tempo e fundamentado em informações bibliográficas disponíveis no momento de sua realização. Os levantamentos etnológicos foram promovidos pelo **Projeto de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal/PPTAL**.

Tomando como base metodologia comum, esses Levantamentos tinham o objetivo de proporcionar uma perspectiva etnoecológica para as Terras Indígenas, especialmente aquelas demarcadas em período anterior ao Decreto no 1.775/1996 e Portaria Funai n.14/1996, que contemplavam informações ambientais e sociais na elaboração dos estudos.

A ideia era a de proporcionar subsídios a planejamentos de gestão nas áreas identificadas, contribuir para a capacitação e a apropriação dos resultados pela Funai e pelas comunidades indígenas, fornecer informações cruciais para o desenvolvimento de qualquer processo subsequente de gestão nas áreas.

Dois aspectos são fundamentais da metodologia desses levantamentos:

- 1) Formação de conjuntos de terras, denominados “Complexos”, contemplando tipos e usos de ambientes naturais (físicos e bióticos);
- 2) Realização dos estudos sob responsabilidade de equipes multidisciplinares com especialistas, qualificados em Antropologia Social e Ciências Ambientais.

Apesar de muitos dos Levantamentos Etnoecológicos apresentarem um detalhado diagnóstico ambiental e social das Terras Indígenas de abrangência, considerando que os levantamentos foram realizados há mais de 15 anos, as informações carecem de uma importante atualização. Desta forma, estes documentos servem mais como referência histórica, apresentando um momento determinado, do que um diagnóstico social e ambiental em si, sendo necessária uma atualização dos dados.

Outra questão importante é a metodologia utilizada nos levantamentos, concentrada na responsabilidade de profissionais e especialistas não indígenas. Com a emergência de profissionais indígenas em diversas áreas de formação, consolidação de metodologias participativas, este aspecto da metodologia teria que ser revista para fortalecer o protagonismo dos indígenas na elaboração dos documentos.

4.5 – Plano de Vida

A denominação Plano de Vida apresenta similaridades com os instrumentos de planejamento elaborados por povos indígenas em outros países amazônicos como Colômbia e Peru. Na prática, são documentos que norteiam a visão de futuro das comunidades de um território, suas perspectivas, prioridades e linhas de ação.

Alguns povos indígenas no Brasil assimilaram esta metodologia e elaboraram seus Planos de Vida, a exemplo dos Yawanawa, do Acre, Gavião da TI Mãe Maria, no Pará, e os povos indígenas do Oiapoque, no Amapá. O resultado, em geral, se assemelha aos PGTAs.

No caso do Plano de Vida do Oiapoque, o Plano de Vida é definido como “uma forma de descrever o que se quer para o futuro, organizar esses objetivos e descrever como esperamos que eles sejam alcançados. É como se fosse um grande projeto, que guiasse todas as ações de uma pessoa, ou, de uma comunidade inteira, rumo ao alcance de um ou mais objetivos maiores. No caso dos Povos Indígenas do Oiapoque, o objetivo maior é garantir uma boa qualidade de vida, tanto no âmbito social quanto no ambiental”.

PLANO DE VIDA

DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO OIAPOQUE



de Terras Indígenas - PGTA

Após a edição da PNGATI, a Funai publicou, em 2013, as Orientações para Elaboração dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, destacando o instrumento como a principal ferramenta de implementação da Política. Nesse documento, define-se o que é um plano de gestão e seus objetivos.

O documento indica que os PGTA's devem ser construídos conforme a especificidade de cada povo indígena, suas características políticas, sociais, culturais e econômicas, assim como a territorialidade e especificidades ambientais dos territórios. No processo de elaboração, ainda de acordo com as orientações da Funai, devem ser observados alguns princípios gerais:

- ◆ Protagonismo dos povos e comunidades indígenas
- ◆ Legalidade e respeito às normas vigentes
- ◆ Sustentabilidade e atendimento às necessidades das gerações do presente e futuras
- ◆ Estabelecimento de acordos/pactos entre as comunidades envolvidas

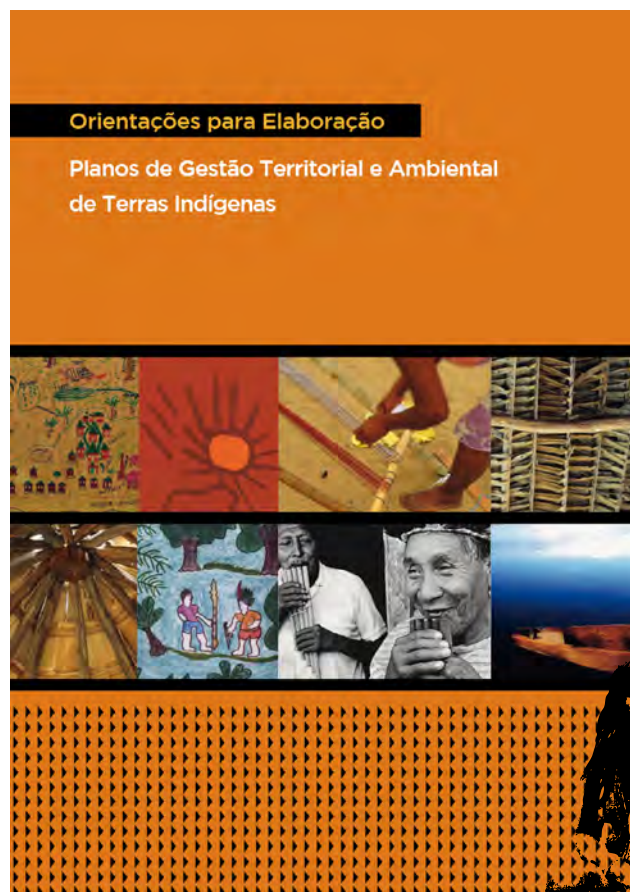
Embora haja o reconhecimento que as estratégias de elaboração dos PGTA's dependem das características e decisões dos povos e comunidades envolvidos, são indicadas algumas etapas importantes para este processo de elaboração.

São cinco as etapas sugeridas:

Etapas 1: Sensibilização e Mobilização, que incluem o contato e sensibilização das famílias, aldeias e grupos indígenas sobre o PGTA, explicando seus objetivos, finalidade e proposta de metodologia para sua construção.

Etapas 2: Diagnóstico, que deve ser realizado junto às comunidades envolvidas, utilizando duas metodologias principais: Diagnóstico participativo e Etnomapeamento.

Etapas 3: Planejamento, que inclui a definição e priorização de ações e projetos



para as comunidades indígenas. Pode ser utilizado o etnozoneamento como uma ferramenta de ordenamento e planejamento indígena. Também está previsto o estabelecimento de acordos (internos e externos).

Etapa 4: Execução, que representa o período de implementação das ações planejadas e previstas no PGTA, considerando os acordos internos dos grupos indígenas e os acordos com demais atores e parceiros envolvidos.

Etapa 5: Monitoramento e Avaliação, cujas atividades estão voltadas para o acompanhamento do transcorrer das atividades, tendo como objetivo que todo o processo seja constantemente avaliado e aprimorado pelos grupos indígenas e demais partes envolvidas.

Como se percebe, o PGTA reúne em uma única ferramenta as funções de ‘diagnóstico’ e ‘planejamento’, o que antes era realizado através de dois ou mais instrumentos distintos.

De um modo geral, podemos destacar dois objetivos principais dos planos de gestão:

- 1) construir acordos coletivos para melhor convivência e uso sustentável dos recursos naturais; e 2) definir prioridades e critérios para orientar as ações de órgãos públicos e parceiros não governamentais.

Além disso, os PGTA apresentam uma série de outras potencialidades com sua elaboração e implementação. Por representar um planejamento amplo e geral, com as principais aspirações e prioridades dos povos e comunidades indígenas, os PGTA se configuram como estratégias e instrumentos de acesso aos direitos indígenas.

Os PGTA também se consolidam como instrumentos de “diálogo intercultural”, ao traduzir para as instituições e sociedade não indígena suas formas de gestão ambiental e territorial e registrar suas preocupações e respectivas propostas de solução.

Em termos práticos, a diversidade de processos de elaboração e formatos dos PGTA é tão grande quanto a diversidade dos povos indígenas. Atualmente, a Funai tem catalogados mais de 150 PGTA em todo o Brasil, sendo que existe uma enorme variedade em termos de formatos, abrangência étnica e territorial, arranjos de elaboração e implementação, eixos temáticos de planejamento, entre outros fatores.

Este conjunto é muito dinâmico, na medida em que muitos povos e comunidades indígenas têm se engajado em elaborar novos PGTA ou mesmo atualizar documentos produzido há alguns anos. Além disso, diversas instituições financiadoras, a Funai e o Ministério dos Povos Indígenas têm demonstrado um foco prioritário na PNGATI e na elaboração e implementação dos PGTA em todo o Brasil.

Os desafios de implementação passam tanto pelos mecanismos de financiamento das ações, quanto pela constante avaliação e readequação das propostas. Nesse sentido, atenção especial deve ser dada à configuração dos arranjos institucionais necessários à implementação e acompanhamento dos PGTA's.

Os PGTA's, enfim, são importantes instrumentos de planejamento e implementação da PNGATI, devendo ser devidamente apropriados pelas instituições responsáveis pela elaboração e execução das políticas públicas. Entende-se, assim, que os PGTA's são instrumentos estratégicos para a própria articulação e coordenação das diversas políticas públicas voltadas aos povos indígenas nos âmbitos federal, estadual e municipal. E, antes de tudo, são instrumentos estratégicos para os povos indígenas refletirem e planejarem o presente e o futuro de seus territórios.

Alguns exemplos de PGTA's elaborados na Amazônia brasileira



5 - Sistematização dos documentos analisados

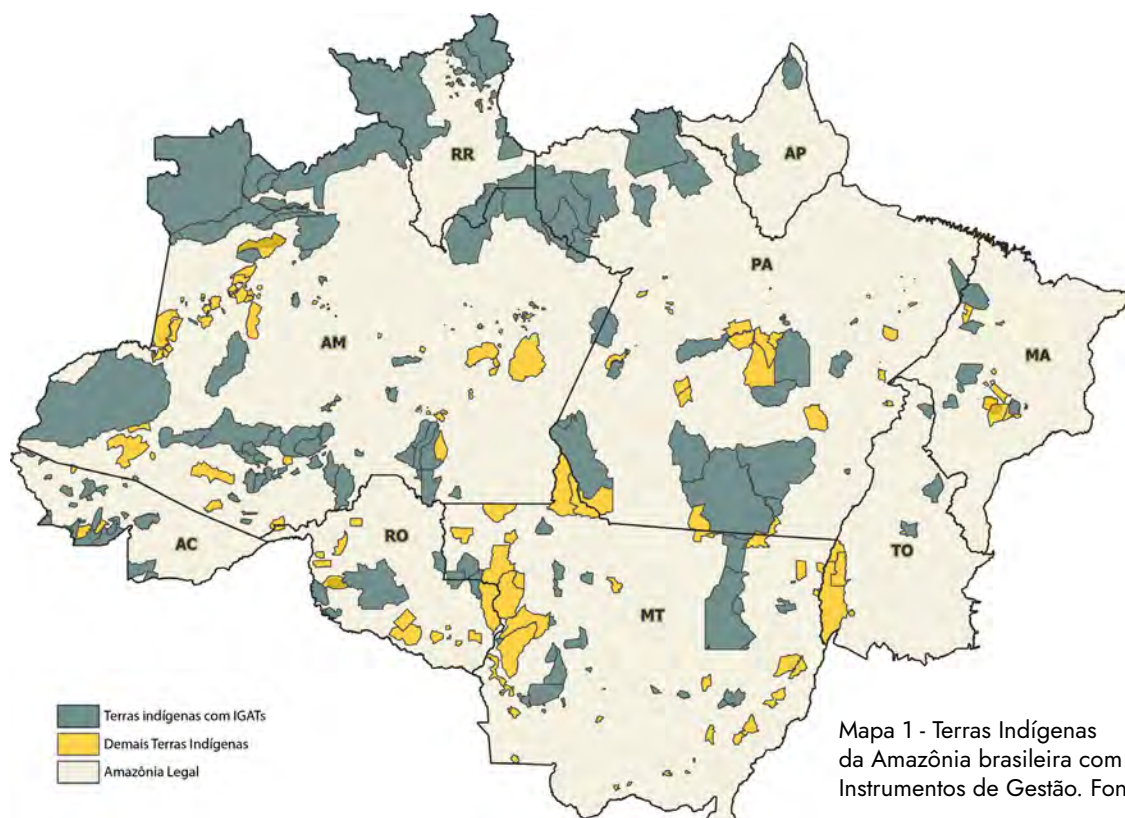
Neste item será apresentada uma sistematização geral dos 100 documentos analisados, que fazem parte do acervo da Coiab de instrumentos de gestão ambiental e territorial. Esta sistematização está baseada nas informações coletadas no preenchimento dos formulários e se refere à classificação de diversos atributos avaliados nos documentos. Embora a análise possua uma abordagem predominantemente quantitativa, é importante observar que alguns dos atributos analisados estão suscetíveis à interpretação, aspecto que será destacado nos comentários correspondentes.

5.1 – Quantidade de Terras Indígenas com instrumentos de gestão territorial

Foram identificadas 134 Terras Indígenas com algum tipo de instrumento de gestão territorial na Amazônia brasileira. Esse número representa 31% das 424 Terras Indígenas registradas na região amazônica. Os nomes das Terras Indígenas foram extraídos dos documentos analisados, inclusive com a identificação de seus respectivos códigos na listagem da Funai.

No total, essas 134 Terras Indígenas abrangem uma área de cerca de 70 milhões de hectares, o que representa aproximadamente 60% da área total das Terras Indígenas na Amazônia brasileira (115.344.445 hectares). No mapa 1, abaixo, destacamos as Terras Indígenas contempladas nos documentos analisados.

Esses dados indicam que, embora uma parcela significativa das Terras Indígenas já possua algum tipo de instrumento de gestão territorial, ainda há muito a ser feito.



Mapa 1 - Terras Indígenas da Amazônia brasileira com Instrumentos de Gestão. Fonte: Coiab









Terras Indígenas

1	Acimã	41	Jacamim
2	Alto Rio Guamá	42	Jaminaua/Envira
3	Alto Rio Negro	43	Japuirá
4	Alto Rio Purus	44	Jarawara/Jamamadi/Kanamati
5	Alto Sepatini	45	Juininha
6	Anaro	46	Juma
7	Aningal	47	Jumina
8	Apinayé	48	Jurubaxi-téa
9	Apurinã Igarapé Tauamirim	49	Juruna do Km 17
10	Apurinã do Igarapé São João	50	Kampa do Igarapé Primavera
11	Apyterewa	51	Kampa do Rio Amônia
12	Arara da Volta Grande do Xingu	52	Kampa e Isolados do Rio Envira
13	Arariboia	53	Kanamari do Rio Juruá
14	Balaio	54	Kanelat
15	Banawá	55	Katukina/Kaxinawá
16	Barata Livramento	56	Kaxinawá Ashanika do Rio Breu
17	Boqueirão	57	Kaxinawá Colônia Vinte e Sete
18	Cabeceira do Rio Acre	58	Kaxinawá Seringal Independência
19	Cachoeira Seca	59	Kaxinawá da Praia do Carapanã
20	Caititu	60	Kaxinawá do Baixo Rio Jordão
21	Camadeni	61	Kaxinawá do Rio Humaitá
22	Campinas/Katukina	62	Kaxinawá di Rio Jordão
23	Caru	63	Kaxuyana-Tunayana
24	Catipari/Mamoria	64	Kraolandia
25	Cuiu-Cuiu	65	Krikati
26	Cué Cué/ Marabitanas	66	Kulina Igarapé do Pau
27	Deni	67	Kumarú do Lago Ualá
28	Diahui	68	Las Casas
29	Erikpatsá	69	Mamoadate
30	Escondido	70	Mangueira
31	Estação Parecis	71	Manoa/Pium
32	Estivadinho	72	Manoki
33	Figueiras	73	Maraiwatsede
34	Galibi	74	Maraã Urubaxi
35	Governador	75	Menkü
36	Igarapé Lourdes	76	Moskow
37	Igarapé do Caucho	77	Munduruku
38	Ipixuna	78	Muriru
39	Irantxe	79	Mãe Maria
40	Itixi Mitari	80	Médio Rio Negro I

Terras Indígenas

81	Médio Rio Negro II	108	Rio Formoso
82	Nhamundá/Mapuera	109	Rio Gregório
83	Nova Jacundá	110	Rio Guaporé
84	Nove de Janeiro	111	Rio Negro Ocaia
85	Nukini	112	Rio Paru D'Este
86	Pacaas Novas	113	Rio Téa
87	Paquicamba	114	Riozinho do Alto Envira
88	Parana do Boa Boa	115	Roosevelt
89	Parana do Paricá	116	Sawré Muybu (Pimental)
90	Paresi	117	Serra da Moça
91	Parque do Tumucumaque	118	Seruini/Mariene
92	Terra Indígena do Xingu	119	Sete de Setembro
93	Paumari do Cunhua	120	Tabalascada
94	Paumari do Lago Manissuã	121	Tirecatina
95	Paumari do Lago Marahã	122	Tricheira Bacaja
96	Paumari do Lago Paricá	123	Trombetas/Mapuera
97	Paumari do Rio Ituxi	124	Tumiã
98	Peneri/Tacaquiri	125	Uaçá
99	Pirahã	126	Uirapuru
100	Pirineus de Souza	127	Uneixi
101	Ponte de Pedra	128	Utiariti
102	Porquinhos	129	Vale do Javari
103	Poyanawa	130	Waiãpi
104	Raimundão	131	Xerente
105	Raposa Serra do Sol	132	Yanomami
106	Rio Apaporis	133	Zoe
107	Rio Biá	134	Água Preta/Inari

Quadro 1 - Nomes das Terras Indígenas. Fonte: Funai



5.2 – Instrumentos de gestão territorial identificados

A grande maioria dos documentos disponíveis no acervo da Coiab é de Planos de Gestão Territorial e Ambiental – PGTA (76%). Os outros documentos possuem menos de 10 ocorrências cada, conforme indicado no Quadro 2 e Gráfico 1.

É importante salientar a premissa metodológica utilizada para esta definição. Muitos documentos contemplam mais de um instrumento de gestão, ou seja, em diversos PGTA também estão inseridos outros instrumentos, inclusive no título, especialmente etnomapeamentos e etnozoneamentos. Porém, optamos por registrar apenas a referência a um instrumento, preferencialmente os PGTA, por serem mais abrangentes.

Tipo de instrumento	Quantidade
Plano de Gestão Territorial e Ambiental - PGTA	74
Plano de Vida	7
Levantamento Etnoecológico	7
Etnomapeamento	4
Outro	4
Etnozoneamento	3
Levantamento Etnoambiental	1
Total Geral	100

Quadro 2 - Tipos de Instrumentos de Gestão Territorial e Ambiental analisados. Fonte: Coiab.

Gráfico: Tipo de Instrumento

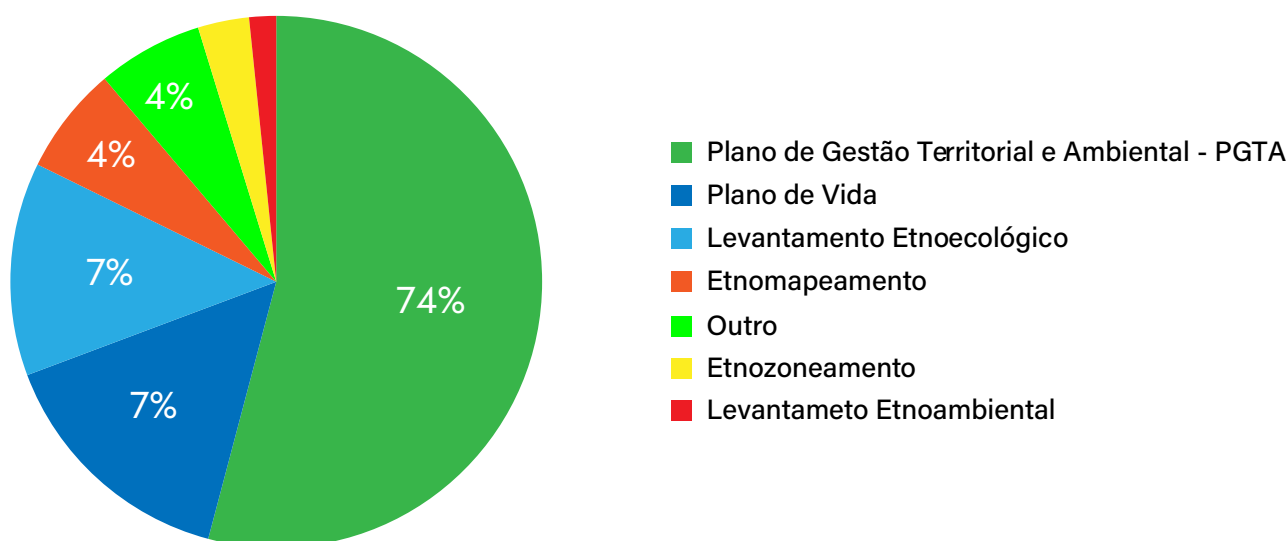


Gráfico 1 - Tipo de Instrumento de Gestão Territorial e Ambiental (IGATIs). Fonte: Coiab.

5.3 – Ano de publicação do documento

Alguns documentos analisados não indicam a data de publicação (9%). O restante está distribuído entre 2006 e 2021. Um dado interessante é que 31% dos documentos analisados foram publicados até 2012, ano em que foi decretada a PNGATI, o que reforça a ideia de que já havia um acúmulo de experiências anterior à política, que inclusive serviu de inspiração para a construção da mesma.

Por outro lado, com a perspectiva de avanço na elaboração de novos PGTA's, esta porcentagem tende a diminuir, inclusive devido à necessidade de atualização dos documentos, visando incorporar mudanças nos cenários enfrentados pelos povos indígenas, assim como suas novas demandas.

Ano	Quantidade	Ano	Quantidade
2006	1	2015	6
2007	4	2016	7
2008	9	2017	1
2009	2	2018	8
2011	5	2019	8
2012	10	2020	11
2013	5	2021	7
2014	7	Não Consta	9
		Total Geral	100

Quadro 3 - Ano de publicação dos IGATIs.

Gráfico: Ano de Publicação

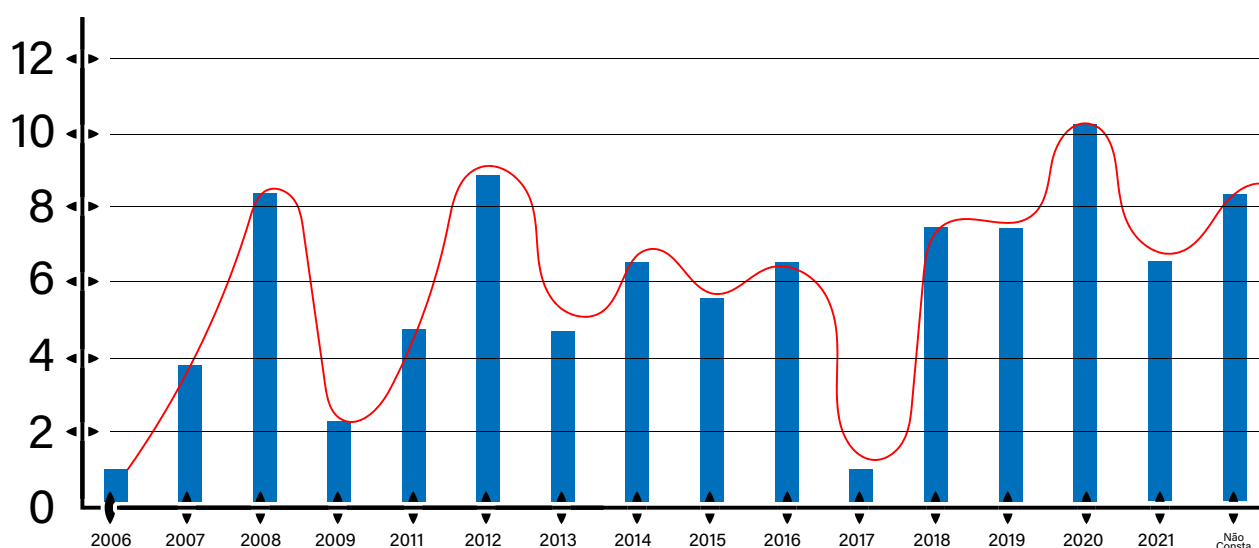


Gráfico 2 - Ano de publicação dos IGATIs.

5.4 – Povos indígenas identificados nos documentos

Entre os PGTA's e outros instrumentos de gestão ambiental e territorial, a grande maioria abrange de 1 a 5 povos indígenas, totalizando 85% dos casos analisados, conforme pode ser observado no Quadro 4.

Porém, os 15% restantes apresentam arranjos extremamente variados e complexos em termos de abrangência de povos indígenas, sendo que em 3 casos são 20 povos ou mais contemplados no mesmo documento.

Outro aspecto a ser destacado é que alguns povos possuem mais de um PGTA ou outro instrumento de gestão ambiental e territorial elaborado, valendo mencionar, por exemplo, os Manchineri **(AC)**, Parakanã da TI Apyterewa **(PA)**, Suruí **(RO)**, Macuxi e Wapichana **(RR)** entre vários outros.

No total, foram identificados 152 povos distintos nos 100 documentos analisados, cuja lista pode ser verificada no Quadro 5. Vale um comentário sobre a metodologia aplicada na identificação e sistematização desta lista de povos indígenas contemplados.

O primeiro passo foi identificar os povos considerados a partir da leitura dos documentos, efetuando o preenchimento do formulário e subindo para o banco de dados. Este registro foi feito exatamente da forma como o nome dos povos foi registrado nos documentos.

Após a finalização da sistematização, os dados foram consolidados, gerando uma extensa lista com nomes de povos indígenas. Essa lista passou a ser analisada minuciosamente, buscando identificar possíveis desvios, tais como registro do mesmo povo com duas ou mais grafias distintas, registro do mesmo povo com duas ou mais denominações distintas e outras ocorrências.

A partir desta análise a lista foi consolidada, realizando verificações em sítio eletrônicos da Coiab, Instituto Socioambiental (ISA), Funai e outras instituições.

Povos indígenas no Documento	Quantidade de PGTA's
1	50
2	21
3	6
4	5
5	3
6 a 10	6
11 a 19	6
20 a 22	3
Total	100

Quadro 4 - Número de etnias (povos indígenas) por PGTA e/ou outros IGATIs

Povos Indígenas

1	Aikanã	48	Kahyana	95	Mura	142	Xikrin do Bacajá (Mebêngôkre)
2	Aparai	48	Kaiabi (Kawaiwete)	96	Myky	143	Xipaya
3	Apinajé (Apinayé)	50	Kalapalo	97	Nadëb	144	Xow yana
4	Apurinã	51	Kamadeni	98	Nahukuá (Nahukwá)	145	Yanomami
5	Apiaká	52	Kamaiurá	99	Namiquara (Nambikwara)	146	Yawalapiti
6	Aramayana	53	Kanamari	100	Naruvotu	147	Yawanawa
7	Arapaso	54	Kanoê	101	Nukini	148	Ye'kwana
8	Arara Karo	55	Karapanã (Ukopinãpona)	102	Palikur	149	Yudjá (Juruna)
9	Arikapú	56	Karipuna	103	Parakanã	150	Yuhuodëh
10	Aruá	57	Katukina (Nuke Kuĩ)	104	Paresí (Halíti)	151	Zo'é
11	Aashaninka (Ashenïka)	58	Katwena	105	Parintintin (Pyakahu)		
12	Awá Guajá	59	Kaxuyana (Katxuyana)	106	Parukwoto		
13	Aweti	60	Kayapó (Mebêngôkre)	107	Patamona		
14	Banawá	61	Kisêdjê	108	Paumari (Pamoari)		
15	Baniwa	62	Kokama	109	Pirahã		
16	Bará (Waipinômakã)	63	Koripako	110	Piratapuia (Waíkhana)		
17	Baré	64	Korubo	111	Puyanawa		
18	Canela Apanyekrá	65	Kotiria (Wanano)	112	Rikbasktsa		
19	Canela Ramkokamekrá	66	Krahô	113	Sapará		
20	Cikyana	67	Krênjê (Krenyê)	114	Shanenawa		
21	Cinta Larga	68	Krepynkatejê	115	Siriano (Siriãmahsã)		
22	Dâw	69	Krikatí	116	Suruí (Paíter)		
23	Deni (Madiha)	70	Kubeo (Pamiwa)	117	Suruwahá		
24	Desana (Umukomasã)	71	Kuikuro	118	Tapayna		
25	Djeoromitxí	72	Kujubim	119	Tariana (Tariano, Talieseri)		
26	Galibi-Marworno	73	Kulina (Madija)	120	Taurepang		
27	Galibi Kali'na	74	Kulina Pano	121	Tembé (Tenetehara)		
28	Gavião (Ikolen)	75	Kuntanawa	122	Ticuna (Magüta)		
29	Gavião Akrãtikatêjê	76	Kuruaya	123	Tiriyó		
30	Gavião Parkatejê	77	Kyikatejê	124	Trumai		
31	Gavião Pykobjê	78	Macuxi	125	Tukano (Yepá Mahsã)		
32	Guajajara (Tenetehara)	79	Makuna (Yebamahsã)	126	Tunayana		
33	Guarani Mbya	80	Makurap	127	Tupari		
34	Hixkaryana	81	Mamori	128	Tuyuka (Utapinopona)		
35	Irantxe (Manoki)	82	Manchineri	129	Txikyana		
36	Hi-Merimã	83	Marubo	130	Tsohom-dyapa		
37	Katawixi	84	Mashko Isolados do Rio Iaco	131	Waiwai		
38	Huni Kuĩ	85	Mashko Isolados do Rio Envira	132	Wajãpi		
39	Hupd'äh	86	Matipu	133	Wajuru		
40	Ikpeng	87	Matis	134	Wapichana		
41	Ingarikó	88	Matsés (Mayoruna)	135	Wari'		
42	Jamamadi (Kanamanti)	89	Mawayana	136	Waujá		
43	Jaminawa	90	Mehinako	137	Wayana		
44	Jarawara	91	Mínпойana	138	Werekena		
45	Jaricuna	92	Miranha	139	Xavante (A'uwe)		
46	Jiahui	93	Mirititapuaia	140	Xerente (Akwê)		
47	Juma	94	Munduruku	141	Xerew		

Quadro 5 - Lista das etnias (povos indígenas) que possuem PGTA e/ou outros IGATIs.

5.5 – Presença de povos indígenas isolados

Entre os 100 documentos analisados, foi registrada a referência a povos indígenas isolados em 17 casos (17%), conforme indicado no Quadro 6 e no Gráfico 3.

Vale salientar que alguns desses casos referem-se a distintos documentos que abrangem uma mesma Terra Indígena, a exemplo do ***“Etnomapeamento Jaminawa da Terra Indígena Mamoadate”***, ***“Terra nossa mãe nunca se acaba: Plano de Gestão da Terra Indígena Mamoadate”*** e ***“Etnozoneamento da Terra Indígena Mamoadate”***, todos voltados para a TI Mamoadate (AC), e que apresentaram abordagem específica relacionada a povos indígenas isolados.

Evidentemente, não há participação direta dos indígenas em isolamento voluntário na elaboração dos documentos, mas sua inserção se dá na medida em que as comunidades envolvidas discutem e estabelecem estratégias de cuidado e identificam a territorialidade dos grupos isolados.

Embora a existência de povos indígenas em isolamento voluntário seja uma realidade restrita a determinadas regiões da Amazônia, é imprescindível destacar que, sempre que essa singularidade se manifesta em um território e considerando a ausência de contato direto com a sociedade, torna-se ainda mais crucial adotar uma abordagem cautelosa e especializada no contexto dos PGTAs.

A presença dessas comunidades, marcada por uma profunda conexão com a natureza e práticas ancestrais, assim como a vulnerabilização diante das ameaças externas, demanda não apenas a consideração das questões ambientais, mas também uma compreensão sensível das dinâmicas culturais e sociais únicas a esses grupos.

Destacamos que, apesar de ainda não existirem normativas específicas que condicionem diretamente a presença de povos indígenas em isolamento voluntário nos PGTAs, recomenda-se que essa questão seja tratada como uma prioridade.

A ausência de regulamentações específicas ressalta a necessidade crítica de desenvolver e implementar diretrizes específicas, adaptadas à singularidade dessas comunidades e às complexidades de sua relação com o ambiente circundante.

Presença de povos indígenas isolados	Quantidade
Não	83
Sim	17
Total Geral	100

Quadro 6 - Número de PGTAs e/ou IGATIs que fazem referência a povos isolados

Gráfico: Presença de Isolados

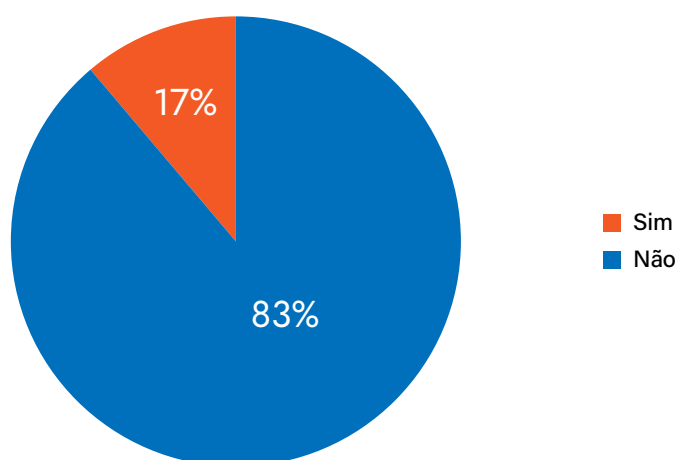


Gráfico 3 - Número de PGTAs e/ou IGATIs que fazem referência a povos isolados.



5.6 – Localização dos instrumentos por Unidade de Federação

Em termos de distribuição territorial por Unidades de Federação, é o estado do Amazonas que possui a maior quantidade de instrumentos de gestão ambiental e territorial avaliados (29%). Vale aqui ressaltar que este número, entretanto, é equivalente à maior quantidade de territórios indígenas no estado.

Chama a atenção o número reduzido de documentos identificados nos estados do Maranhão (2) e Tocantins (1), indicando a necessidade de um investimento mais concentrado de alavancagem da PNGATI nessas regiões. Por outro lado, os 4 instrumentos identificados no Amapá representam 100% das Terras Indígenas do estado, conforme pode ser observado no Quadro 7 e Gráfico 4.

UF	Quantidade
AM	29
AC	23
PA	13
MT	9
RR	8
RO	4
AP	4
MA	2
TO	1
MT, RO	3
PA, AM, RR	1
TO, MA, PA	1
RR, AM	1
PA, AM	1
Total Geral	100

Quadro 7 - Quantidade de PGTA e/ou outros IGATIs por unidade da Federação.

Gráfico: Número de instrumentos por Unidade da Federação

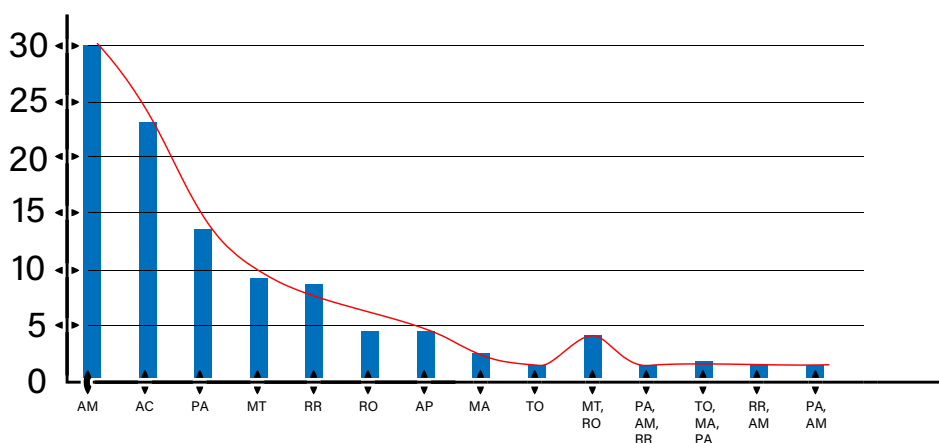


Gráfico 4 - Quantidade de PGTA e/ou outros IGATIs por unidade da Federação

5.7 – Idioma do documento

Todos os instrumentos de gestão ambiental e territorial analisados estão escritos em português, sendo que em 84% dos casos é o único idioma do documento. Em 16% dos casos, entretanto, o documento é bilíngue, incluindo versão total ou parcial dos textos em língua indígena.

Isso reforça um dos objetivos geralmente postulados para estes instrumentos, de diálogo com instituições externas e apoio no acesso a projetos e políticas públicas, o que necessariamente demanda que o documento esteja em português.

Gráfico: Idioma

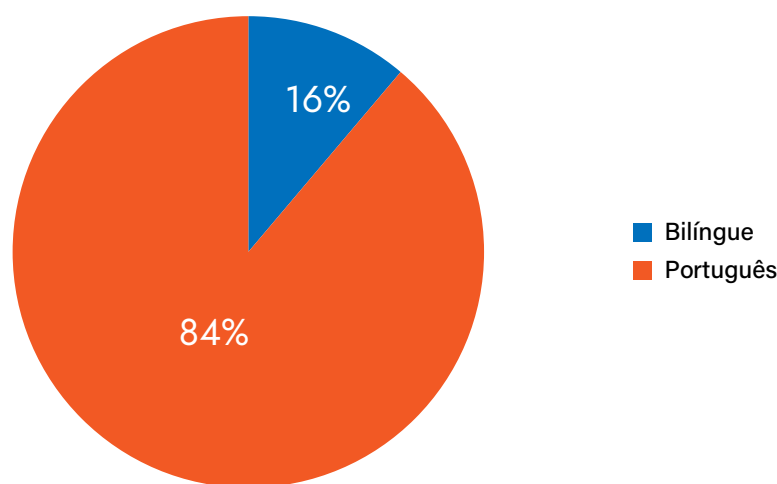


Gráfico 5 - Idiomas dos PGTAs e/ou IGATIs.

Idioma dos PGTAs e/ou IGATIs	Quantidade/números de PGTAs e ou IGATIs
Bilíngue	16
Português	84
Total Geral	100

Quadro 8- Idiomas dos PGTAs e/ou IGATIs

5.8 – Autoria do documento

Muitos dos documentos analisados têm sua autoria compartilhada, ou seja, foram elaborados sob a condução de mais de uma instituição. A grande maioria dos documentos (67%), tem pelo menos uma organização indígena como autora, o que reforça o protagonismo dos povos indígenas na gestão de seus territórios, algo que deve ser incentivado.

Além disso, é notável a presença de ONGs, também referenciadas como Organizações da Sociedade Civil (OSC) (45%) engajadas na elaboração dos documentos, o que reflete os arranjos e parcerias locais. Em relação aos documentos com autoria da Funai (21%), vale destacar que, além da colaboração em processos com organizações indígenas, a instituição foi a responsável pela elaboração de diversos “Levantamentos Etnoecológicos”. Essas informações podem ser apreciadas no Quadro 9 e no Gráfico 6.

Organização indígena	ONG	Funai	Outras instituições governamentais	Cooperação Internacional	Empresa	Outra
67	45	21	13	12	5	3

Quadro 9 - Autoria dos PGTAs e outros Instrumentos

Gráfico: Categoria das organizações responsáveis pelos PGTAs e outros IGATIs.

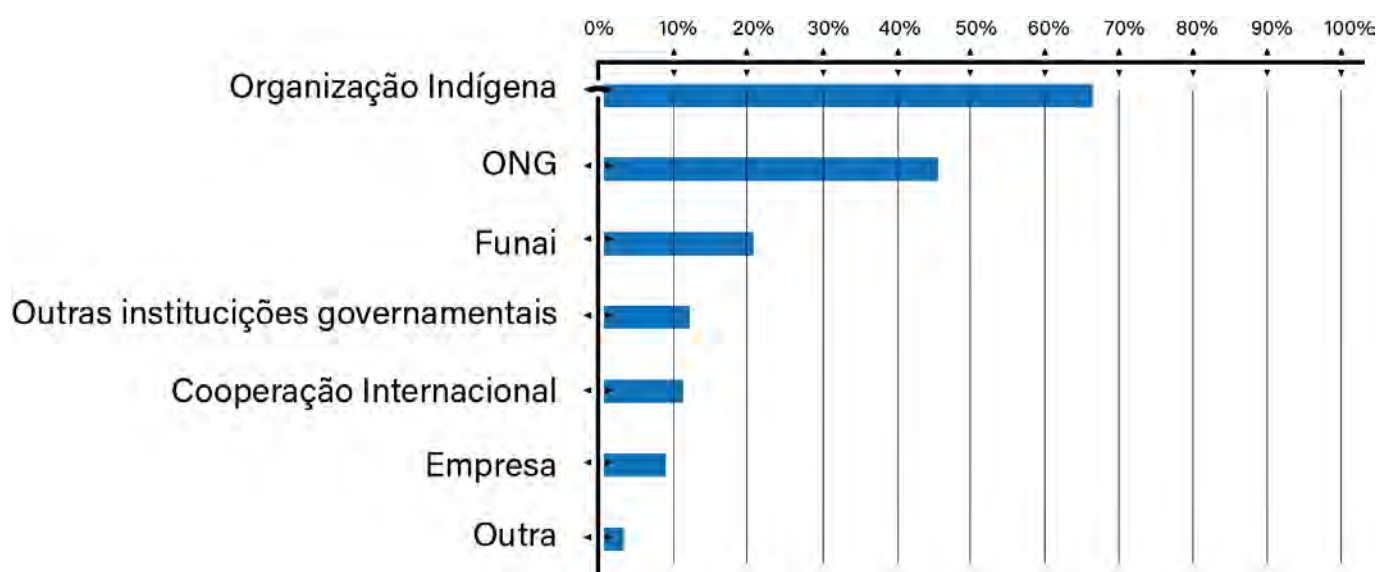


Gráfico 6 - Categoria das organizações responsáveis pelos PGTAs e outros IGATIs.

5.9 – Parcerias, apoios e financiamento

Outro aspecto incluído nas análises dos documentos foram as parcerias, apoios e financiamentos para os processos de elaboração dos instrumentos de gestão ambiental e territorial abordados.

Porém, nem sempre essas informações estão claramente expressas nos documentos. Por exemplo, em alguns documentos, está registrado o “Apoio” de instituições, sem diferenciar o que foi apoio técnico do que foi apoio financeiro. Em alguns casos, ainda, a informação nem mesmo é incluída no documento.

De qualquer forma, os tipos de instituições que tiveram maior presença como parceira na elaboração dos instrumentos analisados foram as ONGs e OSC (59%), Funai (55%) e cooperação internacional (45%), como mostram o Quadro 10 e o Gráfico 7, abaixo.

Em termos de financiamento, estrito senso, naqueles documentos em que esta informação está claramente registrada, vale destacar o apoio da cooperação internacional, Fundo Amazônia e, em alguns casos, de empresas no âmbito de programas de compensação ambiental (PBAs).

Tipo de instituição parceira	Quantidade
ONG	59
Funai	55
Cooperação Internacional	45
Outras instituições governamentais	21
Organização indígena	20
Outra	9
Empresa	6

Quadro 10 - Tipo de organizações parceiras na construção dos PGTA's e outros IGATIs.

Gráfico: Parcerias, Assessoria e Apoio Técnico

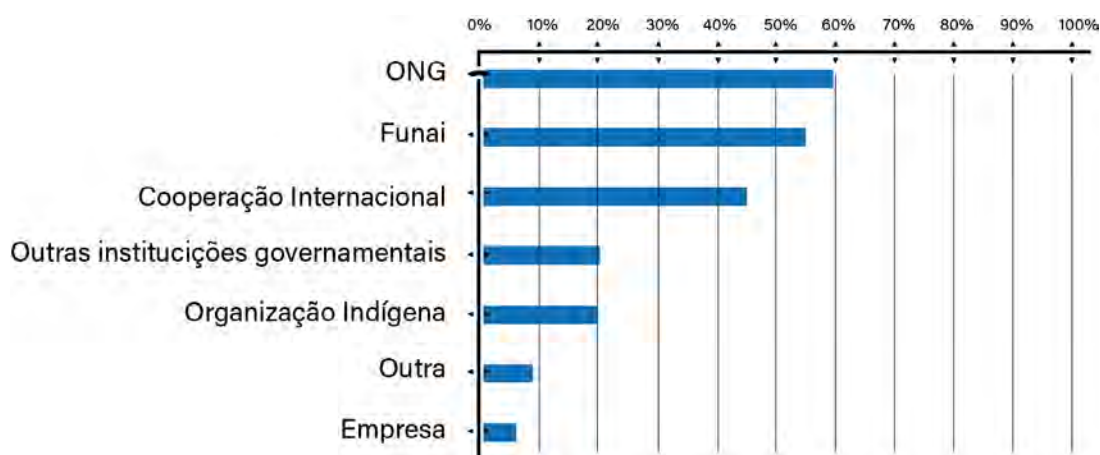


Gráfico 7 - Tipo de organizações parceiras na construção dos PGTA's e outros IGATIs

5.10 – Tempo de elaboração

A informação sobre o prazo de elaboração dos documentos analisados nem sempre é clara, e em cerca de 30% dos casos ela não foi identificada. O registro desse dado frequentemente demandou uma análise detalhada e interpretação da descrição da metodologia empregada, da linha do tempo e das datas apresentadas ao longo do documento, entre outros elementos.

Entretanto, alguns aspectos chamam a atenção nos dados obtidos. Em primeiro lugar, a maioria dos documentos indica, como prazo de elaboração, um período maior que dois anos (42%), o que explicita a complexidade dos processos de construção de instrumentos de gestão territorial indígena.

Além disso, outro aspecto que emergiu das leituras dos documentos é que, muitos deles, mesmo tendo sido elaborados em um prazo de alguns meses, na realidade são fruto de um processo histórico bem mais longo de atividades. Isso inclui processos de formação variados (professores, agentes ambientais, gestão, etc), oficinas participativas, oficinas de etnomapeamento, elaboração de projetos, planejamento territorial e muitos outros. Alguns desses processos prévios abrangem várias décadas de esforços das organizações indígenas, ONGs parceiras, Funai e outras instituições. O Quadro 11 e o Gráfico 8 detalham as informações sobre o tempo médio de elaboração dos PGTAs e outros IGATIs.

Tempo de elaboração do documento	Quantidade
Mais de 25 meses	42
Não especificado	30
Entre 12 e 18 meses	9
Entre 6 e 12 meses	9
Entre 18 e 24 meses	5
Menos de 6 meses	5
Total Geral	100

Quadro 11 - Tempo de elaboração de PGTAs e outros IGATIs

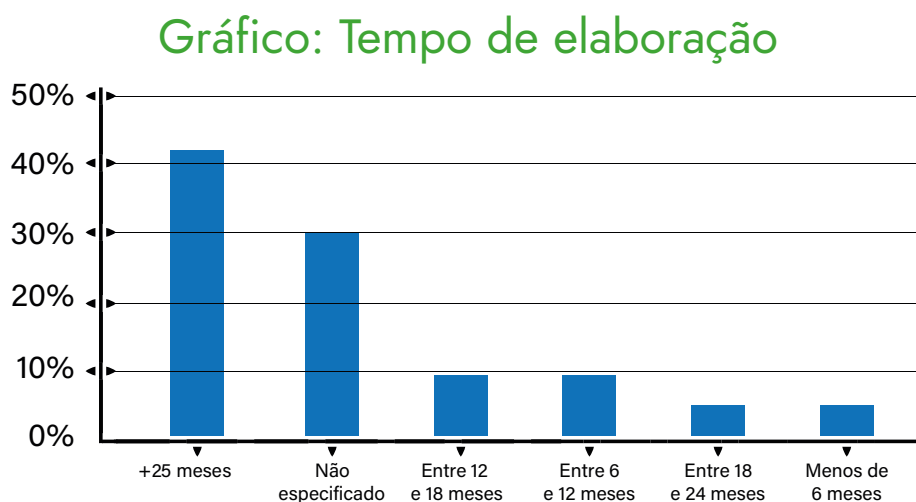


Gráfico 8 - Tempo de elaboração de PGTAs e outros IGATIs.

5.11 – Metodologia de elaboração

Na grande parte dos documentos foi identificada a metodologia empregada na elaboração do instrumento de gestão territorial. Em apenas 6 casos não foi possível identificar essa informação.

A maior parte dos instrumentos foi elaborada a partir de um conjunto diversificado de atividades e metodologias, com destaque para as Oficinas Participativas, presentes em 76% dos processos de elaboração dos instrumentos, seguidas dos Diagnósticos Participativos (46%), Reuniões e Assembleias (45%) e Etnomapeamentos (45%), conforme pode ser apreciado no Quadro 12 e no Gráfico 9.

Esta variedade de metodologias reflete a enorme diversidade de situações dos povos indígenas da Amazônia, destacando o protagonismo das comunidades na definição dos seus processos de construção de PGTA's e outros instrumentos, em colaboração com seus parceiros e aliados.

Metodologia indicada	Quantidade
Oficinas Participativas	78
Diagnósticos Participativos	46
Reuniões e Assembleias	45
Etnomapeamento	45
Etnozoneamento	39
Trabalho de campo	34
Consultorias	28
Entrevistas	20
Pesquisa bibliográfica	18
Outras	17
Não especificado	6

Quadro 12 - Metodologias utilizadas na elaboração dos PGTA's e outros IGATIs.

Gráfico: Metodologias

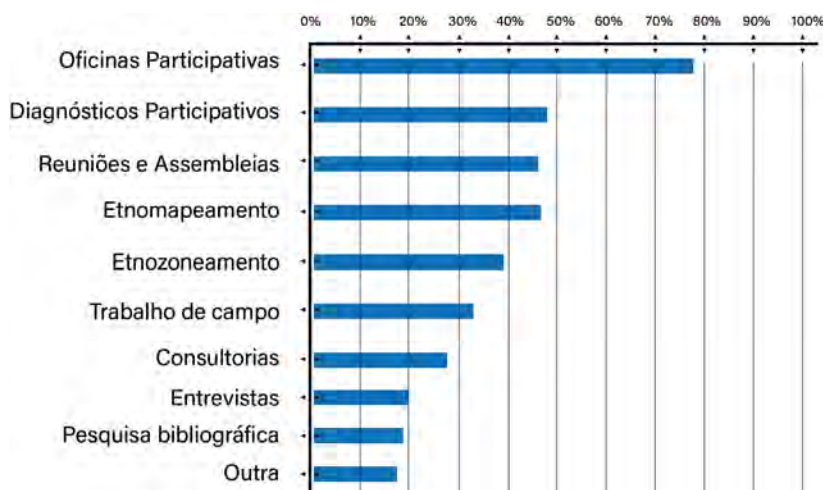


Gráfico 9 - Metodologias utilizadas na elaboração dos PGTA's e outros IGATIs.

5.12 – Formação durante o processo de elaboração

Na análise dos documentos, foi verificada a presença de processos de formação específicos para a construção do PGTA ou instrumento de gestão territorial avaliado. Em alguns documentos, esta informação não apareceu ou não está clara, resultando na classificação como “Não” em grande parte dos casos (77%). Ver Quadro 13 e Gráfico 10.

Destacamos a importância dessa informação, pois os processos de elaboração dos PGTA apresentam enorme potencial pedagógico capaz de fortalecer as comunidades e a aprendizagem dos indígenas envolvidos no processo, inclusive estudantes e profissionais.

Entre os processos de formação mencionados, incluem-se atividades como letramento na elaboração de mapas (etnomapeamento), formação de agentes ambientais indígenas, treinamento de pesquisadores indígenas para a realização dos diagnósticos, formação das comunidades sobre o tema da gestão territorial, treinamento para o uso da GPS, ODK e outras tecnologias, entre outros.

A mensagem que ressalta dessas informações é a necessidade de aproveitar e promover o potencial pedagógico dos processos de construção dos PGTA, incorporando-o como uma diretriz metodológica.

Processo de formação para a elaboração do instrumento	Quantidade
Não	77
Sim	23
Total Geral	100

Quadro 13 - Processos de formação para elaboração dos PGTA e/ou outros IGATIs

Gráfico: Incluiu Processos Formativos?

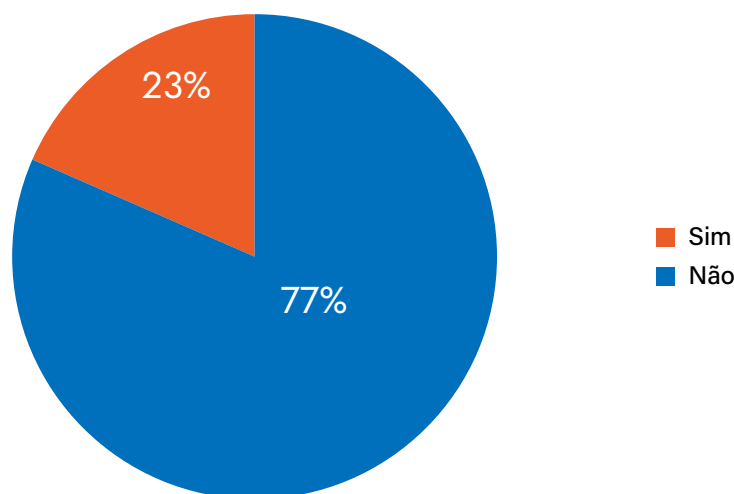


Gráfico 10 - Processos de formação para elaboração dos PGTA e/ou outros IGATIs.

5.13 – Eixos temáticos

Na análise dos documentos, foram observados os eixos temáticos a partir dos quais os PGTAs e outros instrumentos de gestão territorial estão organizados. Contudo, nem sempre essas formulações estão claramente expressas e os termos utilizados nos documentos apresentam uma notável variabilidade.

Desta forma, a partir da leitura dos documentos, foram registrados os eixos temáticos conforme formulados em cada instrumento. A partir desse registro inicial, foi realizada uma classificação de cada eixo em categorias gerais estabelecidas pela equipe de pesquisa, conforme o Quadro 14, abaixo.

Os PGTAs abordam uma enorme variedade de temas, o que reflete a também a diversidade de situações enfrentadas pelos povos indígenas. Alguns temas relacionados diretamente aos eixos temáticos da PNGATI tiveram destaque, como Proteção Territorial (78%), Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais (69%), Iniciativas Produtivas Indígenas (60%) e Proteção Ambiental e dos Recursos Naturais (57%).

Além disso, observamos nos PGTAs a presença significativa de alguns temas que não estão diretamente explícitos na PNGATI como Educação (73%), Cultura (69%) e Saúde (66%), o que indica claramente que estes assuntos são considerados fundamentais para a gestão dos territórios pelos povos indígenas.

Eixo temático	Total
Proteção Territorial	78
Educação	73
Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais	69
Cultura	69
Saúde	66
Iniciativas Produtivas Indígenas	60
Proteção Ambiental e dos Recursos Naturais	57
Governança	33
Geração de Renda	32
Segurança alimentar	25
Formação e Intercâmbio	17
Participação Política	15
Infraestrutura	5
Direitos indígenas	5
Gênero e geração	4
Mudanças climáticas	4
Propriedade Intelectual e Patrimônio Genético	3
Demarcação territorial	3
Biodiversidade	1
Outros	8

Quadro 14 - Eixos temáticos presentes nos PGTAs e/ou outros IGATIs

5.14 – Estruturação dos eixos para o planejamento

A “estruturação dos eixos” refere-se à maneira como coletivamente se constrói o planejamento estratégico na linguagem dos PGTA. Essa expressão abrange a lógica subjacente à organização e desenvolvimento compartilhado dos diversos aspectos e temas que compõem os Planos de Gestão Territorial e Ambiental Indígena. Em outras palavras, trata-se de como cada povo ou conjunto de povos se organiza para planejar a realização das atividades previstas no PGTA, refletindo a interconexão entre os eixos temáticos, ações propostas, identificação de problemas e alocação de responsabilidades.

Observa-se que são muito variáveis as formas de estruturar o planejamento da gestão territorial, presente nos documentos, embora alguns elementos apresentem maior preponderância. A maior parte dos PGTA, 75%, indica as ações ou atividades que devem ser realizadas no âmbito dos diversos eixos temáticos abordados no documento.

Outro aspecto que aparece em quase todos os documentos (72%) são os problemas identificados em cada uma das áreas de atuação ou eixos temáticos do PGTA. Com base nos problemas identificados, são propostas e previstas as ações. Nesta mesma linha, mas de uma perspectiva mais geral, os diagnósticos mais amplos também aparecem em muitos documentos (39%). Além disso, são identificados os responsáveis pela implementação das atividades previstas em uma parcela significativa de PGTA (39%), envolvendo comunidades e organizações indígenas, Funai, ONGs parceiras e outros.

Elemento	Quantidade
Atividades/Ações	75
Problemas identificados	72
Acordos entre as comunidades	41
Diagnóstico	39
Responsáveis pela implementação das atividades e ações	32
Outros	29
Resultados esperados	22
Metas e Indicadores	13
Princípios e Diretrizes	12
Monitoramento e Avaliação	12
Governança	7

Quadro 15 - Elementos de estruturação dos eixos temáticos presentes nos PGTA.

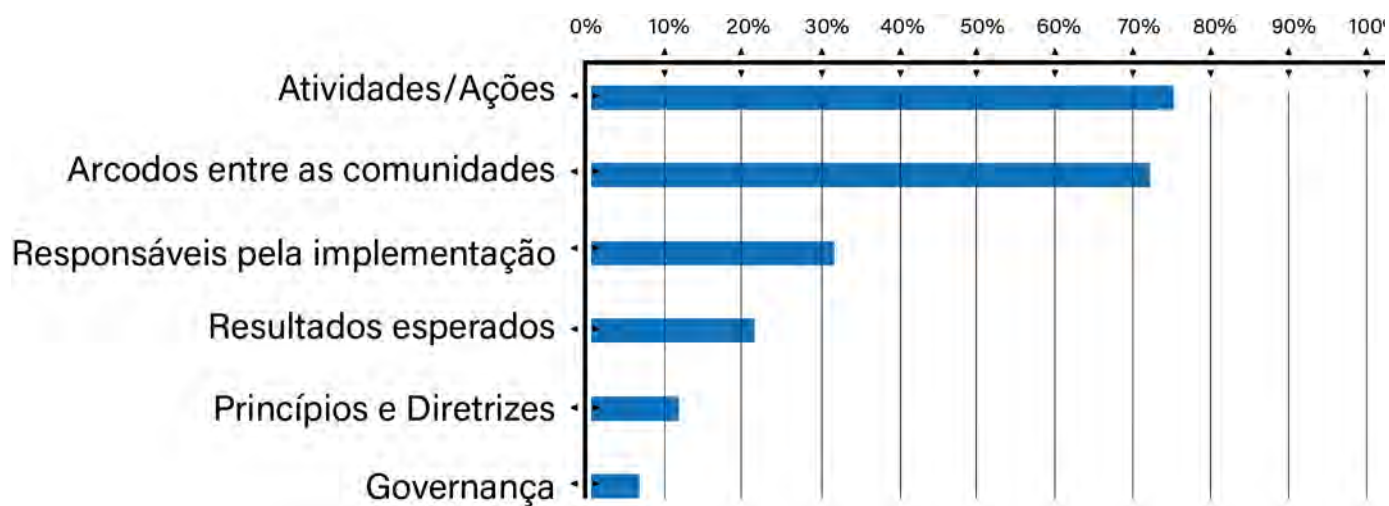


Gráfico 11 - Elementos de estruturação dos eixos temáticos presentes nos PGTA.



5.15 – Estrutura de governança

Um aspecto de enorme relevância para a efetiva implementação dos PGTAs é a sua estrutura de governança, entendida como o arranjo entre as comunidades, lideranças e organizações indígenas, em conjunto com seus parceiros (Funai, ONGs, cooperação internacional, etc.) voltada para a implementação geral das ações previstas, assim como para o acompanhamento e tomada de decisões ao longo deste processo de implementação.

São os Conselhos, Comissões, Comitês, Grupos de Acompanhamento, entre outras denominações, constituídos para uma implementação mais participativa dos PGTAs. A importância do planejamento prévio da estrutura de governança se materializa na maior clareza, por parte dos povos e comunidades envolvidas, em relação às estratégias de implementação dos seus PGTAs, contribuindo potencialmente para uma maior adesão das ao processo.

Nos documentos presentes no acervo da Coiab, foram identificadas estruturas de governança em apenas 36% dos casos, o que sugere a necessidade de um investimento mais expressivo nesse aspecto. Vale salientar, entretanto, que esta porcentagem considera os documentos apenas de diagnóstico, tais como os Levantamentos Etnoecológicos e os Etnomapeamentos, os quais não demandam uma estrutura de governança definida.

Apresentou estrutura de governança	Quantidade
Não	64
Sim	36
Total Geral	100

Quadro 16 - Estrutura de governança nos PGTAs e/ou outros IGATIs

Gráfico: Mecanismos de Monitoramento e Avaliação

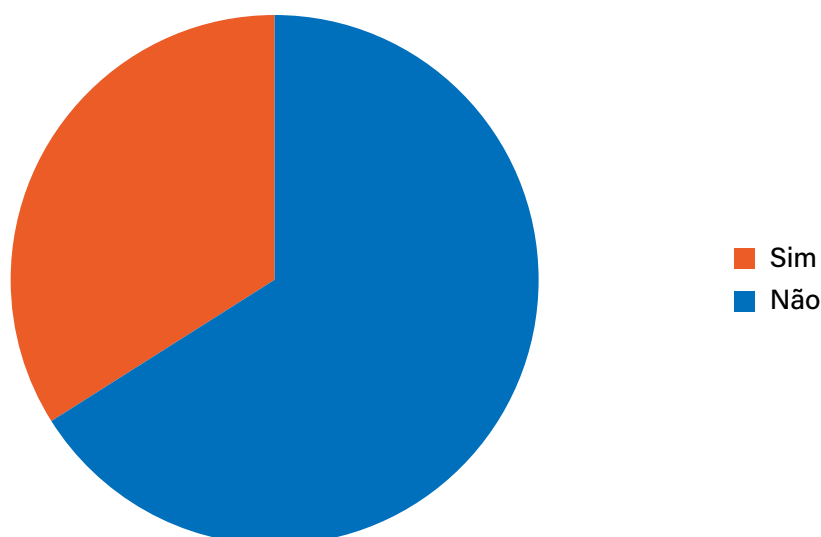


Gráfico 13 - Mecanismos de monitoramento e avaliação nos PGTAs e/ou outros IGATIs.

6 - Avaliação qualitativa dos instrumentos de gestão territorial

Nesta seção serão apresentadas as análises qualitativas feitas a partir da leitura, sistematização e discussão dos 100 documentos referentes aos PGTAs e outros instrumentos de gestão ambiental e territorial na Amazônia brasileira, disponíveis no acervo da Coiab.

Estas análises representam um diagnóstico qualitativo deste conjunto de documentos, procurando destacar as questões de maior relevância que emergiram da sua leitura e sistematização, lições aprendidas, proporcionando uma visão geral do conjunto de instrumentos.

Na análise, serão destacadas as principais questões emergentes, contextualizadas com uma breve explicação sobre as análises realizadas e embasadas com a citação de exemplos concretos referentes a casos específicos observados nos documentos analisados.

Quando algum documento específico for mencionado nas análises, será referenciado pelo número do cadastro do acervo da Coiab, cuja identificação pode ser feita na lista dos 100 documentos analisados e disponibilizada no Anexo 1 deste relatório. Exemplo: **Plano de Gestão Ambiental e Territorial Asheninka do Envira** (2). Basta verificar no item de cadastro 2 do Anexo para acessar os dados do documento analisado.

6.1 – Diversos objetivos apresentados para a elaboração dos Planos de Gestão

Os Planos de Gestão analisados apresentam um conjunto diversificado de justificativas e objetivos para sua elaboração. Alguns documentos são mais detalhados e outros mais sintéticos nas suas explicações. Porém, uma avaliação geral e conjunta dos objetivos apresentados nos documentos auxilia a visualizar as potencialidades dos Planos de Gestão para os povos indígenas na Amazônia e no Brasil. A seguir, serão sistematizados os principais conjuntos de justificativas e objetivos apresentados nos documentos.

Enfrentar os desafios de viver num território delimitado

De forma geral, os povos indígenas da Amazônia Brasileira explicam que, após o processo de regularização fundiária de seus territórios, precisam enfrentar muitos desafios para o bem-viver no presente e no futuro.

A demarcação de uma Terra Indígena é uma grande conquista. Porém, seus limites fixos alteram os processos territoriais tradicionais dos povos indígenas, que eram mais dinâmicos e incluíam a circulação em áreas mais amplas, algumas vezes inclusive de forma compartilhada com outros povos.

Com a delimitação dos limites, esta lógica se altera, somada a mudanças e novos desafios, como a limitação de acesso a recursos naturais, degradação do entorno, crescimento populacional das comunidades indígenas, entre outros. O Plano de Gestão é um desses instrumentos para a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas neste novo contexto.

Estabelecer estratégias de enfrentamento de ameaças e desafios externos à Terra Indígena

Vários documentos analisados indicam que, entre seus objetivos, está o enfrentamento de ameaças externas ao seu território, tais como pressões e violência sofrida das comunidades vizinhas, invasões do território (madeireiros, pescadores, caçadores, garimpeiros), impactos sociambientais decorrentes da implementação de empreendimentos no entorno das Terras Indígenas.

Alguns povos do Acre, que habitam a fronteira Brasil/Peru, por exemplo, registram que seus instrumentos de gestão têm entre seus objetivos o enfrentamento de ameaças oriundas do narcotráfico na região e invasões de madeireiros, pescadores, caçadores, inclusive os que vêm do outro lado da fronteira.

Proporcionar uma visão de futuro para os povos e Terras Indígenas

A visão de futuro está incluída entre os principais objetivos dos Planos de Gestão analisados, na medida em que os documentos registram preocupações, anseios e propostas indígenas para o presente e para o futuro das comunidades que vivem nas Terras Indígenas, sendo base para a tomada de decisões futuras e registrando o que é necessário para as comunidades viverem bem na Terra Indígena hoje e no futuro.

Os povos Arara e Juruna, por exemplo, assim definem o conceito de gestão: *“cuidar para que os indígenas tenham uso exclusivo e segurança desse território. Para garantir o futuro das crianças e do modo de vida de um povo”*.

Planejar e organizar o uso do território e dos recursos naturais

Os Planos de Gestão auxiliam as comunidades que vivem em uma Terra Indígena a “organizar e a cuidar da terra”, conscientizar sobre o uso sustentável dos recursos naturais e sistematizar as estratégias de proteção do território.

O estabelecimento destas estratégias, voltadas para a resolução dos diferentes desafios, é mencionado como um dos objetivos principais de diversos PGTA's. Além do planejamento do uso da terra e dos recursos naturais, também são incluídas propostas que visam alternativas econômicas e aprendizado de novas técnicas de uso e manejo, cuidados com o lixo nas aldeias, formação em gestão territorial e ambiental, entre outras medidas.

Internamente, portanto, o Plano de Gestão pode contribuir para fortalecer os processos de organização indígena e orientar o trabalho das organizações em busca autonomia e sustentabilidade, sendo um guia para o trabalho de fortalecimento das práticas culturais, devendo buscar o fortalecimento dos conhecimentos indígenas e manter o povo no território.

O uso da terra de forma planejada é importante, pois conforme explicam os Wajãpi, a população está aumentando e cada vez mais há contato com não indígenas, assim, o Plano é um *“jeito novo de organizar o trabalho de fortalecimento de suas práticas, a partir dos conhecimentos antigos”*.

Divulgar a história dos povos e territórios indígenas

Outro aspecto destacado como um importante objetivo dos PGTA's elaborados é a divulgação dos modos de vida, história, cultura, conhecimentos e estratégias de manejo do território e seus recursos naturais.

Esta divulgação tem dois objetivos principais. O primeiro é proporcionar material para mostrar às futuras gerações a história indígena e as mudanças e ameaças à integridade de seus territórios. Desta forma, adquire o potencial de ser utilizado como material didático, pois apresenta o conhecimento indígena para as gerações presentes e futuras e auxilia o trabalho dos professores, como foi explicitamente registrado pelos Xavante da TI Maraiwatsédé.

A outra frente de divulgação é para o público externo, composto por instituições, parceiros, órgãos governamentais, cooperação internacional, na medida em que a relação com estas instituições sempre demanda uma contextualização das comunidades indígenas.

Estabelecer acordos e combinações internas para a gestão do território

Outro objetivo bastante frequente entre os PGTA's analisados foi o estabelecimento de acordos internos entre as comunidades indígenas, visando resolver desafios e estabelecer regras de uso do território.

Com a demarcação das Terras Indígenas e o “confinamento” dentro de limites fixos e a consequente alteração das dinâmicas territoriais das comunidades, alguns desafios se impõem para o planejamento territorial: definição de locais para instalação de novas aldeias, estabelecimento de áreas para caça, pesca, coleta e outras atividades para cada comunidade, distribuição de áreas para as roças, decisão sobre exploração econômica do território, entre outros.

Desta forma, os PGTAs, auxiliados pela ferramenta do Etnozoneamento, proporcionam discussões, definições e combinações entre as comunidades para estabelecer regras e formas coletivas de uso do território.

Auxiliar no diálogo com o entorno e com as instituições externas e políticas públicas

Muitos documentos analisados registram que os Planos de Gestão visam preparar e fortalecer as comunidades na promoção e acesso a políticas públicas variadas, como de educação, saúde, proteção territorial, entre outras.

Desta forma, os PGTAs são elaborados pensando também neste “público externo”, se configurando, portanto, como um facilitador na relação e interlocução com os parceiros externos para projetos e ações. O acesso às políticas públicas é um dos objetivos de grande parte dos PGTAs, assim como eles são documentos que oferecem subsídios à elaboração e à implementação de projetos e políticas públicas.



6.2 – Grande diversidade de formatos dos Planos de Gestão

Há uma enorme diversidade de produtos em termos de escopo, formatos e processos de construção dos Planos de Gestão. Essa diversidade está relacionada tanto às especificidades dos povos indígenas e suas regiões, como também diz respeito à abordagem utilizada pelas instituições autoras e parceiras no processo de elaboração dos instrumentos de gestão territorial e ambiental.

Entretanto, em algumas regiões, alguns documentos têm um formato parecido em decorrência da abordagem metodológica das organizações indígenas e parceiras responsáveis pelos processos de elaboração.

Os documentos relativos aos PGTAs elaborados no estado do Acre (4, 5, 6, 8, 9, 13), são fruto da parceria das organizações indígenas e comunidades com a Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-AC) e tiveram a contribuição de um longo processo de formação e realização de oficinas de etnomapeamento proporcionados pela instituição.

O método da ONG indigenista inclui primeiro trabalhar com o mapeamento participativo e, somente após a reflexão coletiva sobre o território, é que se dá início ao trabalho de construção do Plano de Gestão. Os PGTAs apresentam os acordos coletivos de uso do território e dos recursos naturais e as estratégias para sua proteção e conservação e sua publicação inclui a apresentação e a introdução realizadas por representantes indígenas (lideranças, gentes Agroflorestais Indígenas).

Os documentos produzidos no estado de Rondônia (79 a 82) apresentam três produtos incluídos em uma mesma publicação: Diagnóstico Etnoambiental Participativo, Etnozoneamento e Plano de Gestão.

Os documentos elaborados pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR) no estado de Roraima (84 a 90) foram fundamentados em um método desenvolvido por consultoria especializada e prevê sete passos: 1. Oficina de Sensibilização, 2. Levantamento de informações, 3. Oficina Temática I: Manejo e Uso Sustentável dos Recursos Naturais, 4. Oficina Temática II: Controle Territorial; 5. Oficina Temática III: Educação para a Gestão Territorial e Ambiental das TIs; 6. Oficina de Pactuação; 7. Validação do PGTA.

6.3 – Complexidade dos recortes de abrangência: povos e Terras Indígenas

Há uma grande complexidade em termos de recortes e arranjos das áreas de abrangência dos PGTA's e demais instrumentos de gestão ambiental e territorial, o que é resultado de fatores étnicos, territoriais, de governança, entre outros. A seguir, alguns exemplos que demonstram os distintos formatos das áreas de abrangência dos Planos de Gestão.

O **Plano de Gestão Ambiental e Territorial Ashaninka do Envira** (2) diz respeito à construção de um PGTA para o território e não para cada Terra Indígena: Jaminauá/Envira, Riozinho do Alto Envira e Kampa, Isolados do Rio Envira e aldeias localizadas na área antiga da sede da Fazenda Califórnia.

O **Etnozoneamento e Planos de Gestão Territorial e Ambiental: Terra Indígena Katukina/Kaxinawá** (16) apresenta dois Planos de Gestão, dos povos Shanenawa e Huni Kuĩ, que vivem na mesma Terra Indígena.

Já os PGTA's elaborados no Rio Negro (38 a 46) apresentam uma configuração conforme a governança do movimento indígena da região (FOIRN e suas Coordenações Regionais). O **PGTA DIA WII Plano de Gestão Territorial e Ambiental Coordenação das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e Afluentes** (44), por exemplo, faz parte do **Plano de Gestão Territorial e Ambiental Terra Indígena Alto Rio Negro** (43) e foi construído a partir do recorte em sub-regiões (Baixo Uaupés e Baixo Tiquié, Médio Tiquié, Alto Tiquié e Traíra-Apaporis). Assim, inclui demandas e propostas de 12 povos da TI Alto Rio Negro.

O **Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas Timbira: Hëmpejxà amp pjë inpej - 10 anos** (52) abrange a gestão integrada do território Timbira: nove povos que habitam seis Terras Indígenas, localizadas em três estados (PA, MA, TO). Um arranjo de grande complexidade para alcançar uma uniformidade na abordagem e, ao mesmo tempo, contemplar a diversidade de situações e aspirações.

Além disso, vários outros exemplos específicos reforçam esta diversidade e complexidade:

- ❖ O **Plano de Gestão Territorial e Ambiental do povo Rikbaktsa** (53) é referente a um único povo e abrange três Terras Indígenas nas quais os Rikbaktsa vivem.
- ❖ O **Plano de Gestão da Terra Indígena Tirecatinga** (56) inclui um Plano de Gestão para uma Terra Indígena onde vivem quatro povos indígenas. Este, portanto, é um território multiétnico.
- ❖ O **Plano de Gestão Haliti-Paresi Waikyohera Haliti-Paresi** (57) é um documento único que abrange o povo Paresi e envolve nove Terras Indígenas nas quais este povo vive.

- ❖ O **Plano de Gestão do Território Indígena do Xingu** (61) é um Plano para uma Terra Indígena onde vivem diversos povos indígenas. Este, portanto, é um território multiétnico;
- ❖ O **Plano de Gestão Territorial e Ambiental do Território Wayamu** (72) está inserido em um vasto território e envolve distintos povos indígenas que vivem em três Terras Indígenas demarcadas e uma em processo de identificação.

6.4 – PGTA como fruto de diversos trabalhos e iniciativas realizadas ao longo do tempo

A PNGATI é uma importante referência para a elaboração de PGTA e outros instrumentos de gestão ambiental e territorial após sua formalização em 2012. Porém, podemos afirmar que a própria PNGATI é também, ela própria, fruto de um conjunto de experiências e conhecimentos relacionados à gestão ambiental e territorial construídos por povos e organizações indígenas e seus parceiros (ONGs, Funai e outros) na Amazônia e outras regiões do Brasil.

Esta situação pode ser vislumbrada em inúmeros documentos analisados, que foram construídos a partir de processos históricos mais longos e abrangentes de discussão e ações sobre o tema na Terra Indígena, iniciando com a luta pela demarcação territorial.

Isso faz com que algumas Terras e povos indígenas, ao longo do tempo, tenham mais de um instrumento de gestão ambiental e territorial, que vão sendo construídos neste processo de amadurecimento de discussões e conscientização territorial.

O caso do material elaborado pelos povos Timbira é um bom exemplo: **Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas Timbira: Hëmpejxà amp pjë inpej - 10 anos**. Entre esses povos, desde 1990, o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) em parceria com a Comissão de Professores Timbira e a Associação Wyty Catë, discutem a temática da gestão territorial e ambiental das TIs Timbira nos conteúdos programáticos da “Escola Timbira”. Esse projeto de educação diferenciada se estende aos cursos de formação continuada de jovens pesquisadores Timbira do Projeto Mentwajê Ambiental e Cultural. Em 2006, a Escola formou 50 jovens no Centro Timbira de Ensino e Pesquisa Pënxwyj Hëmpejxàe.

Os mapeamentos participativos, por sua vez, foram produzidos a partir de 2005 em seis Terras Indígenas Timbira: Apinayé, Kraolândia, Krikati, Governador, Porquinhos, Kanela. Entre os anos 1997-2010 houve a elaboração de diagnósticos participativos para o levantamento de potencialidades e vulnerabilidades das TIs e diversas atividades de gestão ambiental das TIs.

As atividades focadas na estruturação do PGTA ocorreram entre os anos 2008-2010. Desse modo, a reflexão sobre a situação socioambiental das TIs e a elaboração de mapas temáticos se refletem na consolidação do PGTA das TIs Timbira em 2011.

Este também é o caso da maior parte dos documentos analisados do estado do Acre, que demarcam de forma clara esta evolução e complementariedade dos processos. Nos anos 1990 e 2000 foram realizados processos de construção de mapas mentais, ou etnomapeamentos, a partir do trabalho da ONG CPI-AC e, posteriormente, com a formação e engajamento da AMAAIAC.

Posteriormente, a partir de 2006, foram elaborados diversos Etnozoneamentos, sob a coordenação da Secretaria de Meio Ambiente do Acre (SEMA-AC), com apoio da Funai e GIZ, focados no conjunto de terras impactadas pelas rodovias BRs 364 e 317, como parte do Plano de Ações Mitigadoras dos impactos gerados pelas rodovias e dos indicativos do Zoneamento Ecológico - Econômico (1ª fase). Podemos citar os seguintes documentos: ***“Etnozoneamento da Terra Indígena Mamoadate” (100)***, ***“Etnozoneamento da Terra Indígena Rio Gregório – Povos Yanawaná e Katukina” (14)***, ***“Etnozoneamento e Plano de Gestão Ambiental e Territorial da Terra Indígena Kaxinawá Colônia 27” (17)*** entre outros.

A partir da edição da PNGATI, uma nova etapa foi iniciada com a elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) de diversas Terras indígenas, empreendidos pelas organizações indígenas de cada território, em conjunto com a CPI-AC, AMAAIAC e contando com apoio da Funai e outras instituições financiadoras.

Esses documentos explicitam a evolução histórica da abordagem do tema pelos povos indígenas do Acre e seus parceiros e indicam a importância das etapas anteriores de formação para a produção de mapas e etnozoneamento. Vários foram elaborados nesse processo, entre os quais:

- ❖ ***Plano de Gestão Territorial e Ambiental TI Jaminawa do Rio Caeté (3)***
- ❖ ***Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia (4)***
- ❖ ***Plano de Gestão Territorial e Ambiental Terra Indígena Kaxinawá e Ashaninka do Rio Breu (5)***
- ❖ ***Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Nukini (6)***
- ❖ ***Plano de Gestão Territorial e Ambiental Terra Indígena Poyanawa (7)***
- ❖ ***Ikuãki mae Huni Kuĩ yuraya namaki inũ, yuraya mai kiri inũ, mae betsa hene taraya nama kiarã - Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Três Terras Indígenas Kaxinawá do Rio Jordão (8)***
- ❖ ***Mae shawãyã namaki hariri raya kaĩti xinã - Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá (9)***

Este processo, no entanto, pode ser observado em outros documentos de várias regiões da Amazônia, nas quais também houve um histórico de diversos trabalhos voltados para a gestão do território, tais como o **“Plano de Gestão da TI Caititu”** no médio Purus no Amazonas (36), o “Plano de Gestão Sociambiental Terra Indígena Wajãpi: como estamos organizados para viver bem em nossa terra” no Amapá (47), o **“Plano de Gestão Etnoambiental da Terra Indígena Sete de Setembro”** do povo Suruí em Rondônia (78), o **“Plano de Gestão Territorial e Ambiental Terra Indígena Alto Rio Guamá”** do povo Tembé no Pará, entre diversos outros.

6.5 – Grande potencial pedagógico dos processos de elaboração dos PGTA

O processo de elaboração dos PGTA e outros instrumentos de gestão ambiental e territorial possui um grande potencial pedagógico de formação, repasse de informações e metodologias e treinamento dos indígenas envolvidos nas atividades.

Este potencial se materializa por meio de cursos e oficinas de formação de “pesquisadores indígenas”, “treinamento em serviço” dos indígenas engajados no processo de elaboração dos instrumentos, engajamento de profissionais indígenas para a condução das atividades, entre outros.

Na região do Rio Negro, por exemplo, diferentes iniciativas de formação foram promovidas durante o processo de elaboração dos PGTA, como atividades de formação em gestão territorial e ambiental, oficinas sobre PNGATI e PGTA, levantamento socioambiental nas comunidades, discussões em grupos de trabalho, encontros e fóruns de consulta.

Essa formação específica se soma a iniciativas anteriores de pesquisas interculturais promovidas na região do Rio Negro, que ocorrem a partir da rede de Agentes Indígenas de Manejo Ambiental e das escolas diferenciadas. Nessa região há diversas iniciativas que contribuem com a gestão ambiental e territorial e são abordadas e atualizadas no processo de elaboração do PGTA.

Na região da DIA WII, por exemplo, no Baixo Uaupés, foram promovidos etnomapeamento das áreas de manejo, diagnóstico dos problemas (relacionados à pesca, caça, roça, extrativismo) e definidas regras internas.

No Médio Tiquié foram realizadas pesquisas interculturais (manejo da sorva, recurso importante para a confecção dos bancos Tukano) e produzidos mapas das áreas de manejo tradicional. Durante as discussões para elaborar o PGTA, essas regras e acordos internos foram atualizados e integrados ao **PGTA DIA WII Plano de Gestão Territorial e Ambiental Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e Afluentes** (44).

No estado de Roraima também há um processo de formação de Agentes Territoriais e Ambientais Indígenas para acompanhar as atividades dos Planos de Gestão e orientar sobre o uso dos recursos naturais. Os agentes são preparados para o uso de aplicativo de

acompanhamento dos focos de calor e desmatamento e são promovidos seminários sobre temas variados (mudanças climáticas, REDD+ e Plano de Monitoramento e Vigilância territorial) que reforçam a importância da gestão ambiental e territorial e colaboram na formação dos agentes.

Outro exemplo pode ser observado no processo de elaboração do **Plano de Gestão TI Caititu** (34), que contou com a incorporação e preparação de pesquisadores indígenas, os quais trabalharam na descrição das aldeias da Terra Indígena na produção de mapas mentais, na definição dos problemas e elaboração de estratégias de enfrentamento.

A elaboração do **Plano de Gestão Socioambiental Wajãpi** (47) foi coordenada pelos pesquisadores Wajãpi, encarregados de propor o debate sobre os problemas socioambientais vivenciados pelas comunidades, sistematizar a reflexão coletiva em oficinas e estágios de formação e propor as pautas das reuniões realizadas nas aldeias, no Centro de Formação e Documentação Wajãpi, em assembleias e encontros de chefes. Esse trabalho foi feito em articulação com professores, agentes indígenas de saúde, documentaristas, membros das diretorias das associações e chefes.

O **Plano de Gestão Territorial e Ambiental TI Zo'é (PA)** (66) representa um caso muito interessante e inspirador de processo de construção de instrumento de gestão territorial por um povo de recente contato. Conduzido pela parceria entre a Funai e Iepé, assessoria especializada e de trabalho de longa data junto aos Zo'é, o processo de elaboração do PGTA representou um processo pedagógico e de "letramento" dos Zo'é sobre a sociedade não indígena, os desafios de relacionamento com o "mundo externo" e, principalmente, possíveis estratégias de proteção de seu território e fortalecimento de seu modo de vida diante destes novos desafios.

6.6 – Potencial de utilização dos PGTA's como material didático para a educação escolar

Alguns PGTA's reforçam que um de seus objetivos é o de contribuir para a transmissão de conhecimentos sobre o povo e Terra Indígena para futuras gerações, seja como documento de leitura para fonte de informações, ou mesmo para utilização em sala de aulas (menções mais restritas).

Nestes documentos são feitos registros da história, dos modos de vida e dos conhecimentos do povo indígena, sendo entendidos como um legado de informação para as futuras gerações. Desta forma, os PGTA's adquirem potencial de utilização como material didático para educação escolar indígena nas aldeias através de seus mapas, histórico, conhecimento tradicional, processo de demarcação territorial etc.

Alguns exemplos que emergiram das análises dos documentos foram o **Plano de Gestão da Terra Indígena Marãiwatsédé** (54) do povo Xavante de Marãiwatsédé (MT), que reforça que o documento elaborado deve ser uma referência para futuras gerações, inclusive sendo utilizado nas escolas como material didático para as crianças.

O Etnomapeamento Jaminawa da Terra Indígena Mamoadate (13) no Acre menciona que o etnomapeamento elaborado é uma forma de mostrar às futuras gerações a história Jaminawa, como o território é atualmente e as mudanças que ocorreram ao longo do tempo. Aliás, os mapas presentes em vários dos PGTA's e outros instrumentos representam um rico potencial didático para apresentar o território indígena para as novas gerações, no âmbito da educação escolar.

O **Plano de Gestão Territorial e Ambiental Terra Indígena Alto Rio Guamá** (68), do povo Tembé no Pará, indica que o principal objetivo do mapeamento é o repasse de informações dos mais velhos para os mais novos, gerando uma série de conversas e trocas de experiências.

O **Diagnóstico Etnoambiental Participativo, Etnozoneamento e Plano de Gestão em Terras Indígenas: Terra Indígena Roosevelt** (76) do povo Cinta Larga em Rondônia, apresenta uma detalhada descrição sobre o histórico do contato interétnico, o que também pode servir de base para fins didáticos junto às crianças.

6.7 – Importância da PNGATI e outras políticas pública para os PGTA's

Como já foi dito, a **PNGATI** é uma importante referência para a elaboração de PGTA's e outros instrumentos de gestão ambiental e territorial. Além da PNGATI, entretanto, os PGTA's também abordam e mencionam diversas outras políticas públicas relevantes para povos e Terras Indígenas em seu processo de elaboração

O **Plano de Gestão das Terras Indígenas do Parque do Tumucumaque e Rio Paru d'Este** (49), por exemplo, foi influenciado pela instituição da PNGATI, pois, ao perceberem que os PGTA's se tornariam a principal ferramenta de luta pelas suas demandas, elaboram o próprio Plano. O PGTA articula suas propostas com as políticas públicas e dois objetivos específicos abordam a PNGATI: IV) fortalecer as capacidades das lideranças, comunidades locais e suas organizações indígenas para a implementação da PNGATI, através do PGTA; V) colocar em prática a implementação da PNGATI nas duas TIs contempladas neste Plano. O Eixo 3 do PGTA, por sua vez, assinala os acordos firmados e as ações propostas para a proteção do território e objetivam a "Articulação com os órgãos governamentais que executam as políticas indigenistas para que se adaptem e respeitem a nossa mobilidade territorial tradicional".

As áreas prioritárias do **PGTA DIA WII Plano de Gestão Territorial e Ambiental Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e Afluentes** (44) fazem referência às políticas públicas, pois grande parte das propostas depende de recursos e ações coordenadas do poder público nas três esferas. Assim, além dos acordos relativos ao Manejo Ambiental, são citadas as áreas prioritárias para projetos comunitários e políticas públicas: Cultura e Território, Direitos indígenas e proteção territorial, Governança Indígena, Educação escolar indígena, Saúde Indígena,

Manejo/Sustentabilidade e Geração de Renda, Direitos Sociais, Lixo e saneamento, Infraestrutura: energia, comunicação, mobilidade.

Para os Wajãpi está claro que a degradação ambiental do entorno tem impactos dentro da Terra Indígena e há políticas públicas diversas que favorecem o desmatamento e outras formas de exploração predatória. **O Plano de Gestão Sociambiental da Terra Indígena Wajãpi** (47) apresenta (no tópico “como queremos que os órgãos governamentais contribuam”) os objetivos e resultados esperados nas áreas de Políticas Públicas de Educação e Saúde, de Gestão Territorial e Ambiental. Os Wajãpi entendem que para cuidar da terra há a necessidades de acordos, então, apresentam acordos internos e acordos sobre como vão se relacionar com o Estado e a população não-indígena. O Plano de Gestão, portanto, só vai funcionar se técnicos e gestores dos órgãos públicos conhecerem e respeitarem seus jeitos de viver, leiam o Plano e respeitem as decisões sobre como querem que as políticas públicas funcionem na Terra Indígena.

O eixo da saúde inclui um número maior de denúncias do que na área de educação no **Plano de Vida Yawanawa** (10), pois há falta de formação e burocracia no processo de formação, além da escassez de técnicos. O Plano também contempla a construção de um Programa de Saúde Yawanawa para formar agentes de saúde, catalogar as plantas medicinais e implantar jardins medicinais.

Determinadas Terras Indígenas focos do PGTA fazem parte das áreas de regência do **Projeto GATI**: TI Mamoadate (AC), Igarapé Lourdes (RO), Wajãpi (AP). Desse modo, esses territórios estão incluídos nas atividades promovidas pelas instituições integrantes do Projeto GATI, o que está refletido nos instrumentos de gestão ambiental e territorial elaborados por estes povos.

6.8 – PGTA como estratégia de enfrentamento de desafios externos às Terras Indígenas

Diversos documentos apresentam um diagnóstico das ameaças que ocorrem no território e grande parte delas são identificadas como “externas”, ou seja, resultam de fatores externos à Terra Indígena.

Entre as **ameaças externas** são descritas as invasões (garimpeiros, madeireiros, pescadores, caçadores, etc.), os impactos dos grandes empreendimentos (estradas, hidrelétricas, ferrovias, linhas de transmissão, etc.), a poluição dos rios devido aos agrotóxicos provenientes das fazendas e monoculturas, a degradação ambiental e o desmatamento do entorno, conflitos com as populações vizinhas, entre outras.

Essas ameaças são apresentadas de distintas formas, como a partir de **diagnósticos escritos** do entorno e da descrição dos problemas vivenciados pelos povos indígenas. Outra forma é através de etnomapeamento dos conflitos e ameaças.

O **Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Nukini** (6) apresenta uma descrição dos desafios enfrentados na TI Nukini: rotas de narcotráfico, invasões de madeireiros peruanos que atuam na região da Serra do Divisor e implementação de empreendimentos, como a rodovia e linha ferroviária entre Pucallpa-Peru e Cruzeiro do Sul-Brasil e a prospecção de petróleo. Essas questões são abordadas de modo específico em quatro eixos: entorno, vigilância e fiscalização, situação transfronteiriça, controle da entrada de pessoas de fora na TI.

O **Plano de Gestão Socioambiental da Terra Indígena Wajãpi** (47) denuncia a degradação ambiental do entorno e seus impactos dentro da TI e assinalam o fato de que há políticas públicas que favorecem o desmatamento e outras formas de exploração predatória.

O **Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas Timbira** (52) descreve o contexto vivenciado pelos povos Timbira decorrente do crescimento populacional dentro e no entorno de suas terras, os impactos socioambientais dos projetos de infraestrutura e o avanço da fronteira agrícola na região. Esses desafios têm sido debatidos desde os anos 1990 por esses povos e novas práticas tem sido incorporadas às estratégias tradicionais de gestão territorial.

O **Plano de Gestão do Território Indígena do Xingu** (61) descreve que “o homem branco continua destruindo a floresta, abrindo estradas, barrando os rios e desrespeitando os povos indígenas. Eles continuam com o mesmo pensamento antigo de que os índios atrapalham o “desenvolvimento”. Estamos morando numa “ilha” de mata preservada que é o Território Indígena do Xingu. As nascentes dos nossos rios estão desprotegidas, fora dos limites do TIX, ameaçadas pelas fazendas de soja, gado e pelo desmatamento”.

As ameaças externas ao Território Indígena do Xingu e que afetam os recursos naturais, portanto, dizem respeito ao desmatamento de nascentes e matas ciliares que ficam nas fazendas, poluição dos rios por produtos químicos da agricultura, extração madeireira, invasão de pescadores, a grande quantidade de pousadas turísticas e obras de infraestrutura (hidrelétricas, rodovias e ferrovias).

O **Diagnóstico Etnoambiental Participativo, Etnozoneamento e Plano de Gestão Terra Indígena Rio Guaporé** (81) de Rondônia descreve os conflitos na região em decorrência de atividades ilegais (extração ilegal de madeira, garimpo, caça e pesca predatórias, grilagem de terras).

O **Relatório Projeto Tkaite: Gestão Ambiental e Territorial Indígena Xerente, Diagnóstico/Etnomapeamento Territorial da TI Xerente** (92) relata o fato de as ameaças estarem por todos os lados da Terra Indígena: contaminação e degradação dos cursos d'água e nascentes pelo uso de agrotóxicos, queimadas realizadas pelos fazendeiros nos monocultivos da cana-de-açúcar, invasões para extração ilegal de madeira nas áreas conservadas da Terra Indígena e caçadores das cidades vizinhas. Os Akwẽ-Xerente também sentem as consequências da construção da Usina Lajeado que mudou

drasticamente o regime do rio Kâwawe (TO) e tornou impossível a prática da tradicional agricultura de sequeiro e prejudicou a pesca.

O documento ***Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Caru: contri-buições do povo Tenetehára*** (50), por sua vez, destaca as principais ameaças externas através de mapas, identificadas no etnomapeamento das áreas de vulnerabilidade da TI Caru, promovidos a partir do trabalho dos Guardiões e Guardiãs da Floresta.

O ***Plano de gestão territorial Manoki*** (59) e o ***Plano de gestão territorial Mÿky*** (55), ambos em Mato Grosso, apresentam mapas detalhados de impactos do entorno sobre as Terras Indígenas.

O ***Plano de Vida Gavião - Terra Indígena Mãe Maria*** (98), do povo Gavião no Pará, apresenta um mapa de invasões e ameaças ao território, identificando a presença de grandes empreendimentos no entorno e dentro da Terra Indígena (ferrovia, rodovia, linha de transmissão) e diversos tipos de invasões.

Em termos de estratégias, alguns documentos preveem inclusive atividades a serem realizadas diretamente com a população do entorno.

Diversos PGTA's elaborados no estado do Acre assinalam acordos e o planejamento de ações de educação ambiental para resolver as problemáticas que ocorrem no entorno. Esse é o caso do ***Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Poyanawa*** (7) e do ***Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá*** (9) que prevê o envolvimento dos vizinhos em suas atividades visando a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas e dos não indígenas e o fortalecimento do movimento social na região.

Uma questão relevante no ***Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia*** (4) é quanto à construção de uma gestão ambiental do Alto Juruá em parceria com os vizinhos. Nesse sentido, o povo Ashaninka do Rio Amônia propõe as seguintes atividades: intercâmbio de experiências em desenvolvimento sustentável no Alto Juruá; conscientização e mobilização do entorno; convite aos alunos do ensino médio da cidade para conhecer as experiências de gestão territorial e ambiental da aldeia Apiwtxa; envolver os representantes governamentais nas questões de gestão ambiental e, eventualmente, recebê-los na aldeia.

No ***Plano de Gestão Territorial e Ambiental Terra Indígena Nova Jacundá – Tekoa Pyau, do povo Guarani*** (PA), são descritas as pressões vivenciadas por causa das fazendas no entorno e indicadas ações de interlocução e de construção de acordos com os vizinhos para minimizar os problemas, restaurar e promover o enriquecimento das matas utilizadas pelos indígenas.

6.9 – PGTAs como estratégia de enfrentamento de desafios internos das Terras Indígenas

Além das ameaças externas, determinados documentos registram as ameaças “internas”, ou seja, decorrentes de situações dos povos e comunidades indígenas. Entre alguns temas abordados estão os problemas com o uso abusivo de álcool, as violências vivenciadas de variadas formas, a questão do lixo e saneamento básico, os conflitos com outros povos indígenas com os quais compartilham territórios e os desafios inter-geracionais.

6.9.1 – Uso Abusivo de Álcool, Drogas e Violências

Os problemas sociais, embora sejam temas delicados e sensíveis para serem debatidos durante a elaboração dos PGTAs, foram incluídos em alguns documentos e fazem referência ao consumo abusivo de álcool e drogas, violências internas e aquelas decorrentes de conflitos com vizinhos não indígenas.

A área “Social”, por exemplo, ocupa uma posição preponderante no **Plano de Gestão Territorial e Ambiental - Polo Base Santa Cruz- Terra Indígena Raposa Serra do Sol - Região Raposa** (85). Nesse item são citados os problemas de violência resultantes dos conflitos com fazendeiros e proximidade ao município de Normandia e fronteira com a Guiana. Outras problemáticas citadas dizem respeito ao uso abusivo do álcool e drogas, agressões, políticas fragilizadas, desrespeito. Assim, os problemas nessa área são de diversas ordens e uma série de estratégias foram consideradas para seu enfrentamento e que depende das mudanças nas relações na região.

O uso abusivo de bebidas alcoólicas está presente em outros PGTAs do estado de Roraima, entre os quais o **PGTA da TI Jacamim** (88), o **Plano de Gestão Territorial e Ambiental - Polo Base Santa Cruz - Terra Indígena Raposa Serra do Sol - Região Raposa (85)** e o **Plano de Gestão Territorial e Ambiental - Centro Maturuca - Terra Indígena Raposa Serra do Sol** (86). O modo de resolver as questões é através de um regimento interno e estabelecimento de acordos internos.

O documento **Nuku Xina, Nosso Pensamento: Terra Indígena Jamináwa Cabeceira do Rio Acre** (18) inclui entre os acordos firmados pelos Jaminawa e Manchineri a organização comunitária para proibir a entrada de bebidas alcoólicas nas aldeias no eixo que trata da “organização interna”.

O “Combate às Drogas e Violências” é uma das linhas gerais que compõem o Plano de Gestão da TI Rio Guaporé, incluído no documento Diagnóstico Etnoambiental Participativo, Etnozoneamento e **Plano de Gestão em Terras Indígenas: Terra Indígena Rio Guaporé** (81).

6.9.2 – Lixo e Saneamento

Em algumas localidades há o desafio relacionado ao aumento significativo de produção de lixo nas comunidades e a crescente necessidade de saneamento básico nas aldeias. Este assunto foi mencionado em diversos documentos, com destaque para as iniciativas do estado do Acre.

O **Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá** (9), por exemplo, inclui um eixo específico para tratar do tema “Saneamento Básico e a Problemática do Lixo”.

O **Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Mamoadate** (11) apresenta o eixo temático “Saúde Ambiental: Lixo e Saneamento Básico” em seu PGTA em que se destaca a preocupação com o lixo que vem da cidade e da merenda escolar.

O **Projeto de Vida Nuke Kuñ: Terra Indígena Katukina do Campinas** (15) aborda o tema do lixo entre os acordos comunitários. A questão é analisada pelo fato das pessoas com maior salário (aposentados, funcionários públicos) trazerem uma grande quantidade de lixo não orgânico da cidade para a TI, assim, recomenda-se seis atitudes para resolver a questão.

O **Plano de Gestão Territorial - Terra Indígena Deni** (22), do povo Deni do Amazonas, destaca os desafios relativos à coleta de lixo e ao saneamento básico. O PGTA da Terra Indígena Balaio (95) da região do Rio Negro inclui o eixo temático “Infraestrutura, comunicação, lixo e saneamento”.

6.9.3 – Infraestrutura

A questão da infraestrutura nas comunidades e territórios indígenas é um tema de destaque em diferentes documentos e abordado de forma variada. Inclui a identificação de deficiências e precariedades na infraestrutura, assim como propostas para a melhoria das condições da infraestrutura nas aldeias. Neste sentido, foram abordados temas como habitação, meios de transporte e de comunicação, acesso à energia elétrica, equipamentos nas escolas e postos de saúde, infraestrutura para a realização das atividades produtivas, entre outros.

O **Plano de Vida Yawanawa** (10) coloca a necessidade de “Transporte” (barcos, motores e combustível para a realização das atividades), “Comunicação” (telefones rurais, radiofonia nas aldeias e na sede da associação para a comunicação com a Funai e a Sesai) e Infraestrutura (sede para as organizações, estruturar as aldeias que não tem infraestrutura básica, construir uma casa de hospedagem na cidade para os Yawanawa e os Katukina da aldeia Timbaúba).

O **Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Araribóia** (51), do povo Guajajara no Maranhão, incluiu a Infraestrutura como um dos eixos temáticos do PGTA. Neste eixo, está indicada a necessidade de recuperação e manutenção de estradas e vicinais, programa para reconstrução e melhoria das moradias, construção de fossas, entre outras ações.

O **Plano de Gestão do Território Indígena do Xingu** (61) estabelece a questão da infraestrutura como um dos temas prioritários. No documento, destaca-se a importância estratégica do tema, pois muitas propostas levantadas no Plano dependem de uma infraestrutura básica para serem implementadas. São detalhados os problemas e demandas de ação de infraestrutura nas áreas de transporte, geração de energia, comunicação e estrutura para funcionamento das instituições (construções).

O **Plano de Gestão Etnoambiental da Terra Indígena Sete de Setembro** (78), do povo Suruí de Rondônia, enfoca a questão da matriz energética, ressalta a demanda das comunidades para o acesso à energia e apresenta possibilidades de geração autônoma de energia através de biodigestores, energia hidráulica, energia solar, motores entre outros.

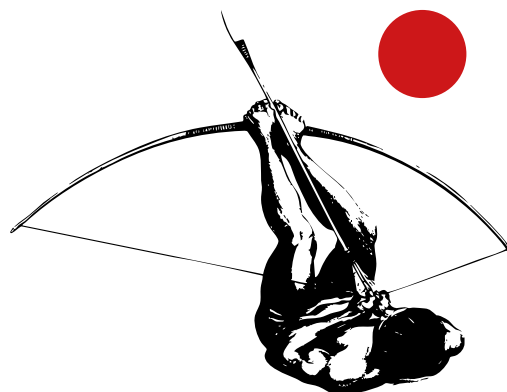
6.9.4 – Deslocamentos aos Centros Urbanos

Outro desafio interno apresentado em alguns documentos diz respeito ao deslocamento para os centros urbanos, principalmente por parte dos jovens em busca de formação e das famílias em busca de fontes de geração de renda.

Esta tendência foi confirmada pelo Censo de 2022 que apontou que mais de 63% dos indivíduos que se identificam como indígenas no Brasil vivem fora dos territórios demarcados e em ambientes urbanos. Esta dinâmica apresenta desafios à gestão territorial das Terras Indígenas, conforme registram alguns documentos analisados.

O **PGTA COLDI Plano de Gestão Territorial e Ambiental** (46) aborda especificamente o tema ao incluir um tópico “Migrações recentes e desafios atuais”.

O **Plano de Gestão Sociambiental Terra Indígena Wajãpi** (47) caracteriza as mudanças que ocorrem em suas vidas: estão passando mais tempo nas aldeias onde tem escolas, postos de saúde e acesso fácil às cidades; estão indo mais para as cidades, consumindo mais coisas não produzidas por eles e mais dependentes do dinheiro. A raiz desses e outros problemas, para os/as Wajãpi, está na desvalorização dos conhecimentos, práticas e organização social, por isso decidem fortalecê-los.



6.9.5 – Diálogo Intergeracional: conflitos e tensões

Em alguns documentos foi observada a menção a conflitos e tensões entre povos que habitam o mesmo território como um desafio “interno”.

O **Plano de Gestão Ambiental e Territorial Asheninka do Envira** (2), por exemplo, contempla um território habitado por pelo menos 3 povos: Ashaninka, Madija, Kampa e Isolados do Rio Envira. No PGTA, é mencionada a relação conflituosa em relação ao uso do território e dos recursos naturais com os vizinhos indígenas Madijá (Kulina) e isolados (Amiuhaca). Os conflitos com os Madijá fazem referência ao fato deles permitirem a presença de caçadores e pescadores não indígenas nas Terras Indígenas. Há também menção aos saques efetivados pelos Madijá e isolados, além de se sentirem ameaçados devido ao crescimento dos isolados.

O documento **Diretrizes Prioritárias de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Vale do Javari** (31), por sua vez, menciona os conflitos que os Mayoruna (Matsés) enfrentam no compartilhamento territorial no médio Javari com os Kanamari para os quais são propostas reuniões e fiscalização por parte da Funai. No mesmo PGTA, os Kanamari também mencionam os conflitos decorrentes do compartilhamento do território com os Matsés e a necessidade de se realizar acordos entre os dois povos.

O desafio da Governança Interna foi evidenciado em um dos eixos temáticos do **Plano de Gestão Territorial e Ambiental Volta Grande do Xingu: Terras indígenas Paquicamba, Arara da Volta Grande do Xingu e Área Indígena Juruna do Km 17**. Nesse caso, as dificuldades dizem respeito à mobilização e ao estabelecimento de acordos dentro e entre as comunidades indígenas da região em relação ao uso dos recursos compartilhados, ameaças territoriais e assuntos relacionados a empreendimentos.

6.10 – Desafios relacionados às mulheres e juventude

Determinados documentos incluíram os enfoques de gênero e geracional. As perspectivas das mulheres e da juventude ocorreu por meio da integração de suas propostas em eixos temáticos específicos e/ou através da formação de grupos de trabalho para debater as ações prioritárias dos Planos de Gestão.

No eixo “Fortalecimento Institucional”, incluído no documento **Diretrizes Prioritárias de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Vale do Javari** (31), as mulheres Kanamari descrevem “o pouco espaço político para a participação das mulheres”. Para isso, são propostas a garantia de sua participação nas reuniões promovidas pelas organizações indígenas, a organização de encontros de mulheres Kanamari e de outras mulheres da região para a troca de experiências e o fortalecimento político. As mulheres Matis também descrevem o pouco espaço político para a sua participação e demandam a organização de encontros de mulheres Matis e outras do Vale do Javari para troca de experiência e fortalecimento político.

No **Plano de Gestão Territorial e Ambiental Terra Indígena Alto Rio Negro** (43), por sua vez, o quinto eixo é denominado “Mulheres e Jovens Indígenas” e nele são apresentadas propostas para o fortalecimento das associações, valorização e documentação dos conhecimentos das mulheres, atendimento de saúde específico para mulheres, estabelecer um programa de prevenção ao suicídio que envolva os jovens, a utilização de mídias eletrônicas pelos jovens (para incentivar as boas práticas com as mídias eletrônicas e maior diálogo intergeracional).

A questão das mulheres também é relevante no **Plano de Gestão das Terras Indígenas do Parque do Tumucumaque e Rio Paru d’Este** (49). O Eixo 2: Governança e Empoderamento Político inclui a proposta das mulheres para maior participação nos espaços políticos, com articulação e encontros próprios. Além disso, elas apresentam reivindicações específicas para cada eixo do PGTA.

No estado de Rondônia as perspectivas das mulheres e da juventude foram incluídas durante a elaboração do **Diagnóstico Etnoambiental Participativo, Etnozoneamento e Plano de Gestão em Terras Indígenas: Terra Indígena Rio Guaporé** (81). Durante a elaboração do **Diagnóstico Etnoambiental Participativo, Etnozoneamento e Plano de Gestão em Terras Indígenas: Terra Indígena Rio Negro Ocaia**, também houve a preocupação em incorporar os enfoques de gênero e geracional nas discussões, inclusive, foi criado um grupo de mulheres para discutir suas questões e propor temas e ações a partir da perspectiva feminina.

No estado de Roraima houve atenção aos enfoques de gênero e geracional na elaboração de propostas para o tema da Educação incluído no **Plano de Gestão Territorial e Ambiental - Polo Base Santa Cruz- Terra Indígena Raposa Serra do Sol - Região Raposa** (85). Desse modo, durante a Oficina Temática 3: Educação para Gestão Territorial e Ambiental houve a formação de três grupos (homens, mulheres, jovens) para elaborar as ações estratégicas. O **Plano de Gestão Territorial e Ambiental - Centro Maturuca - Terra Indígena Raposa Serra do Sol** (86) também foi formulado a partir de discussões em grupos de trabalhos de homens, mulheres, jovens e adultos.

6.11 – Desafios relacionados à Regularização Fundiária das Terras Indígenas

A regularização fundiária é uma prioridade dos povos indígenas e a maior parte dos documentos analisados fazem referência às Terras Indígenas demarcadas. No entanto, em alguns documentos, as Terras Indígenas, por diferentes fatores, enfrentam processos de revisão e a ampliação dos seus limites, o que está refletido nos PGTA.

Desde o primeiro Etnozoneamento promovido pela SEMA/AC, em 2005-2006, os povos Jaminawa e Manchineri reivindicam a revisão da TI Mamoadate. O **Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Mamoadate** (11), por exemplo, publicado em 2016, inclui como seu primeiro eixo o tema da “Revisão de limites da TI Mamoadate”, uma demanda dos povos Jaminawa e Manchineri. No período da

identificação e demarcação da TI em 1978, foi deixada de fora uma parte ocupada tradicionalmente e não se levou em conta a presença de índios isolados. Assim, fatores como a diminuição de determinados recursos naturais e o aumento populacional, além do fato dos isolados passarem a entrar no território que ocupam, faz com que a ampliação da área seja prioritária.

A revisão dos limites territoriais também é uma das questões centrais para os Nuke Kuĩ, ao lado das invasões pela população do entorno e da presença da BR 364, assim está incorporada no documento intitulado **Projeto de Vida Nuke Kuĩ: Terra Indígena Katukina do Campinas** (15).

O Etnozoneamento e **Plano de Gestão Ambiental e Territorial da Terra Indígena Kaxinawá Colônia 27** (17), por sua vez, destaca a importância da “Ampliação da Terra indígena”. Isto decorre do fato de que a maior ameaça ao povo Huni Kuĩ, que vive em um território de 305 hectares, está relacionada ao próprio tamanho da área e não à invasão para exploração de recursos naturais, pois a TI Kaxinawá Colônia 27 é um espaço sem cobertura vegetal e com pouca água.

A ampliação dos limites territoriais faz parte das demandas inseridas nos documentos **Plano de gestão territorial Mÿky** (55) e o **Plano de gestão territorial Manoki** (59) dos povos indígenas que vivem em territórios contíguos em Mato Grosso.

Outros documentos foram elaborados por povos e comunidades que ainda não possuem territórios demarcados e, nesses casos, os processos de construção de instrumentos de gestão ambiental e territorial podem subsidiar a demanda pela demarcação.

O documento **Nova cartografia social da Amazônia: Kuntanawa do Alto Rio Tejo Alto Juruá** (20), Acre assinala que a luta pela criação da TI continua sendo mobilizada pelos Kuntanawa que tem se articulado com organizações indígenas, governo estadual e Funai. O documento é uma auto-cartografia Kuntanawa e serve como estratégia de auto-afirmação e de resolução de seus problemas.

O **Mapa da Vida Tapajós e Sawre Muybu: a visão do Povo Munduruku sobre seu rio e seu território** (63), por sua vez, registra a visão Munduruku do território que reivindicam para a demarcação. O documento destaca que o mapa é um dos instrumentos para fortalecer a luta pela demarcação.

6.12 – A Problemática Transfronteiriça abordada nos PGTA

O debate sobre a problemática transfronteiriça ocorre nas Terras Indígenas localizadas em fronteiras com outros países e entre povos vizinhos habitantes dos dois lados da fronteira. A problemática é analisada por meio de duas questões. De um lado, as ameaças e pressões territoriais e, de outro, a possibilidade de promover diálogos, intercâmbios e encontros transfronteiriços para debater propostas comuns de gestão territorial e ambiental dos territórios indígenas.

O **Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia** (4) destaca o desafio de fiscalização na área de fronteira com o Peru. Desta forma, há a demanda por um sistema de vigilância comunitária como suporte à Funai e a proibição da entrada de famílias Ashaninka peruanas, pois podem apoiar as madeireiras peruanas.

No **Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Nukini** (6) há um eixo que trata da “Situação Fronteiriça”. A TI Nukini está localizada em uma área que enfrenta diferentes desafios: rotas de narcotráfico, invasões de madeireiros peruanos que atuam na região da Serra do Divisor e implementação de empreendimentos, como a rodovia e linha ferroviária entre Pucallpa-Peru e Cruzeiro do Sul-Brasil e a prospecção de petróleo.

O documento **Diretrizes Prioritárias de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Vale do Javari** (31) por sua vez, menciona o compartilhamento territorial dos Matsés do lado brasileiro com os Matsés do lado peruano, para o qual demandam a realização de reuniões binacionais periódicas para articular e definir estratégias conjuntas de gestão do território.

O **PGTA DIA WII Plano de Gestão Territorial e Ambiental Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e Afluentes** (44) descreve que um dos desafios de gestão é a questão transfronteiriça. A região de governança da DIA WII compreende territórios fronteiriços entre Brasil e Colômbia, especialmente as sub-regiões do Alto Tiquié e Traíra, o que requer a articulação com os povos indígenas do lado colombiano, que já possuem seus Planes de Vida. Como há temas de interesse e desafios similares em ambos os lados dos territórios, o que se propõe para futuros encontros é a possibilidade de ir além de intercâmbios e pensar em encaminhamentos concretos para os governos em relação aos direitos indígenas considerando o fator transfronteiriço dos territórios que ocupam.

No **Plano de Gestão Territorial e Ambiental - Polo Base Santa Cruz- Terra Indígena Raposa Serra do Sol - Região Raposa** (85), a proteção territorial é relevante, pois se trata de uma região de fronteira com outros países (Guiana e Venezuela) e proximidade aos centros urbanos.

6.13 – Abordagem de povos em isolamento voluntário

Este é um tema de grande relevância, embora tratado apenas em alguns dos documentos analisados (17%). A abordagem dos povos indígenas “isolados” era centralizada na Funai, até os anos 2000. A partir deste período, diversas outras organizações passaram a se engajar nesta temática emergente e extremamente sensível: organizações indígenas, ONGs, financiadores, entre outros. Vale aqui ressaltar a criação de uma Gerência na estrutura da Coiab especificamente para tratar do tema.

Este conjunto de instituições e especialistas, em conjunto com a Funai, passou a discutir o tema em reuniões, seminários e estudos, contando com a expertise de profissionais especialistas e indígenas engajados na temática. Neste cenário, em 31 de maio de 2016, pela Portaria 501, foi criado o Conselho da Política de Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato para tratar do tema e fortalecendo a participação da sociedade civil nas discussões.

No Brasil há uma grande concentração da população de povos isolados, grande parte situados nas fronteiras compartilhadas entre Brasil e Peru. Conforme dados do CTI, das 10 reservas territoriais existentes ou propostas para a proteção dos índios isolados do Peru, sete delas estão localizadas na fronteira com o Brasil, ou próximas a ela.

E no Brasil, nas Terras Indígenas do Acre e na TI Vale do Javari, todas fronteiriças com Peru, se encontra a maior diversidade e maior concentração populacional desses povos. Portanto, é na fronteira Brasil-Peru que se localiza os territórios que compõem o habitat da maior população desses povos em todo o mundo.

No **Plano de Gestão Ambiental e Territorial Asheninka do Envira** (2) há um eixo que trata da relação com os vizinhos indígenas e isolados, para a qual são propostas ações para minimizar os conflitos sobre o uso do território e dos recursos naturais. As Terras Indígenas ocupadas pelos Ashaninka no Envira são: TI Jaminauá/Envira compartilhada pelos Ashaninka e Madija; e as TIs Riozinho do Alto Envira e Kampa e Isolados do Rio Envira é compartilhada com isolados.

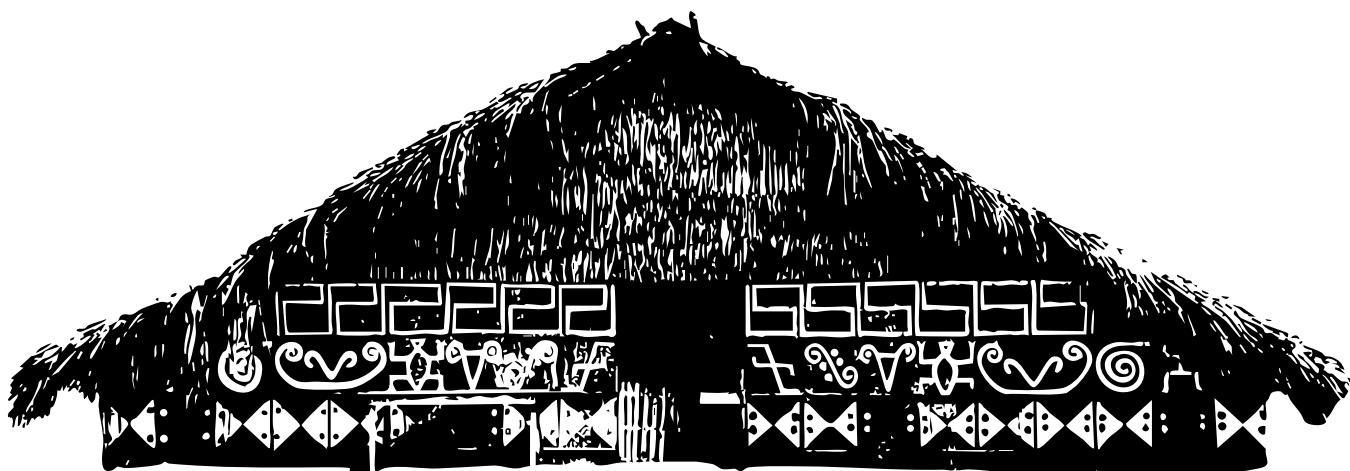
O **Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá** (9) inclui a questão dos povos isolados em seu eixo “Proteção dos Índios isolados - Nawá Kuĩ”. O PGTA dispõe de uma política de vigilância, fiscalização e proteção dos índios isolados, por causa do compartilhamento da terra com um número expressivo de isolados e a intenção da proteção destes grupos. Desta forma, são definidas regras e acordos de convivência com os índios isolados, indicando as áreas de uso restrito e a mobilização para se demarcar território para os isolados Nawá Kuĩ.

O **Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Mamoadate** (11) destaca o relacionamento com “os parentes que vivem na mata” (Mashko Isolados do Rio Iaco) e o compartilhamento do território. Desse modo, assinala-se respeito ao modo de viverem “em paz na floresta” e o fato de que podem ser fonte de conhecimento, já que

falam a mesma língua (Jaminawa) e preservam os conhecimentos tradicionais e espirituais (Manchineri). O debate sobre os isolados também menciona as ameaças que podem enfrentar devido à invasão de narcotraficantes, petroleiros e madeireiros. O trabalho de proteção aos isolados é reivindicado por meio do apoio da CGIRC/Funai e a decisão indígena em compartilhar com os isolados uma parte da área da TI (Manchineri).

O documento ***Diretrizes Prioritárias de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Vale do Javari*** (31) menciona o fato de que a TI Vale do Javari é uma das poucas regiões do mundo onde vivem alguns grupos em isolamento voluntário. O mais importante, conforme o documento, é o fato de que as diretrizes visam a garantia da integridade da TI Vale do Javari e a existência dos modos de vida dos povos que nela vivem. O documento inclui, em suas diretrizes de Controle e Monitoramento Territorial, o monitoramento em conjunto com a Funai para a proteção dos povos isolados.

Além desses documentos, o ***Plano de Gestão das Terras Indígenas do Parque do Tumucumaque e Rio Paru d'Este*** (49) pontua a presença de índios isolados na extensão das TIs, embora não contemple ações de proteção nesse sentido; e o ***Plano de Gestão Territorial e Ambiental do Território Wayamu*** (73) aborda o tema em decorrência das discussões já promovidas na região entre povos indígenas e instituições parceiras. O foco principal da abordagem neste PGTA foi sobre a proteção dos povos isolados e o respeito à sua opção pelo isolamento.



6.14 – Abordagem do tema Mudanças Climáticas

A problemática das mudanças climáticas tem sido debatida em relação aos povos e às Terras Indígenas da Amazônia Brasileira cujas contribuições são cada vez mais evidenciadas nos estudos e conferências internacionais, como as Conferências para o Clima (COP). Apesar de sua relevância, o tema não foi objeto de destaque em grande parte dos Planos de Gestão analisados. Vale, entretanto, mencionar alguns dos casos identificados.

Um dos eixos do **Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá** (9) diz respeito à temática “Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais” e aborda duas questões: 1) interesse em participar de eventos de formação e debates relacionados às mudanças climáticas e serviços ambientais para melhor compreensão dos temas e 2) preocupação com a mudança climática no planeta e, a intenção de estudar e colocar em prática as experiências de roçado sem queimar e o plantio de SAFs diversos.

Os dois Etnomapeamentos realizados na Terra Indígena Mamoadate (13) incluem os relatos Manchineri e Jaminawa sobre o fato do rio Iaco e seus principais tributários estarem secando, sobretudo no verão, e os poços estão sendo aterrados e desaparecendo progressivamente. O fato é analisado, entre outros fatores, como o resultado das mudanças climáticas que afetam as áreas de pescarias e caçadas, além da ocorrência, nos últimos anos, de grandes alagações e períodos de secas prolongadas que impactam as atividades de subsistência das comunidades.

Os PGTA elaborados pela FOIRN na região do Rio Negro no Amazonas também abordam o assunto. Uma das linhas de ação da FOIRN é o das “mudanças climáticas” e o **Plano de Gestão Territorial e Ambiental Terra Indígena Alto Rio Negro** (43) incorpora a discussão no eixo “Meio Ambiente, Manejo e Acordos inter-comunitários”. Para se contrapor às mudanças no clima são propostas estratégias como o fortalecimento do sistema tradicional de manejo, resgate dos conhecimentos e práticas indígenas e aprofundamento das pesquisas sobre mudanças climáticas, entre outras.

O **PGTA DIA WII Plano de Gestão Territorial e Ambiental Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e Afluentes** (44), por sua vez, descreve que um dos temas de interesse das pesquisas interculturais realizadas no rio Negro é relativo ao monitoramento ambiental e climático. Além disso, a discussão sobre as mudanças climáticas faz parte das preocupações das lideranças indígenas nos encontros fronteiriços.

A problemática relativa às mudanças climáticas também faz parte dos PGTA elaborados pelo Conselho Indígena de Roraima como o **“Plano de Gestão Territorial e Ambiental - Terra Indígena Manoá-Pium”** (87), o **Plano de Gestão Territorial e Ambiental - Polo Base Santa Cruz - Terra Indígena Raposa Serra do Sol - Região Raposa** (85), o **Plano de Gestão Territorial e Ambiental - Centro Maturuca - Terra Indígena Raposa Serra do Sol** (86).

6.15 – A Consulta Livre, Prévia e Informada nos PGTA's

Embora este seja um tema que não apareceu de uma forma direta em muitos dos documentos analisados, diante de sua grande relevância em termos de direitos dos povos indígenas contemporâneos, é interessante mencionar alguns casos identificados.

Os **Etnozoneamentos e Planos de Gestão** elaborados com apoio da SEMA-AC são documentos realizados por uma instituição não indígena, ou seja, externa às comunidades. Na metodologia aplicada, foi estabelecida, como uma das etapas iniciais do trabalho, a obtenção do “consentimento livre, prévio e informado” dos povos indígenas com os quais foram desenvolvidos os trabalhos.

No **Plano de Gestão Sociambiental da Terra Indígena Wajãpi** (47), os Wajãpi reforçam a importância das instituições e órgãos de governo realizem a consulta antes de realizar empreendimentos ou no estabelecimento de regras para o uso e ocupação das áreas do entorno da Terra Indígena., devido ao aumento da população e a exploração na região e dos impactos sobre seu modo de vida e organização social. Assim, de forma pioneira, elaboraram o **Protocolo de Consulta e Consentimento Wajãpi**, em 2014, que orienta o diálogo com os órgãos do governo e estabelece que as políticas devem incorporar a participação indígena em sua formulação.

O **Plano de Gestão Territorial e Ambiental Volta Grande do Xingu: Terras indígenas Paquçamba, Arara da Volta Grande do Xingu e Área Indígena Juruna do Km 17 descreve o Protocolo de Consulta do povo Juruna (Yudjá) da TI Paquçamba**, elaborado em 2017, determina como as comunidades devem ser consultadas a respeito dos empreendimentos que impactam suas terras e vidas. A partir disso, a ampliação da iniciativa para o povo Arara da TI Arara da Volta Grande do Xingu é considerada uma ação prioritária no Plano.

Por fim, o **Plano de Gestão Territorial e Ambiental - Terra Indígena Yanomami - Com Protocolo de Consulta Yanomami e Ye'kwana** (83) inclui, no mesmo documento, o PGTA e o Protocolo de Consulta dos povos que vivem na Terra Indígena. O documento destaca que a definição dos passos e dos procedimentos para a realização da consulta representa um importante mecanismo para assegurar uma efetiva gestão ambiental do território.

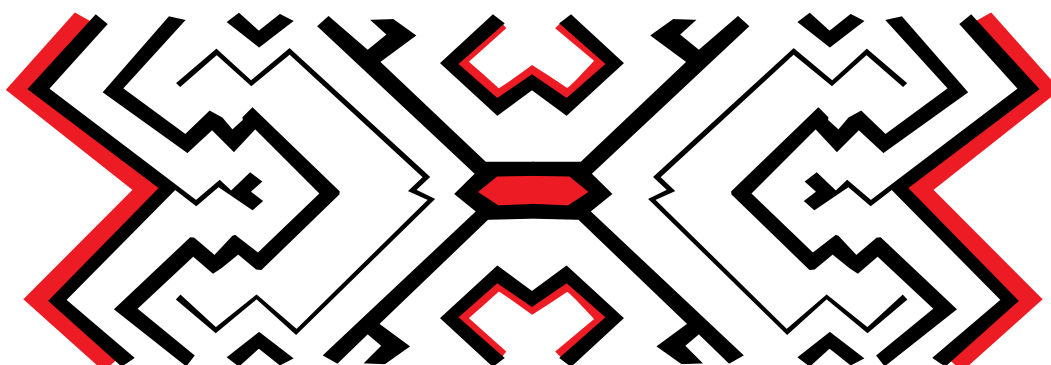


Gráfico picada da Jaca

6.16 – Envolvimento do setor privado e empresas em processos de gestão territorial indígena

Foi observado na análise dos documentos o envolvimento de empresas e do setor privado nos processos de elaboração dos PGTAs. Este envolvimento ocorreu de diversas formas: processos de licenciamento ambiental, ações voluntárias, programas ambientais e sociais, entre outros. Este é um aspecto interessante, pois incorpora um ator (setor privado) que não participa tradicionalmente de processos de gestão territorial em Terras Indígenas.

Alguns PGTAs de povos indígenas do Acre, elaborados pelas organizações indígenas, (AMAAIAC e outras em parceria com a CPI-AC, tiveram o financiamento do Programa Petrobras Socioambiental: **Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Nukini** (6), **Plano de Gestão Territorial e Ambiental Terra Indígena Poyanawa** (7), **Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Três Terras Indígenas Kaxinawá do Rio Jordão** (8), **Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá** (9). Além disso, o Fundo Vale apoiou a construção do **Plano de Vida Yawanawa** (10).

No estado do Mato Grosso os documentos elaborados pela Operação Amazônia Nativa (OPAN), no âmbito do Projeto Berço das Águas, tiveram financiamento do Programa Petrobras Ambiental voltado para ações de gestão hídrica, recuperação e conservação ambiental e combate ao desmatamento. Entre eles: **Plano de Gestão Territorial Manoki** (59), **Plano de Gestão Territorial da TI Pirineus de Souza** (60), **Plano de Gestão Territorial Myky** (55).

O **Plano de Vida da Terra Indígena Cachoeira Seca - Povos Arara, Xipaya e Kuruaya (PA)** (75), o **Plano de Vida da Terra Indígena Apyterewa - Povo Awaeté-Parakanã (PA)** (74) e o **Plano de Gestão Territorial e Ambiental Volta Grande do Xingu: Terras indígenas Paquicamba, Arara da Volta Grande do Xingu e Área Indígena Juruna do Km 17** (64) foram elaborados no âmbito do licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, sob a responsabilidade de consultoria contratada pela Norte Energia, empresa responsável pelo empreendimento.

O **Plano de Vida dos povos e organizações indígenas do Oiapoque (AP)** (94) foi elaborado pelas organizações indígenas do Oiapoque, com apoio de ONGs parceiras e Funai em parceria com a Eletronorte, responsável por Linha de Transmissão localizada na região.

O **Plano de Vida Gavião - Terra Indígena Mãe Maria (PA)** (98) foi elaborado por uma empresa de consultoria contratada pela Vale, com a qual os Gavião mantêm relacionamento há várias décadas em decorrência da operação da Estrada de Ferro Carajás (EFC), que corta a Terra Indígena Mãe Maria. Apesar de haver um processo de licenciamento ambiental relacionado à ferrovia, a construção do Plano de Vida Gavião, aparentemente, foi fruto de uma ação voluntária da empresa.

O **Plano de gestão territorial da Terra Indígena do Escondido Rikbaktsa Katsa Mahudihudiwa (MT)** foi elaborado pelo ICV no âmbito de projeto apoiado pelo Fundo Vale.

6.17 – Governança, Movimento Indígena e Organização Política

Um aspecto relevante que emergiu da análise dos materiais é a questão da governança, entendida de uma forma ampla que engloba tanto a governança para a elaboração e a implementação do PGTA, como a governança política e institucional dos povos indígenas envolvidos.

Alguns PGTA's enfatizaram o protagonismo e a importância nas organizações indígenas no processo de elaboração dos Planos de Gestão e na implementação de suas ações e atividades. A elaboração dos PGTA's no estado de Roraima, por exemplo, embora tenham contado com o apoio de parceiros no processo, teve a organização indígena como principal condutora das atividades.

O documento **Diretrizes Prioritárias de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Vale do Javari** (31) detalha o histórico do movimento indígena da região, desde o surgimento das primeiras organizações até a formação da UNIVAJA. O documento reforça o objetivo na luta pela garantia da qualidade de vida dos territórios, dos recursos naturais e da cultura dos diversos povos indígenas que convivem na TI Vale do Javari.

Os PGTA's elaborados na região do Rio Negro tiveram o protagonismo da FOIRN. Assim, embora tenham contado com o apoio de parceiros, especialmente o Instituto Socioambiental, a FOIRN conduziu um longo processo para a elaboração dos PGTA's que englobam um vasto território, no qual vivem mais de 20 povos indígenas. A definição da abrangência dos PGTA's foi definida a partir da governança da Federação, fundamentada em 5 coordenações regionais.

O primeiro eixo temático do **Plano de Gestão Territorial e Ambiental - Terra Indígena Yanomami - Com Protocolo de Consulta Yanomami e Ye'kwana** (83) é o da governança. Por causa do desafio da governança em uma Terra Indígena de grande extensão territorial, na Oficina Inaugural do PGTA foi criado o Fórum de Lideranças Yanomami e Ye'kwana e sua consolidação se dá ao longo dos quatro anos de elaboração do documento. O papel do Fórum, como o das associações e das lideranças, está incluído no Protocolo de Consulta publicado junto com o PGTA. Assim, um dos resultados do processo de elaboração do PGTA foi a articulação entre lideranças e associações e um sistema de governança para toda a TI, o Fórum de Lideranças.

6.18 – Estruturas de governança para a implementação dos PGTA's

Outra dimensão da governança, observada em alguns documentos analisados, é referente às estruturas de governança para o processo de tomada de decisão, gestão e implementação das atividades relacionadas aos PGTA's.

Um exemplo é a estrutura de governança criada para o **Plano de Vida Yawanawa** (10), com representações das aldeias envolvidas no projeto e que deverá monitorar as ações das comunidades, com autonomia para a tomada de decisão sobre os recursos. O Conselho Gestor foi criado para coordenar as ações do Plano e fazer com que os recursos tenham um destino: aplicar no Plano.

O **Plano de Gestão Etnoambiental da TI Nove de Janeiro** (37), relativo ao povo Pykahu-ga Parintintin no Amazonas, apresenta um organograma de gerenciamento que foi criado para executar as ações de gestão ambiental na Terra Indígena. Nele são definidas as responsabilidades institucionais para cada atividade proposta, e que devem ser exercidas de forma compartilhada entre a FUNAI e a Organização do Povo Indígena Parintintin do Amazonas (OPIAM), e são descritos os passos a serem realizados para maior governança e responsabilização das instituições.

A Governança Indígena é uma das áreas prioritárias no **PGTA DIA WII Plano de Gestão Territorial e Ambiental Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e Afluentes** (44). O documento apresenta as instâncias de governança local e os desafios nessa área: Enfraquecimento do movimento indígena e baixa mobilização social; Falta apoio financeiro e técnico para o funcionamento das associações; Falta apoio governamental permanente para projetos e programas executados pelas associações indígenas dentro de seus territórios, visando a gestão ambiental e territorial. As estratégias para se contrapor às essas problemáticas foram propostas e é mencionado o fato de que os conhecimentos e práticas tradicionais são a base da gestão e governança dos territórios.

No **Plano de Gestão das Terras Indígenas Parque do Tumucumaque e Rio Paru D'Este** (49) há um eixo específico que trata da Governança e Empoderamento Político. O Eixo pontua o fato de que a boa governança requer estratégias de monitoramento e propõe a participação das associações e lideranças em espaços de Gestão Compartilhada e Articulação Regional. Assim, há um Núcleo Técnico, constituído por representantes indígenas e parceiros, que tem como missão buscar os meios e organizar o apoio de assessoria, recursos e logística para a realização dos projetos. Além disso, é apresentada a demanda das mulheres para maior participação nos espaços políticos.

O **Plano de Gestão do Território Indígena do Xingu** (61), por sua vez, apresenta uma estrutura de governança em três camadas de "consulta e decisões": i. Etnias e suas aldeias; ii. Decisão do Polo Regional; iii. Decisão de todos os povos e comunidades da Terra Indígena. Esta estrutura procura contemplar a complexidade étnica e cultural

do território multiétnico, que engloba diversos povos indígenas. A governança, nesse sentido, “mistura a cultura indígena com a cultura dos brancos. Respeita as lideranças tradicionais como caciques, mas também inclui outras pessoas como mulheres, professores e profissionais da saúde que ajudam a tomar as decisões”. Indica-se também a colaboração do governo parceiro e especialistas, quando necessário.

6.19 – Criação de Fundos para a Gestão Territorial e Ambiental

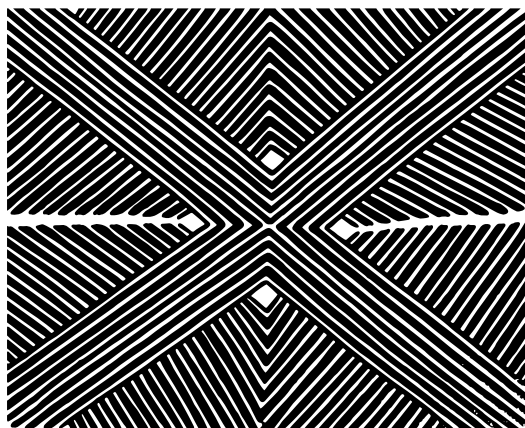
A criação de fundos tem se consolidado como uma estratégia do movimento indígena para a captação de recursos para a gestão dos territórios em diversas áreas e ela tem se apresentado como uma alternativa concreta de “financiamento climático”. Este mecanismo pode ser incorporado como uma possível estratégia para financiamento das ações previstas nos PGTAs.

Como principais referências, podemos mencionar o **Podáli – Fundo Indígena da Amazônia Brasileira**, iniciativa construída pela Coiab nos últimos 10 anos, tendo apoiado um primeiro conjunto de projetos na Amazônia a partir do início de 2023. Outra referência é o **Fundo Indígena do Rio Negro (FIRN)**, iniciativa ligada à FOIRN, em pleno funcionamento. Embora seja uma tendência atual, o tema quase não aparece nos documentos analisados.

Entre os casos identificados, podemos mencionar o **Plano de Vida Yawanawa** (10), que contempla a criação do Fundo Yawanawa, um Fundo específico para as atividades do Plano de Vida.

O **Plano de Gestão Etnoambiental da Terra Indígena Sete de Setembro do povo Suruí** (RO), por sua vez, menciona a criação de um “Fundo Rotativo” para apoiar as comunidades na implementação de suas atividades, principalmente de cunho econômico.

Este mecanismo apresenta um potencial interessante para captação, gestão e distribuição de recursos voltados para a gestão ambiental e territorial das Terras Indígenas na Amazônia, merecendo atenção especial do movimento indígena e instituições.



Grafismo Jabuti da casa amarela

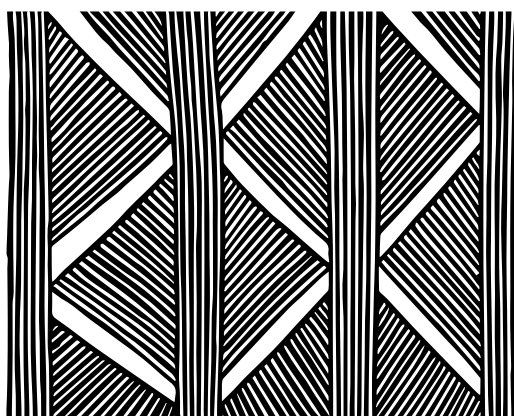
6.20 – Estratégias e Desafios de Implementação dos Planos de Gestão

Um importante aspecto que apareceu em alguns documentos analisados foi a estratégia de implementação dos PGTA, que inclui processos de monitoramento e avaliação e sua revisão periódica. O planejamento de estratégias de implementação é de grande importância, na medida em que estabelece as ações necessárias para o acompanhamento, a avaliação e atualização do plano.

O **Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Araribóia** (51) possui um tópico específico denominado “Gestão, monitoria e avaliação”, no qual informa que o monitoramento das atividades deve ter a participação das famílias em todas as etapas. Além disso, a Comissão de Caciques e Lideranças realizará a coordenação do Plano e está sob sua responsabilidade a análise e priorização dos programas e projetos, proposição de ajustes, apreciação de projetos desenvolvidos pelos diversos órgãos e avaliação dos resultados. Os temas propostos no Plano serão revistos e atualizados a cada cinco anos e, caso necessário, profissionais especializados podem ser contratados.

No **Plano de Gestão das Terras Indígenas Parque do Tumucumaque e Rio Paru D’Este** (49) se prevê o monitoramento anual do PGTA, pois, de acordo com os caciques e lideranças do Tumucumaque Leste e Oeste, o Plano tem que ser continuamente revisto e monitorado para atender às mudanças que ocorrem conforme as vidas também mudam.

O **Plano de Gestão Sociambiental da Terra Indígena Wajãpi** (47) prevê o monitoramento do PGTA. Assim, para cada tema são propostos objetivos e indicadores: Ocupação da TI Wajãpi; Fiscalização e; Caças, pesca, roças e materiais para a construção de casas; Gestão do Lixo; Uso do Dinheiro; Transmissão de conhecimentos e práticas dos Wajãpi. A avaliação do Plano deve ter a participação de todos Wajãpi, embora assinalem as dificuldades em avaliar, debater e acordar todos os temas do Plano de Gestão, por causa dos muitos assuntos para discutir nas assembleias e encontros de chefes. Desse modo, planeja-se organizar um Conselho ou Núcleo de Gestão Sociambiental Wajãpi para fortalecer e acompanhar as ações do Plano e informar essas questões às lideranças nas reuniões do Apina.



Grafismo de Cobra

6.21 – Necessidade de revisão e atualização dos PGTAs

As informações e as análises diagnósticas e, principalmente, as ações propostas, as estratégias e as prioridades incluídas nos PGTAs dizem respeito a um determinado momento e demandam a necessidade de sua atualização periódica. Em algumas regiões esse trabalho foi efetivado, em outras foi indicada a sua realização no planejamento dos documentos analisados.

O **Plano de Gestão Etnoambiental da TI Nove de Janeiro (AM) do povo Parintintim** (37) por exemplo, prevê a avaliação e a atualização do Plano em reuniões gerais que devem ocorrer anualmente.

O **Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas Timbira: Hëmpejxà amp pjë inpej - 10 anos** (52) enfatiza que a necessidade de atualização do Plano é constante, pois os projetos de futuro serão reelaborados de acordo com as mudanças das dinâmicas territoriais.

O documento **Diagnóstico Etnoambiental Participativo, Etnozoneamento e Plano de Gestão da TI Igarapé de Lourdes** (79) prevê a avaliação do Plano efetuada semestralmente e sua revisão a cada triênio.

Os PGTAs promovidos no estado do Acre afirmam seu caráter dinâmico e a importância da revisão e atualização dos acordos neles registrados, pois somente assim contribuirá nos processos de gestão territorial e ambiental das TIs. Desse modo, as atividades promovidas na Terra Indígena, e também no entorno, de proteção territorial e de uso, manejo e conservação dos recursos naturais e dos conhecimentos são processos dinâmicos em constante transformação.

Alguns destes PGTAs, inclusive, já passaram ou estão passando por processo de revisão e atualização. O **Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá** (9) por exemplo, passou pelo processo de avaliação de suas ações e a questão dos isolados parecer ter sido incluída nesse momento.

O **Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Mamoadate** (11) teve sua atualização, por meio da parceria do Projeto GATI e CPI-AC. Os trabalhos ocorrem entre 2015- 2016 e geraram a atualização do PGTA e o Etnomapeamento da TI. Uma das questões priorizadas nesse segundo momento foi a discussão e inclusão de ações de proteção aos povos isolados. Após a atualização e a publicação do PGTA, novas propostas foram identificadas pelos conselheiros locais do Projeto GATI, como a necessidade de formar articuladores indígenas para acompanhar os projetos em andamento e agentes ambientais para monitorar o território ocupado pelos isolados. Além disso, oficinas sobre legislação ambiental e indigenista.



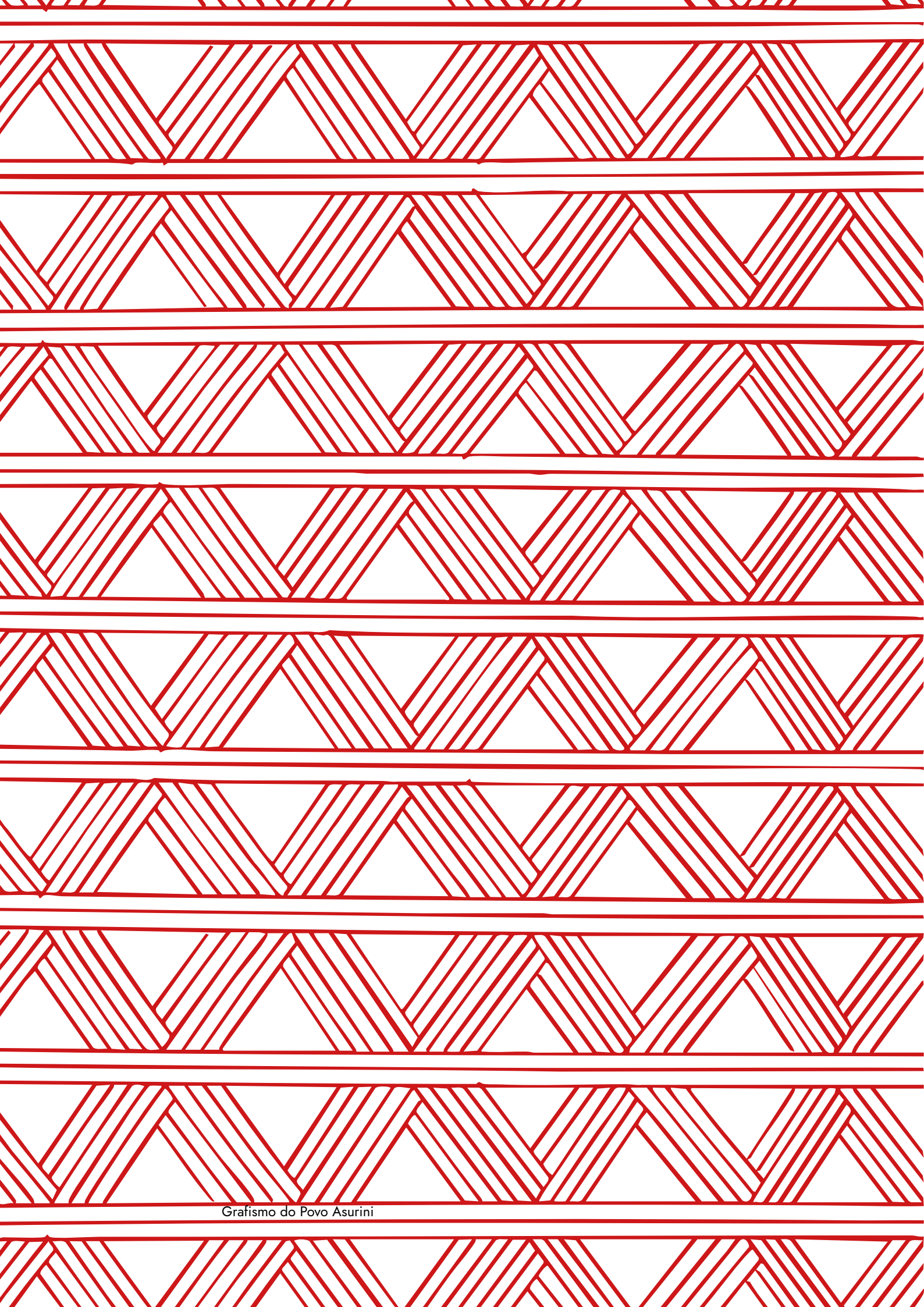






CENTRO DE FORMAÇÃO
DOMINGOS SANTA ROSA

MS
Município de Santa Rosa
Estado do Mato Grosso do Sul



Grafismo do Povo Asurini

7 - Considerações finais e recomendações

As discussões apresentadas neste documento refletem um processo de análise minucioso e detalhado, realizado por profissionais com grande experiência junto a povos indígenas na Amazônia e gestão territorial de suas Terras.

As análises abordaram os 100 documentos presentes no acervo da Coiab de PGTAs e outros instrumentos de gestão ambiental e territorial na Amazônia brasileira.

Sabemos, entretanto, que esta é uma realidade extremamente dinâmica, na medida em que diversos povos indígenas estão atualmente engajados em processos de elaboração ou mesmo atualização de seus PGTAs, fazendo com que esse quantitativo esteja crescendo a todo o momento.

Além disso, é possível que existam alguns documentos, já elaborados, que não estejam disponíveis no acervo da Coiab e que, caso sejam identificados, possam complementar as análises.

Porém, com este conjunto de materiais analisados, ainda mais considerando a profundidade das leituras e sistematizações feitas, permitem uma detalhada visão e diagnóstico sobre a presença de PGTAs e outros tipos de instrumentos de gestão territorial.

Nesse sentido, com a apresentação deste material, esperamos poder contribuir para o fortalecimento do protagonismo e incidência da Coiab na temática da gestão ambiental e territorial indígena na Amazônia brasileira.

A seguir, apresentaremos algumas recomendações para o processo mais geral de elaboração de PGTAs por povos indígenas, assim como algumas sugestões de abordagem institucional da temática pela Coiab.

Recomendações gerais

Aprimorar e ajustar os formatos dos documentos de acordo com o público esperado

São variados os objetivos e públicos dos PGTAs, voltados tanto para o público “interno” (comunidades, professores indígenas, estudantes, lideranças) como para o público “externo” (organizações parceiras, órgãos governamentais, instituições de cooperação internacional, financiadores). Desta forma, é importante considerar os formatos adequados para atingir cada um desses objetivos e públicos.

No caso do público “externo”, voltado para instituições e potenciais parceiros, cujo enfoque é mais operacional, uma possibilidade é produzir resumos executivos ou outros tipos de formato mais direcionados para este público específico. Seriam desdobramentos de um documento mais geral do PGTA.

Planos de Gestão e Registro dos Saberes Indígenas

Alguns PGTA's reforçam que um de seus objetivos é o de contribuir para a transmissão de conhecimentos sobre o povo e Terra Indígena para futuras gerações, seja como documento de leitura para fonte de informações ou para utilização em sala de aulas.

Esta forma, vislumbrando o público “interno”, os PGTA's podem investir na inclusão de registros da história, dos modos de vida e dos conhecimentos do povo indígena, contribuindo como legado de informação para as futuras gerações.

Além disso, com esta mesma finalidade, podem apresentar mapas e etnomapas, a linha do tempo e o histórico dos povos indígena, os processos de luta pela demarcação territorial, entre outros fatores. Desta forma, os Etnomapas e os Planos representam potencialmente um rico material, que pode ser apresentado às novas gerações e utilizado como material didático na educação escolar indígena nas aldeias.

Uma sugestão pontual seria sempre incluir um item de referências bibliográficas e de informação em geral (Para saber mais) sobre o povo e a Terra Indígena, visando apoiar professores e estudantes indígenas no conhecimento sobre sua história e território.

Atualização periódica dos documentos

Existe um enorme dinamismo dos contextos e situações enfrentadas pelos povos e Terras Indígenas. Ocorrem alterações no contexto interno e entorno das Terras Indígenas, implementação de políticas públicas novas, questões climáticas e econômicas.

Além disso, também mudam as aspirações e prioridades dos povos e comunidades indígenas ao longo do tempo. Isso requer uma abordagem de atualização periódica das informações e propostas presentes no PGTA. Desta forma, importante considerar, desde o início da formulação dos PGTA's, mecanismos de avaliação e atualização do documento ao longo do tempo.

Monitoramento & Avaliação dos Planos de Gestão

Conforme análise feita aos documentos do Acervo da Coiab, os eixos temáticos dos PGTA's geralmente apresentam em sua estrutura os seguintes itens: atividades e ações (75%), problemas identificados (72%), acordos entre as comunidades (41%), diagnóstico (39%), responsáveis pela implementação das ações (32%), resultados (22%), metas e indicadores (13%), princípios e diretrizes (12%), monitoramento e avaliação (12%), governança (7%).

Ou seja, há um destaque para as ações que deverão ser implementadas e na identificação dos problemas. Os acordos indígenas e responsáveis pela implementação das ações (internos e externos) também ocupam um lugar importante. Ao mesmo tempo, poucos PGTA's priorizam a definição de metas e indicadores, assim como mecanismos

de monitoramento e avaliação das ações e a governança, que aparece em apenas 12% dos documentos analisados.

Considerando a importância de que os PGTA's sejam efetivamente incorporados como ferramentas de planejamento e gestão pelas comunidades e organizações indígenas, assim como a necessidade de sua atualização periódica, é recomendável que os processos de elaboração dos PGTA's já incorporem, desde o início, procedimentos de monitoramento e avaliação.

Estruturas de governança

Um aspecto de grande relevância dos PGTA's é o estabelecimento de Acordos para a gestão ambiental e territorial das Terras Indígenas entre as comunidades. Além disso, as ações, propostas e prioridades registradas nos PGTA's devem ser fruto de um processo de discussão e tomada de decisão coletiva e abrangente.

Nesse sentido, é muito importante que os processos de construção dos PGTA's já incorporem, desde sua origem, discussões e definições sobre como as comunidades e povos presentes numa Terra Indígena devem se organizar para este processo de tomada de decisão coletiva, quais estruturas, mecanismos e instâncias, o que, no seu conjunto, representam a Estrutura de Governança do PGTA.

Abordagem de povos indígenas em isolamento voluntário

Em termos de recomendações para a elaboração de PGTA's, é importante manter atenção especial no tema dos povos indígenas em isolamento voluntário, sempre que esta for uma realidade da Terra Indígena, ainda que as comunidades não abordem o tema. Muitas vezes é um tema delicado, que as comunidades tem dificuldade de abordar com naturalidade.

Neste sentido, outra sugestão para futuros processos de elaboração de PGTA's é incorporar e fortalecer as iniciativas das instituições que já trabalham com o tema nos territórios: Funai, ONGs e organizações indígenas. É também necessário incorporar as políticas e diretrizes relacionadas ao tema, tais como:

- a) Resolução 44-2020 do Conselho Nacional de Direitos Humanos que estabelece orientações e diretrizes para que as instituições abordem o tema;
- b) Portaria Interministerial 4094-2019 do Ministério da Saúde e Funai, que indicam os cuidados necessários para os casos que os indígenas isolados estabeleçam contato.

O tema não é abordado diretamente na PNGATI, que poderia numa eventual atualização, incorporar orientações, diretrizes e recomendações para a abordagem da temática.

Mecanismos de financiamento das ações dos PGTA's

Alguns PGTA's (32%) indicam os responsáveis pela implementação das ações previstas, divididos entre as comunidades e organizações indígenas, Funai, ONGs e outros parceiros. Porém, são raros os documentos que abordam estratégias de financiamento destas ações previstas.

No caso das instituições públicas indicadas, o registro no PGTA serve como base para cobrança, acompanhamento e incidência por parte do movimento indígena, para que as ações previstas sejam realizadas.

Porém, no caso das ONGs parceiras e, principalmente, das organizações indígenas, as ações previstas acabam sendo indicativos para elaboração de projetos e busca por financiamentos junto a parceiros e doadores. Não há um orçamento específico para essas atividades.

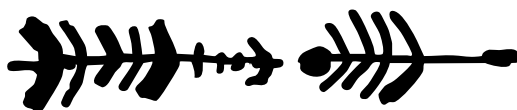
Desta forma, seria recomendável que, desde o processo de elaboração dos PGTA's, fossem pensados e definidos mecanismos de financiamento e gestão das ações previstas. Nesse sentido, os Fundos Comunitários surgem como uma alternativa promissora.

Sugestões para a atuação da Coiab

Aprimoramento do sistema de levantamento e monitoramento dos PGTA's da Amazônia

Considerando a importância estratégica dos PGTA's para a gestão territorial das Terras Indígenas e o protagonismo que a Coiab tem assumido no assunto, seria recomendável que a organização pudesse aprimorar ainda mais seus mecanismos de gestão de informações e acompanhamento relacionados ao tema.

Nesse sentido, a ideia seria estruturar processo de gestão de um Banco de dados da Coiab relativo aos PGTA's e outros documentos de gestão territorial na Amazônia. Além disso, também estabelecer sistema permanente de atualização e acompanhamento de PGTA's e outros instrumentos de gestão territorial que venham a ser elaborados na Amazônia.



Continuidade e aprofundamento do diagnóstico relativo aos PGTAs da Amazônia

A metodologia empregada para a elaboração deste relatório envolveu apenas a análise dos documentos elaborados. Portanto, até por questões de limitação de tempo disponível para a realização das atividades, não estava previsto e nem foi realizado um levantamento e análise da implementação dos PGTAs e execução das atividades.

Esta análise, entretanto, é de enorme importância, especialmente para avaliar em que medida o esforço de discussões e planejamento, voltado para a elaboração dos PGTAs, está se concretizando na prática, quais as dificuldades enfrentadas, quais sugestões de ajustes metodológicos no processo de elaboração, entre outros aspectos.

Nesse sentido, seria de grande valia a realização de uma segunda etapa do processo de diagnóstico dos PGTAs, voltada para a avaliação da implementação dos mesmos entre os povos indígenas da Amazônia.

Neste caso, seria necessária a definição de metodologia adequada para tamanha tarefa, considerando a diversidade de situações, a distância e dificuldade de acesso das regiões e Terras Indígenas dos PGTAs e a complexidade de seus processos de implementação.

Poderiam ser definidas, por exemplo, entrevistas com pessoas-chave das organizações indígenas, organizações parceiras, Funai e outras instituições relevantes para a implementação dos PGTAs nas regiões.

Também poderiam ser desenvolvidos “estudos de caso”, focados em alguns PGTAs específicos, definidos com base em critérios técnicos, que poderiam receber visitas de campo e análises mais aprofundadas, visando extrair lições aprendidas.

Por fim, outra possibilidade é a realização de Seminários Temáticos (regionais e um geral para toda a Amazônia), envolvendo organizações indígenas e parceiros, para realizar avaliação participativa dos desafios, oportunidades e perspectivas de implementação dos PGTAs.



Abordagem relativa a povos indígenas em isolamento voluntário

Considerando que este é um tema de destacado interesse e protagonismo para a Coiab, poderia ser detalhadas, em conjunto com Funai e outros parceiros, diretrizes e orientações para a incorporação da abordagem a povos indígenas isolados nos PGTAs de Terras Indígenas.

No caso da Coiab, este é um assunto que a organização possui importância central, na medida em que a presença de povos isolados só é observada nas Terras Indígenas da região amazônica.

Apoio para a consolidação de estruturas de governança para os PGTAs

Ainda considerando a grande relevância do tema para o fortalecimento dos PGTAs, seria recomendável o estabelecimento de um processo de formação e orientação sobre “governança territorial indígena”, a ser proporcionado para povos e organizações indígenas da base da Coiab, favorecendo a consolidação de estruturas de governança efetivas para os PGTAs a serem elaborados.

Este processo, que poderia ser implementado através do Centro Amazônico de Formação Indígena (Cafi), poderia incluir, entre outros temas, a questão dos desafios para a tomada de decisão coletiva, apoio para a construção de Acordos entre comunidades, abordagens de mediação de conflitos, entre outros.

Incorporação qualificada da temática de mudanças climáticas nos PGTAs

Como pode ser observado na análise do acervo da Coiab de PGTAs e outros instrumentos de gestão territorial, o tema das mudanças climáticas não teve grande destaque, estando presente de uma forma mais efetiva, em apenas 4% dos documentos analisados.

Porém, nos últimos anos, tem emergido de uma forma contundente, a nível nacional e internacional, a questão das mudanças climáticas e a importância das Terras Indígenas e conhecimentos dos povos indígenas como estratégias de redução destas mudanças.

Isso pode ser evidenciado através da presença cada vez maior e com mais protagonismo dos povos e representantes indígenas nas Conferências para o Clima da ONU (COP). A própria Coiab, em conjunto com o movimento indígena brasileiro, tem assumido destaque nesta temática e nestas instâncias de discussão e deliberação.

Desta forma, seria recomendável que a Coiab, em conjunto com suas organizações de base e parceiros, desenvolvesse orientações para a incorporação do tema das mudanças climáticas nos processos de elaboração e revisão dos PGTAs das Terras e povos indígenas da Amazônia brasileira.

PARA SABER MAIS – Referências e materiais sobre o tema

A seguir, serão apresentadas algumas sugestões de treinamentos, publicações, vídeos e outros materiais relevantes para aprofundar o conhecimento sobre os PGTAs e outros instrumentos de gestão ambiental e territorial indígena.

Treinamento

Curso online sobre a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). O curso está dividido em 7 módulos, cada um sobre um dos 7 eixos da PNGATI. Cada módulo possui cerca de 10 - 15 horas de duração, totalizando 200 horas. O curso foi elaborado pela Funai com apoio técnico da GIZ. O curso é gratuito e oferece certificado.

Publicações

Decreto da PNGATI: O Decreto nº 7.747/2012 instituiu a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Essa política tem como objetivo garantir e promover a proteção, recuperação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas. Além disso, ela assegura a integridade do patrimônio indígena, melhora a qualidade de vida e cria condições plenas de reprodução física e cultural para as atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural.



Orientações para elaboração – Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas. Brasília: Funai, 2013: O documento “Orientações para Elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas”, publicado pela Fundação Nacional do Índio (Funai) em 2013, apresenta algumas recomendações para a construção e implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) em Terras Indígenas no Brasil. Alguns pontos chave abordados no documento incluem: participação ativa, objetivos, princípios e material consultado.



Instrumentos de Gestão Territorial e Ambiental Indígena no Projeto GATI. Série: A experiência do Projeto GATI em terras indígenas. Brasília-DF: Funai e IIEB, 2016. Autor: Maciel, Ney B:

O documento intitulado “Instrumentos de Gestão Territorial e Ambiental Indígena no Projeto GATI”, de autoria de Ney B. Maciel, faz parte da série “A Experiência do Projeto GATI em Terras Indígenas”. Publicado em 2016 pela Fundação Nacional do Índio (Funai) em parceria com o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB), esse material é relevante para compreender as estratégias e práticas relacionadas à gestão territorial e ambiental em terras indígenas no Brasil. Os principais pontos abordados no documento tratam do contexto, instrumentos de gestão, desafios e lições aprendidas durante a implementação do Projeto GATI em diferentes terras indígenas.



GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org). Em busca do bem viver: Experiências de elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas. São Paulo: Iepé, 2020:

Este documento apresenta relatos e experiências significativas relacionadas à elaboração dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) em terras indígenas da Amazônia brasileira. Publicado em 2020 pelo Instituto Iepé, esse material é valioso para compreender os diferentes arranjos locais na construção dos PGTAs, pois o livro reúne ensaios de indigenistas e antropólogos que assessoram os processos de elaboração dos PGTAs. Essas experiências refletem a pluralidade dos povos indígenas, mostrando que não há uma receita única para a elaboração dos PGTAs.



INESC. Ampliar para preservar Análise dos PGTA na retomada da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas no Brasil. Setembro, 2023:

O documento intitulado “Ampliar para Preservar: Análise dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) na Retomada da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas no Brasil” foi publicado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) em setembro de 2023



MILLER, Robert; CAMARGO, Renata F.; SANTANDER, Jorge Espinoza; WAGNER, Fabian. Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas do Brasil. Brasília: GIZ, s/ data: O documento foi publicado pela Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) em Brasília. Alguns pontos importantes abordados no documento tratam da importância dos PGTA's para a conservação da biodiversidade, proteção climática e adaptação às mudanças climáticas. Além disso, compartilha experiências práticas e estratégias relacionadas à construção e implementação dos PGTA's. Em resumo, o documento oferece insights valiosos sobre a implementação dos PGTA's, destacando sua relevância para a gestão territorial e ambiental nas terras indígenas brasileiras.



SOUSA, Cássio Noronha Inglês de; ALMEIDA, Fábio Vaz Ribeiro de. Gestão Territorial em terras indígenas no Brasil. Brasília: MEC, 2015: O documento aborda questões cruciais relacionadas à gestão territorial e ambiental nas terras indígenas do Brasil, com foco na proteção dos direitos dos povos indígenas e na preservação dos recursos naturais. O livro parte de uma visão abrangente das dimensões e desafios enfrentados pelos em seus territórios. Em resumo, o documento contribui para uma formação densa e crítica, valorizando o conhecimento tradicional e promovendo a gestão sustentável das terras indígenas no Brasil.



SMITH, Maira; STIBICH, Graziela R. de; GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. (Orgs.). PNGATI: Plano Integrado de Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas. – Brasília: Projeto GATI/Funai, 2016. 80p. Ilust: O documento propõe ações e metas a serem executadas de forma integrada por instituições governamentais, organizações indígenas e indigenistas, em prol da qualidade de vida e bem estar nas terras indígenas do país. Este Plano, que cobre o período de 2016 a 2019, é um desdobramento direto da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Para cada um dos objetivos estruturados em torno dos sete eixos da PNGATI, são estabelecidas ações e metas e atribuídas responsabilidades aos órgãos e instituições governamentais e parceiras.



Vídeos

“A gente luta mas come fruta”: O vídeo “A gente luta mas come fruta” é um documentário produzido pelo projeto Vídeo nas Aldeias e retrata o manejo agroflorestal realizado pelos índios Ashaninka na aldeia Apiwtxa, localizada no rio Amônia, no estado do Acre. O filme registra, por um lado, o trabalho dos Ashaninka para recuperar os recursos de sua reserva e repovoar seus rios e matas com espécies nativas. Por outro lado, também mostra a luta desses indígenas contra os madeireiros que invadem sua área na fronteira com o Peru. Lançado em 2006, o filme tem duração de aproximadamente 40 minutos e foi dirigido por Bebito Piãko e Isaac Piãko



“Gway Ba Nho Pyka – PGTA da TI Las Casas do povo Kayapó”: O vídeo “Gway Ba Nho Pyka – PGTA da Terra Indígena Las Casas do povo Kayapó” apresenta o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) elaborado pelas comunidades Mêbêngôkre das aldeias Tekrejarôtire e Kaprãnrere, localizadas na Terra Indígena Las Casas, no estado do Pará. O vídeo oferece um olhar detalhado sobre o processo de construção desse plano, destacando a participação ativa das comunidades indígenas e sua busca pelo bem viver em harmonia com a natureza e sua cultura

“10 anos de PGTA Timbira – CTI”: O vídeo “10 anos do PGTA das Terras Indígenas Timbira” celebra uma década desde a consolidação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) pelas comunidades indígenas dos povos Krahô, Apinayé, Krikati, Gavião Pykobjê, Canela Apanjekra e Memortumré Canela nas Terras Indígenas Timbira, localizadas no Bioma Cerrado.



Websites

FUNAI – PNGATI: Diversos PGTA's e publicações sobre a PNGATI e o Projeto GATI disponíveis para download:



RCA – Rede de Cooperação Amazônica: Diversos PGTA's e publicações sobre gestão territorial disponíveis para download:



PGTAs da Amazônia – Reúne os PGTA's e outros instrumentos de gestão territorial da Amazônia brasileira, disponíveis no acervo documental da Coiab.











Nº	Título do documento	Tipo de instrumento	UF	Ano	Povos Indígenas	Terras Indígenas
1	Plano de Gestão dos Madija da Terra indígena Alto Rio Purus	PGTA	AC	Não Consta	Madijá (Kulina)	TI Alto Rio Purus
2	Plano de Gestão Ambiental e Territorial Asheninka do Envira: Owamerenkakotätsi riseykaneki Asheninka Embiraki	PGTA	AC	2011	Ashaninka (Ashenika)	TI Jaminawa/Envira, TI Riozinho do Alto Envira, TI Kampa e Isolados do Rio Envira
3	Plano de Gestão Territorial e Ambiental TI Jaminawa do Rio Caeté	PGTA	AC	2012	Jaminawa	TI Jaminawa do Rio Caeté
4	Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia	PGTA	AC	2007	Ashaninka	TI Kampa do Rio Amonea
5	Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Kaxinawá e Ashaninka do Rio Breu	PGTA	AC	2007	Kaxinawá (Huni Kuin), Ashaninka	TI Kaxinawá Ashaninka do Rio Breu
6	Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Nukini	PGTA	AC	2015	Nukini	TI Nukini
7	Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Poyanawa	PGTA	AC	2015	Puyanawa	TI Poyanawa
8	Ikuäki mae Huni Kuĩ yuraya namaki inũ, yuraya mai kiri inũ, mae betsa hene taraya nama kiarã - Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Três Terras Indígenas Kaxinawá do Rio Jordão	PGTA	AC	2012	Huni Kuĩ (Kaxinawá)	TI Kaxinawá do Rio Jordão, TI Kaxinawá do Baixo Rio Jordão, TI Kaxinawá Seringal Independência
9	Título: Mae shawãya namaki hariri raya kaĩti xinã: Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá	PGTA	AC	2015	Huni Kuĩ (Kaxinawá)	TI Kaxinawá do Rio Humaitá
10	Hu Raiáyawanawahãu Xinãs Plano de Vida Yawanawa	Plano de Vida	AC	2014	Yawanawa, Katukina	TI Rio Gregório
11	Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Mamoadate	PGTA	AC	2016	Jaminawa, Manchineri	TI Mamoadate
12	Levantamento Etnoecológico das Terras Indígenas do Complexo Bacia do Rio Juruá: Kaxinawá da Praia do Carapanã, Kampa do Igarapé Primavera e Kulina do Igarapé do Pau	Levantamento Etnoecológico	AC	2008	Kulina (Madija), Kaxinawá (Huni Kuĩ), Ashaninka	TI Kaxinawá da Praia do Carapanã, TI Kampa do Igarapé Primavera, TI Kulina Igarapé do Pau
13	Bainã Ravi Kibea: Etnomapeamento da Terra Indígena Mamoadate (Povo Jaminawa) e Shima Mwajnutu Tshijne Wtshijne Mayawle: Etnomapeamento da Terra Indígena Mamoadate (Povo Manxineru)	Etnomapeamento	AC	2016	Jaminawa, Manchineri, Mashko Isolados do Rio Iaco	TI Mamoadate
14	Etnozoneamento da Terra Indígena Rio Gregório: Povos Yawanawá e Katukina / Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Rio Gregório (Versão - 2010)	PGTA	AC	2014	Yawanawá, Katukina	TI Rio Gregório

15	Nuke hanu haweti vena - Projeto de Vida Nuke Kuĩ: Terra Indígena Katukina do Campinas	Plano de Vida	AC	2013	Nuke Kuĩ (Katukina)	TI Campinas/Katukina
16	Etnozoneamento e Planos de Gestão Territorial e Ambiental: Terra Indígena Katukina/Kaxinawá	PGTA	AC	2014	Shanenawa, Kaxinawá	TI Katukina/Kaxinawá
17	Etnozoneamento e Plano de Gestão Ambiental e Territorial da Terra Indígena Kaxinawá Colônia 27	PGTA	AC	2014	Huni Kuĩ (Kaxinawá)	TI Kaxinawá Colônia Vinte e Sete
18	Nuku Xina, Nosso Pensamento: Terra Indígena Jamináwa Cabeceira do Rio Acre	PGTA	AC	2014	Jamináwa, Manchineri	TI Cabeceira do Rio Acre
19	Etnozoneamento e Plano de Gestão Ambiental e Territorial da Terra Indígena Mamoadate: Para Cuidar da Nossa Terra Jamináwa Manchineri	PGTA	AC	2014	Jaminawa, Manchineri	TI Mamoadate
20	Nova cartografia social da Amazônia: Kuntanawa do Alto Rio Tejo Alto Juruá, Acre	Outro	AC	2009	Kuntanawa	Reserva Extrativista do Alto Juruá
21	Etnozoneamento Jiahui	Etnozoneamento	AM	Não Consta	Jiahui	TI Diahui
22	Plano de Gestão Territorial Terra Indígena Deni	PGTA	AM	2008	Madiha Deni	TI Deni
23	Plano de gestão da Terra Indígena Rio Biá	PGTA	AM	2013	Katukina	TI Rio Biá
24	Levantamento Etnoecológico das Terras Indígenas do Complexo MÉDIO PURUS II Paumari do Lago Marahã, Paumari do Rio Ituxi e Jarawara/Jamamadi/Kanamati	Levantamento Etnoecológico	AM	2008	Paumari, Apurinã, Jarawara e Jamamadi/Kanamati	TIs Paumari do Lago Marahã, Paumari do Rio Ituxi, Jarawara Jamamadi/Kanamati
25	Levantamento Etnoecológico das Terras Indígenas do Complexo MÉDIO PURUS I Peneri/Tacaquiri, Água Preta/Inari, Catipari/Mamoriá, Seruini/Marienê, Tumiã	Levantamento Etnoecológico	AM	2008	Apurinã	Peneri/Tacaquiri, Água Preta/Inari, Catipari/Mamoriá, Seruini/Marienê, Tumiã
26	Levantamento Etnoecológico- Maku Terra Indígena Paraná do Boá-Boá	Levantamento Etnoecológico	AM	2008	Maku	TI Parana do Boa Boa
27	Levantamento Etnoecológico das Terras Indígenas do Complexo Tefé	Levantamento Etnoecológico	AM	2008	Kanamari, Kulina, Miranha	TI Cuiú-Cuiú, TI Parana do Paricá, TI Kumaru do Lago Ualá, TI Maraã Urubaxi
28	Plano de Gestão Territorial Jamamadi - 2015	PGTA	AM	2015	Jamamadi	TI Jarawara/Jamamadi/Kanamati
29	Diagnóstico Etnoambiental Participativo, Etnozoneamento e Plano de Gestão em Terras Indígenas, vol 8, Terra Indígena Juma	PGTA	AM	2020	Juma	TI Juma
30	Diagnóstico Etnoambiental Participativo, Etnozoneamento, Plano de Gestão em Terras Indígenas-Terra Indígena Ipixuna	PGTA	AM	2012	Pykahu Parintintin, Pirahã	TI Ipixuna, TI Pirahã

31	Diretrizes Prioritárias de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Vale do Javari	PGTA	AM	2020	Kanamary, Korubo, Kulina Pano, Marubo, Matis, Mayuruna (Matses), Tyohom Dyapá	TI Vale do Javari
32	Plano de Gestão Territorial Paumari do rio Tapauá	PGTA	AM	2011	Paumari	TI Paumari do Cuniuá, TI Paumari do Lago Manissuã, TI Paumari do Lago Paricá
33	Nova Cartografia Social da Amazônia: Piraha Defesa Territorio Tradicional Sul Amazonas	Etnomapeamento	AM	2013	Pirahã	TI Pirahã
34	Plano de Gestão da Terra Indígena Caititu	PGTA	AM	2015	Apurinã, Paumari, Jarawara, Jamamadi	TI Caititu
35	Plano de Proteção Territorial da Terra Indígena Nove de Janeiro	PGTA	AM	Não Consta	Parintintin	TI Nove de Janeiro
36	Caminhos do Movimento Indígena do Médio Purus/FOCIMP	Plano de Vida	AM	2011	Deni, Kamadeni, Apurinã, Paumari, Jamamadi, Jarawara, Juma, Kanamati, Banawá, Mamori, Katukina, Kocama, Karipuna, Miranha, Suruwahá, Katauixi, Hi-Merimã	TI Acimã, TI Alto Sepatini, TI Apurinã do Igarapé São João, TI Apurinã Igarapé Tauamirim, TI Água Preta/Inari, TI Banawá, TI Caititu, TI Camadeni, TI Cati-pari/Mamoria, TI Deni, TI Jarawara/Jamamadi/Kanamati, TI Paumari do Cuniuá, TI Paumari do Lago Manissuã, TI Paumari do Lago Marahã, TI Paumari do Rio Ituxi, TI Peneri/Tacaquiri, TI Paumari do Lago Paricá, TI Seruini/Mariene, TI Itixi Mitari,
37	Plano de Gestão Entoambiental da Terra Indígena Nove de Janeiro	PGTA	AM	2007	Parintintin	TI Nove de Janeiro
38	O PGTA Wasu: Plano de Gestão Indígena do Alto e Médio Rio Negro	PGTA	AM	2021	Hupd'äh, Yuhupd'äh, Dâw, Nadëb, Tukano, Desana, Piratapuaia, Kotiria (Wanano), Kubeo, Tuyuka, Bará, Mirititapuaia, Arapaso, Karapanã, Siriano, Yebamahsã (Makuna), Yepá Mahsã, Wihó Mahsã, Umukuri Mahsã, Waikhana), Karapanã kopinãponã), Siriano (Siriãmahsã), Utapinopona, Waipinõmakã, Kubeo (Pamiwa), Tarian (ou Taliaseri), Baniwa, Koripako, Werekena, Baré	TI Alto Rio Negro, TI Médio Rio Negro I, TI Médio Rio Negro II, TI Uneixi, TI Rio Téa, TI Jurubaxi-Téa, TI Cué- Cué Marabitanas, TI Balaio, TI do Paraná do Boá Boá

39	PGTA CAIARNX Plano De Gestão Territorial e Ambiental da Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié	PGTA	AM	2020	Baré, Werekena, Baniwa, Tukano, Desana, Koripako, Piratapuia, Tariano, Tuyuka, Hupd'äh, Kubeo, Kotiria, Arapaso	Alto Rio Negro, Médio Rio Negro I, Balaio e Cué Cué Marabitanas
40	PGTA da Terra Indígena Cué Cué Marabitanas	PGTA	AM	2020	Wekerena, Baré,	TI Cué Cué/ Marabitanas
41	Recomendações para Gestão Territoriale Ambiental da Terra Indígena Rio Apapóris e Entorno – Região do Rio Traíra	PGTA	AM	2020	Yuhupdêh, Desana, Bará, Kubeo, Tukano, Yanomami, Yebamahsã	Alto Rio Negro, Rio Apapóris
42	PGTA NADZOERI Organização Baniwa e koripako Terra Indígena Alto Rio Negro, Amazonas	PGTA	AM	2021	Baniwa e Koripako	Alto Rio Negro (Bacia do Rio Içana)
43	Plano de Gestão Territorial e Ambiental Terra Indígena Alto Rio Negro	PGTA	AM	2019	Baniwa, Koripako, Baré, Werekena, Tukano, Desana, Piratapuia, Kotiria (Wanano), Kubeo, Tuyuka, Bará, Mirititapuia, Arapaso, Karapanã, Siriano, Tariano, Yebamahsã (Makuna), Hupd'äh, Yuhupdêh, Caboclo	TI Alto Rio Negro
44	PGTA DIA WII Plano de Gestão Territorial e Ambiental Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupése Afluentes	PGTA	AM	2020	Tukano, Hupd'äh, Desana, Yuhupdêh, Tariano, Piratapuia, Yebamahsã, Mirititapuia, Bará, Karapanã, Siriano, Baniwa	TI Alto Rio Negro
45	Plano de Gestão Territorial e Ambiental Terras Indígenas Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II e Rio Téa	PGTA	AM	2021	Baré, Tukano, Baniwa, Nadêb, Piratapuia, Arapaso, Tariana, Tikuna, Koripako e Desana	Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II e Rio Téa
46	Plano de Gestão Territorial e Ambiental Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê	PGTA	AM	2020	Tariano, Tukano, Hupd'äh, Desana, Piratapuia, Tuyuka, Bará, Siriano, Karapanã, Kotiria, Kubeo	TI Alto Rio Negro
47	Plano de Gestão Sociambiental Terra Indígena Wajãpi: como estamos organizados para continuar vivendo bem na nossa terra	PGTA	AP	2017	Wajãpi	TI Waiãpi
48	Programa de Gestão Territorial e ZAmbiental das Terras Indígenas do Oiapoque	PGTA	AP	2013	Galibi Kalin'a, Karipuna, Palikur, Gabili Morworno	TI Galibi, TI Jumina, TI Uaçá
49	Plano de Gestão das Terras Indígenas do Parque do Tumucumaque e Rio Paru d'Este	PGTA	AP	2018	Tiriyó, Katxuyana, Txikyana, Aparai, Wayana	TI Parque do Tumucumaque, TI Rio Paru D'Este
50	Xawxiperkewer Ka'a Karu Jexakarwa: Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Caru: Contribuições do povo Tenetehára	Outro	MA	2018	Guajajara (Tenetehára)	TI Caru

51	Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Araribóia	PGTA	MA	Não Consta	Tenetehara (Guajajara), Awá Guajá	TI Arariboia
52	Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas Timbira: Hêmpejxã amp pjê inpej - 10 anos	PGTA	MA	2012	Apinayé, Gavião Pykobjê, Canela-Apanjekrá, Canela Ramkokamekrá, Krahô, Krikatí, Gavião Parkatejê, Krepynkatejê, Krênjê	TI Apinayé, TI Governador, TI Kraolândia, TI Krikati, TI Kanela, TI Porquinhos
53	Plano de Gestão Territorial e Ambiental do Povo Rikbatsa	PGTA	MT	2020	Rikbasktsa	Erikpatsa, Japuira, Escondido
54	Plano de Gestão da Terra Indígena Marãiwatsédé Marãiwatsété' reromhuriptsãtã	PGTA	MT	2016	Xavante	Maraiwatsede
55	Plano de Gestão Territorial MyKy	PGTA	MT	2012	Myky	Menku
56	Plano de Gestão da Terra Indígena Tirecatina	PGTA	MT	2015	Nambiquara	Tirecatina
57	Plano de Gestão Haliti Paresi/ZAKAITSO-TI ZAEKORE HALITINAE TAHI	PGTA	MT	2019	Haliti	Paresi, Utariti, Rio Formoso, Juininha, Estivadinho, Figueiras, Uirapuru, Ponte de Pedra, Estação Paresi
58	Plano de Gestão Territorial da Terra Indígena do Escondido Rikbatsa Katsa Mahudihudiwa	PGTA	MT	2014	RIKBAKTSA	Escondido
59	Plano de Gestão Territorial Manoki	PGTA	MT	2012	Manoki	Irantxe, Manoki
60	Plano de Gestão Territorial da Terra Indígena Pirineus de Souza	PGTA	MT	2013	Nambiquara	Pirineus de Souza
61	Plano de Gestão do Território Indígena do Xingu	PGTA	MT	Não Consta	Awetí, Ikpeng, Kalapalo, Kamaiurá, Kawaiwete, Kisédjê, Kuikuro, Matipu, Mehinako, Nahukuá, Naruvotu, Tapayuna, Trumai, Waurá, Yawalapiti, Yudja	Terra Indígena do Xingu
62	Levantamento Etnoecológico Terra Indígena Munduruku	Levantamento Etnoecológico	PA	2008	Munduruku	TI Munduruku
63	O Mapa da Vida Tapajós e Sawre Muybu: a visão do Povo Munduruku sobre seu rio e seu território	Outro	PA	2018	Munduruku	TI Sawre Muybu
64	Plano de Gestão Territorial e Ambiental Volta Grande do Xingu: Terras indígenas Paquicamba, Arara da Volta Grande do Xingu e Área Indígena Juruna do Km 17	PGTA	PA	2018	Juruna (Yudjá), Arara	TI Paquicamba, TI Arara da Volta Grande do Xingu, Área Indígena Juruna do Km 17

65	Gwaj Ba Nhõ Pyka - A Nossa Terra. PGTA da Terra Indígena Las Casas	PGTA	PA	2016	Kayapó	TI Las Casas
66	JO'E REKOHA BOKITUTEHA RAM Planejando como vamos continuar vivendo bem no futuro Plano de Gestão Territorial e Ambiental TI Zo'é	PGTA	PA	2019	Zo'é	TI Zo'é
67	Aben Kaben Marimei PGTA do Povo Xikrin da TI Trincheira Bacajá	PGTA	PA	2018	Xikrin	TI Trincheira Bacaja
68	Plano de Gestão Territorial e Ambiental Terra Indígena Alto Rio Guamá	PGTA	PA	2018	Tembé	TI Alto Rio Guamá
69	Marantapa Xapo. Plano de Gestão Territorial e Ambiental Parakanã	PGTA	PA	2018	Parakanã	TI Apyterewa
70	Pahxarono Kehtopo Komo Citopo Plano de Gestão Etnoambiental Participativo da Terra Indígena Nhamundá- Mapuera	PGTA	PA AM	2016	Wai-Wai, Katuena, Hexkaryana, Mawayana, Tiriyo, Xerew, Tunayana, Cikyana, Carumã, Xowayana, Wapixana, Parikwto, Manakayar, Minpoyana, Xowyana, Yukwari, Aramayana, Okomo, Mura, Wapixana, Kaxuyana	TI Nhamundá Mapuera
71	Plano de Gestão e Uso do Território Indígena Munduruku do Planalto	PGTA	PA	2020	Munduruku, Apyaká	TI Munduruku do Planalto Santareno
72	Plano de gestão territorial e ambiental do território Wayamu	PGTA	AM PA	2021	Hexkaryana Xerew, Waiwai, Katw ena, Tunayana, Katxuyana, Kahya na, Txikyana, Minpoyana, Parukw oto, Mawayana, Xowayana	TI Nhamundá/ Mapuera, TI Kaxuyana Tunayana, TI Trombetas Mapuera, TI Baixo Jatapu (Ararã)
73	Ka'aguy Rupa Nhangareko Nosso jeito de cuidar da vida nas matas	PGTA	PA	2021	Guarani Mbya	TI Nova Jacundá
74	Plano de Vida Terra Indígena Apyterewa	Plano de Vida	PA	2018	Parakanã	TI Apyterewa
75	Plano de Vida da Terra Indígena Cachoeira Seca	Plano de Vida	PA	2021	Arara, Xipaya, Kuruaya	TI Cachoeira Seca
76	Diagnóstico Etnoambiental Participativo, Etnozoneamento e Plano de Gestão em Terras Indígenas: Terra Indígena Roosevelt	PGRA	MT RO	2016	Cinta Larga	TI Roosevelt
77	Etnozoneamento Paiterey Garah: Terra Indígena Sete de Setembro	Etnozoneamento	MT RO	2011	Surui (Paite)	TI Sete de Setembro

78	Plano de Gestão Etnoambiental da Terra Indígena Sete de Setembro	PGTA	MT RO	2008	Suruí (Paiteir)	TI Sete de Setembro
79	Diagnóstico Etnoambiental Participativo, Etnozoneamento e Plano de Gestão em Terras Indígenas: Terra Indígena Igarapé Lourdes	PGTA	RO	2012	Karo Rap (Arara), Ikolen (Gavião)	TI Igarapé Lourdes
80	Diagnóstico Etnoambiental Participativo, Etnozoneamento e Plano de Gestão em Terras Indígenas: Terra Indígena Pacaás Nova	PGTA	RO	2019	Oro Nao' (Wari')	TI Pacaás Novas
81	Diagnóstico Etnoambiental Participativo, Etnozoneamento e Plano de Gestão em Terras Indígenas: Terra Indígena Rio Guaporé	PGTA	RO	2019	Aikanã, Arikapú, Aruá, Djeoromixí, Kanoê, Kujubim, Makurap, Tupari, Wajuru, Wari'	TI Rio Guaporé
82	Diagnóstico Etnoambiental Participativo, Etnozoneamento e Plano de Gestão em Terras Indígenas: Terra Indígena Rio Negro Ocaia	PGTA	RO	2019	Wari'	TI Rio Negro Ocaia
83	Plano de Gestão Territorial e Ambiental com Protocolo de Consulta Yanomami e Ye'kwana	PGTA	RR AM	2019	Yanomami, Ye'kwana	TI Yanomami
84	Plano de Gestão Territorial e Ambiental - Terra Indígena Serra da Moça	PGTA	RR	2019	Macuxi, Wapichana	TI Serra da Moça
85	Plano de Gestão Territorial e Ambiental - Polo Base Santa Cruz - Terra Indígena Raposa Serra do Sol - Região Raposa	PGTA	RR	2012	Macuxi	TI Raposa Serra do Sol
86	Plano de Gestão Territorial e Ambiental - Centro Maturuca - Terra Indígena Raposa Serra do Sol	PGTA	RR	2012	Macuxi	TI Raposa Serra do Sol
87	Plano de gestão territorial e ambiental Terra Indígena Manoá-Pium	PGTA	RR	Não Consta	Makuxí, Wapixana	TI Manoa/Pium
88	Plano de gestão territorial e ambiental da Terra Indígena Jacamim	PGTA	RR	Não Consta	Jaricuna, Wapixana	TI Jacamim
89	Plano de Gestão Territorial e Ambiental Terra Indígena Boqueirão e Mangueira	PGTA	RR	Não Consta	Makuxí, Wapixana, Yanomami	TI Boqueirão, TI Mangueira
90	Plano de Gestão Territorial e Ambiental Terra Indígena Aningal	PGTA	RR	Não Consta	Sapará, Macuxi, Wapichan Taur epang	TI Aningal
91	Levantamento Etnoambiental das Terras Indígenas do Complexo Macuxi-Wapixana	Levantamento Etnoambiental	RR	2018	Macuxi, Wapixana (Wapichana), Taurapang, Ingarikó, Patamona	TI Anaro, TI Barata Livramento, TI Boqueirão, TI Jacamim, TI Moskow, TI Muriru, TI Raimundão, TI Raposa Serra do Sol, TI Tabalascada
92	Projeto Tkaite: Gestão Ambiental e Territorial Indígena Xerente, Diagnóstico/Etnomapeamento Territorial da TI Xerente	Etnomapeamento	TO	2016	Akwẽ-Xerente	TI Xerente

93	Plano de Gestão Territorial e Ambiental Jarawara e Apurinã, 2021	PGTA	AM	2021	Jarawara, Apurinã, Paumari	TI Jarawara Jamamadi/Kanam ati
94	Plano de Vida dos povos e organizações indígenas do Oiapoque	Plano de Vida	AP	2009	Galibi Kali'na, Palikur, Galibi Marworno, Karipuna	TI Galibi, TI Jumina, TI Uaça
95	PGTA da Terra Indígena Balaio	PGTA	AM	2020	Tukano, Desana, Piratapuia, Tuyuka, Kubeo, Koripako, Baniwa, Hupd'äh, Tariana e Baré	TI Balaio
96	Nukū Mae, Nū Atiru Nossa terra, nosso futuro - Terra Indígena Kaxinawá do Igarapé do Cacho	Outro	AC	2011	Huni Kuin (Kaxinawá)	TI Igarapé do Cauchov
97	Etnomapeamento da Terra Indígena Kam-pa do Rio Amônia - o mundo visto de cima	Etnomapeamento	AC	2012	Ashaninka	TI Kampa do Rio Amonea
98	Plano de Vida Gavião - Terra Indígena Mãe Maria	Plano de Vida	PA	2020	Akrätikatêjê, Kyikatejê, Parkatejê	TI Mãe Maria
99	Levantamento Etnoecológico das Terras Indígenas do Complexo Kanamari Biá: Kanamari do Rio Juruá e Katukina do Rio Biá	Levantamento Etnoecológico	AM	2007	Kanamari, Katukina	TI Kanamari do Rio Juruá, TI Rio Biá
100	Etnozoneamento da Terra Indígena Mamoadate	Etnozoneamento	AC	2006	Manchineri, Jaminawa	TI Mamoadate













COICA · APIB · PODAALI · UMIAB

— APOIANP · ARPIT · COAPIMA

APIAM · OPIROMA · CIR

FEPIPA · FEPOIMT · M. ACRE



+55 92 8442-2243



secretaria@coiab.org.br | coordenacao@coiab.org.br



Avenida Ayrão, 235

Presidente Vargas

Manaus, Amazonas

Brasil | 69.025-290



@coiabamazoniaoficial



@coiabamazonia



@CoiabAmazonia



@COIABAmazonia



@coiabamazonia



Amazônia Indígena

Acesse nosso site



coiab.org.br